

**Gasto Público**  
**Saneamento Básico**

**2016**



**Relatório de Aplicações**  
Governo Federal e Fundos Financiadores

MINISTÉRIO DAS CIDADES

SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

# **GASTO PÚBLICO EM SANEAMENTO BÁSICO**

---

## **RELATÓRIO DE APLICAÇÕES DO GOVERNO FEDERAL E FUNDOS FINANCIADORES 2016**

BRASÍLIA, ABRIL DE 2018.

**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

**MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES**

ALEXANDRE BALDY

**SECRETÁRIO EXECUTIVO**

SILVANI ALVES PEREIRA

**SECRETÁRIO NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL**

ANTONIO HENRIQUE DE CARVALHO PIRES

**DIRETOR DE FINANCIAMENTOS DE PROJETOS DE SANEAMENTO**

SÉRGIO WIPPEL

**DIRETOR DE PLANEJAMENTO E REGULAÇÃO**

ERNANI CIRÍACO DE MIRANDA

**DIRETOR DE REPASSES A PROJETOS DE SANEAMENTO**

GERALDO MELO CORREA

**FICHA TÉCNICA**

---

**COORDENAÇÃO GERAL E REVISÃO DE CONTEÚDO**

WILMA MIRANDA TOMÉ MACHADO

**EQUIPE TÉCNICA**

SILVIA MACHADO YONAMINE

VINÍCIUS ALVES DOS REIS

**SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – SNSA**

SETOR DE AUTARQUIAS SUL, QUADRA 01, LOTE 01/06, BLOCO H, ED. TELEMUNDI II

BRASÍLIA/DF – CEP: 70070-010

TELEFONE: (61) 2108-1400

CONTATO: SILVIA.YONAMINE@CIDADES.GOV.BR

[HTTP://WWW.CIDADES.GOV.BR](http://www.cidades.gov.br)

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CCFGTS – Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

CMN – Conselho Monetário Nacional

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIN – Financiamento

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGP-DI – Índice-Geral de Preços – Disponibilidade Interna

LOA – Lei Orçamentária Anual

MCidades – Ministério das Cidades

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MI – Ministério da Integração Nacional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MS – Ministério da Saúde

MT – Ministério do Trabalho

MTUR – Ministério do Turismo

OGU – Orçamento Geral da União

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPA – Plano Plurianual

SNSA – Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental

UF – Unidade da Federação

VI – Valor de investimento

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição dos recursos federais não onerosos na LOA 2016 para o saneamento básico .....	12
Quadro 2 - Evolução do grau de liberdade orçamentária dos recursos federais não onerosos programados para o saneamento básico (em valores históricos) .....	13
Quadro 3 - Recursos federais livres e emendados na LOA 2016 para o saneamento básico, por órgão executor .....	14
Quadro 4 - Recursos federais livres e emendados na LOA 2016 para o saneamento básico, por programa de governo .....	15
Quadro 5 - Distribuição dos recursos federais da LOA, créditos adicionais, cancelamentos e remanejamentos para o saneamento, em 2016, por órgão executor.....	16
Quadro 6 - Distribuição dos recursos federais da LOA, créditos adicionais, cancelamentos e remanejamentos para o saneamento básico, em 2016, por programa de governo.....	16
Quadro 7 - Distribuição dos recursos federais da LOA, créditos adicionais, cancelamentos e remanejamentos para o saneamento básico, em 2016, por modalidade de intervenção .....	17
Quadro 8 - Recursos do FGTS disponíveis para investimentos em saneamento básico, em 2016, por Região .....	19
Quadro 9 - Recursos totais programados para investimentos em saneamento básico (em valores históricos).....	20
Quadro 10 - Recursos não onerosos (OGU) comprometidos para o saneamento básico, por região e por órgão.....	25
Quadro 11 - Recursos não onerosos desembolsados para o saneamento básico, por região e por órgão .....	26
Quadro 12 - Recursos não onerosos comprometidos e desembolsados, por Programa de Governo .....	27
Quadro 13 - Valores <i>per capita</i> comprometidos e desembolsados para o saneamento básico, em 2016 .....	29
Quadro 14 - Recursos totais comprometidos e desembolsados por modalidade e fonte de recursos, em 2016 .....	31
Quadro 15 - Gastos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico (em valores históricos) .....	32
Quadro 16 - Valores totais comprometidos e desembolsados com recursos não onerosos em iniciativas de saneamento básico, de 2003 a 2016, por região .....	35
Quadro 17 - Valores Totais comprometidos e desembolsados com recursos onerosos em iniciativas de saneamento básico, de 2003 a 2016, por região .....	35
Quadro 18 - Situação geral dos investimentos públicos em saneamento, por órgão executor, em dezembro de 2016 .....	38
Quadro 19 - Situação geral dos contratos (nº de operações) de saneamento firmados com recursos públicos, por órgão executor, em dezembro de 2016.....	39
Quadro 20 - Situação geral dos empreendimentos, sob gestão do MCidades, em dezembro de 2016, por ano de contratação.....	40
Quadro 21 - Situação geral dos contratos sob gestão do MCidades, em dezembro de 2016, por ano de contratação .....	40
Quadro 22 - Situação geral dos investimentos apoiados com recursos onerosos (OGU), sob gestão do MCidades, por ano de contratação .....	42

Quadro 23 - Situação dos contratos firmados com recursos não onerosos (OGU), sob gestão do MCidades, por ano de contratação .....	43
Quadro 24 - Situação dos empreendimentos financiados com recursos onerosos (FGTS/FAT), sob gestão do MCidades, por ano de contratação .....	44
Quadro 25 - Situação dos contratos assinados com recursos onerosos (FGTS/FAT), sob gestão do MCidades, por ano de contratação .....	45
Quadro 26 - Carteira de investimentos do MCidades vigente em 2016, por ano de assinatura do contrato.....	47
Quadro 27 - Carteira de investimentos do MCidades e valores médios por operação, por região .....	48
Quadro 28 - Carteira de investimentos total, sob gestão do MCidades, por modalidade e fonte de recursos.....	50
Quadro 29 - Situação dos empreendimentos da carteira de investimentos, sob gestão do MCidades, por fonte de recursos .....	50
Quadro 30 - Situação dos empreendimentos da carteira de investimentos, sob gestão do MCidades, por região .....	51
Quadro 31 - Carteira de investimentos e número de operações em andamento, sob gestão do MCidades, por ano de contratação .....	52
Quadro 32 - Distribuição dos investimentos em andamento, sob gestão do MCidades, por faixa de percentual de execução dos empreendimentos.....	52
Quadro 33 - Distribuição percentual dos valores de investimentos, por ano de início da obra e faixa de percentual de execução .....	53
Quadro 34 - Empreendimentos em andamento com início da obra em 2016, por fonte de recursos, por ano de contratação .....	54
Quadro 35 - Distribuição dos empreendimentos iniciados em 2016, sob gestão do MCidades, por região.....	55
Quadro 36 - Investimentos do PAC na carteira de investimentos, sob gestão do MCidades, ao final do exercício de 2016.....	55
Quadro 37 - Empreendimentos concluídos entre 1995 e 2016 .....	57
Quadro 38 - Durações média e máxima de execução dos empreendimentos, sob gestão do MCidades, concluídos entre 1995 e 2016 .....	57
Quadro 39 - Distribuição percentual dos valores de investimentos dos empreendimentos concluídos, por ano de contratação e ano de conclusão.....	58
Quadro 40 - Distribuição dos empreendimentos concluídos entre 1996 e 2016, por modalidade.....	58
Quadro 41 - Distribuição dos empreendimentos concluídos entre 1996 e 2016 (sem Infraestrutura Urbana), por região .....	59
Quadro 42 - Empreendimentos concluídos no exercício de 2016, por ano de contratação .....	59
Quadro 43 - Percentual de contrapartida por ano de assinatura do contrato, fonte e região ....	62

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos recursos da LOA e percentual de emendas parlamentares*, de 2004 a 2016 .....	14
Gráfico 2 - Evolução dos recursos federais programados para investimentos em saneamento básico* .....	21
Gráfico 3 - Gastos totais comprometidos em iniciativas de saneamento básico, por região, em 2016 (em %) .....	23
Gráfico 4 - Gastos totais desembolsados em iniciativas de saneamento básico por região, em 2016 (em %) .....	23
Gráfico 5 - Gastos não onerosos comprometidos e desembolsados para o saneamento básico, em 2016 .....	24
Gráfico 6 - Recursos onerosos (FAT/FGTS) comprometidos e desembolsados para o saneamento básico, em 2016 .....	28
Gráfico 7 - Valores <i>per capita</i> comprometidos para o saneamento básico, de 2003 a 2016 .....	29
Gráfico 8 - Valores <i>per capita</i> desembolsados para o saneamento básico, de 2003 a 2016 .....	30
Gráfico 9 - Valores comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2016 por modalidade .....	32
Gráfico 10 - Evolução dos gastos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico de 2003 a 2016* .....	33
Gráfico 11 - Evolução dos gastos comprometidos em iniciativas de saneamento básico, de 2003 a 2016, por fonte de recurso* .....	34
Gráfico 12 - Evolução dos gastos desembolsados em iniciativas de saneamento básico, de 2003 a 2016, por fonte de recurso* .....	34
Gráfico 13 - Valores totais comprometidos e desembolsados com em iniciativas de saneamento básico, de 2003 a 2016, por modalidade .....	36
Gráfico 14 - Situação geral dos investimentos em saneamento sob gestão do MCidades, em dezembro de 2016, por ano de contratação .....	41
Gráfico 15 - Situação geral dos investimentos apoiados com recursos não onerosos (OGU), sob gestão do MCidades, por ano de contratação .....	43
Gráfico 16 - Situação geral dos investimentos financiados com recursos onerosos (FGTS/FAT), por ano de contratação .....	45
Gráfico 17 - Situação geral dos Investimentos do PAC em saneamento básico contratados até 2016 .....	46
Gráfico 18 - Distribuição da carteira de investimentos total, sob gestão do MCidades, por região .....	49
Gráfico 19 - Parcela do PAC na carteira de investimentos, por fonte de recursos .....	56
Gráfico 20 - Valores dos empreendimentos concluídos, em 2016, por região e fonte de recursos (em R\$ milhões) .....	60
Gráfico 21 - Valores dos empreendimentos concluídos, em 2016, por modalidade .....	61

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1. PLANEJAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO</b> .....	<b>12</b>
1.1. Planejamento dos investimentos federais com recursos orçamentários .....	12
1.1.1. Incremento de recursos não onerosos em 2016 .....	15
1.2. Planejamento dos investimentos com recursos onerosos .....	17
1.3. Recursos totais programados para investimentos em saneamento básico em 2016 ....	19
<b>2. GASTOS EM SANEAMENTO BÁSICO EM 2016</b> .....	<b>22</b>
2.1. Compromissos de gastos e desembolsos por região e fonte de recursos .....	23
2.2. Compromissos de gastos e desembolsos com recursos do OGU .....	24
2.2.1. Compromissos de gastos e desembolsos com recursos do OGU por órgão .....	25
2.2.2. Compromissos de gasto e desembolsos com recursos do OGU por Programa de Governo .....	26
2.3. Compromissos de gastos e desembolsos com recursos onerosos .....	27
2.4. Compromissos de gastos e desembolsos <i>per capita</i> (recursos onerosos e não onerosos) ..	28
2.5. Gastos comprometidos e desembolsados por modalidade .....	30
2.6. Evolução dos gastos comprometidos e desembolsados .....	32
2.6.1. Evolução dos gastos comprometidos e desembolsados por fonte de recursos .....	33
2.6.2. Gastos comprometidos e desembolsados por região .....	34
2.6.3. Gastos comprometidos e desembolsados por modalidade .....	35
<b>3. EXECUÇÃO FÍSICA DOS EMPREENDIMENTOS</b> .....	<b>37</b>
3.1. Situação geral dos investimentos .....	38
3.1.1. Situação geral dos investimentos sob gestão do MCidades .....	39
3.1.2. Situação geral dos empreendimentos apoiados com recursos do OGU .....	41
3.1.3. Situação geral dos empreendimentos financiados com recursos do FGTS/FAT .....	44
3.1.4. Situação da execução dos empreendimentos contratados com recursos do PAC ..	46
3.2. Carteira de investimentos do MCidades (1996 a 2016) .....	46
3.2.1. Carteira de investimentos por região e por fonte de recursos .....	47
3.2.2. Carteira de investimentos por modalidade .....	49
3.2.3. Carteira de investimentos por situação do empreendimento .....	50
3.2.4. Empreendimentos da carteira de investimentos em andamento .....	51
a. Execução física dos empreendimentos em andamento .....	52
b. Empreendimentos em andamento com início em 2016 .....	53
b.1. Empreendimentos iniciados em 2016 por região e por fonte de recursos .....	54
3.2.5. Empreendimentos do PAC na carteira de investimentos .....	55
3.3.1. Concluídos por região e por modalidade .....	58
3.3.2. Concluídos no exercício de 2016 .....	59
a. Concluídos no exercício por região e fonte de recursos .....	59
b. Concluídos no exercício por modalidade .....	60
c. Contrapartidas .....	61
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>63</b>
<b>ANEXO 1</b> – Ações orçamentárias utilizadas na apropriação dos valores dos gastos federais em saneamento .....	<b>64</b>
<b>ANEXO 2</b> – Recursos comprometidos com iniciativas de saneamento básico em 2016, por fonte de recurso e Unidade da Federação .....	<b>71</b>
<b>ANEXO 3</b> – Recursos desembolsados com iniciativas de saneamento básico em 2016, por fonte de recurso e Unidade da Federação .....	<b>72</b>
<b>ANEXO 4</b> – Gastos <i>per capita</i> comprometidos e desembolsados com iniciativas de Saneamento Básico em 2016, por Unidade da Federação e fonte de recursos .....	<b>73</b>

## INTRODUÇÃO

A atuação do Governo Federal no setor de saneamento básico<sup>1</sup> é caracterizada por uma multiplicidade de agentes intervenientes e uma complexa estrutura institucional que demanda, além de um significativo aporte de recursos financeiros, iniciativas que promovam o planejamento setorial, a coordenação entre os órgãos, a articulação das ações e a identificação das competências institucionais, a fim de evitar a superposição das atividades.

Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades (SNSA/MCidades), orientada pela necessidade de ampliar a transparência na gestão dos recursos públicos e de fornecer informações sobre a alocação dos investimentos no setor, detalha e caracteriza, neste documento, os investimentos em saneamento básico realizados no ano de 2016.

São contabilizados como gastos em saneamento básico aqueles realizados para a promoção do abastecimento público de água, o esgotamento sanitário, a drenagem urbana, a coleta e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, incluindo o saneamento integrado em assentamentos precários e as despesas com a elaboração de estudos e projetos de engenharia, capacitação de recursos humanos e desenvolvimento institucional e operacional dos prestadores de serviços.

A primeira parte do Relatório destaca o planejamento dos investimentos no setor de saneamento básico, com ênfase na alocação dos recursos disponíveis na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016 para os órgãos e programas com ações em saneamento básico e no orçamento operacional para financiamento de ações de saneamento básico com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Na segunda parte, são identificados e caracterizados os gastos realizados pelo Governo Federal e pelos fundos financiadores (FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT) em iniciativas de saneamento básico, de 01 janeiro a 31 de dezembro de 2016.

Na terceira seção, têm destaque as informações relativas às obras em andamento em 2016, bem como as obras concluídas no período apoiadas e/ou financiadas por recursos públicos. Embora a execução das obras do setor sejam, por sua natureza, plurianuais, a tentativa de reunir a carteira de investimentos que compõe o montante de contratos vigentes em sucessivos períodos é um esforço importante para dimensionar e analisar a evolução da aplicação dos recursos públicos em saneamento.

Com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, diversas intervenções federais no setor de saneamento básico estão incluídas entre as ações do PAC. Este relatório inclui tanto informações dos investimentos que fazem parte do PAC, quanto dados dos investimentos que não estão incluídos no PAC. Assim, ao longo do Relatório, optou-se por diferenciar as obras incluídas no PAC daquelas que não estão inseridas (não-PAC).

Os dados utilizados na realização deste relatório foram obtidos no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal; em Medidas Provisórias (MP); nas informações obtidas junto aos gestores dos fundos financiadores e em sítios eletrônicos oficiais.

No Anexo 1, estão listadas as ações orçamentárias utilizadas na apropriação dos valores dos gastos federais em saneamento básico. Os Anexos 2 e 3 detalham, por Unidade da Federação (UF) e região, os compromissos e desembolsos, respectivamente, realizados no setor de saneamento básico em 2016. Para atualização monetária, os dados financeiros dos anos de 2003 a 2016 foram indexados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) médio anual, referente ao ano de 2016, da Fundação Getúlio Vargas - FGV<sup>2</sup>. Por último, o Anexo 4 apresenta os gastos *per capita* comprometidos e desembolsados em 2016.

---

<sup>2</sup> Os índices que compõem o IGP-DI refletem a evolução de preços das atividades produtivas bem como o movimento de operações de comercialização no atacado e na construção civil. A média anual deste índice corresponde à média dos valores de janeiro a dezembro do ano de referência.

## 1. PLANEJAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO

Os investimentos no setor de saneamento básico são constituídos por recursos não onerosos e onerosos. Os recursos de fontes não onerosas são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e não preveem retorno financeiro direto dos investimentos, pois os agentes beneficiados não precisam ressarcir os cofres da União. Já os recursos onerosos são provenientes de operações de crédito e têm como fontes o FGTS e o FAT. Trata-se de empréstimos de longo prazo, concedidos a taxas de juros reduzidas, para investimentos em ações de saneamento básico.

### 1.1. Planejamento dos investimentos federais com recursos orçamentários

No processo orçamentário brasileiro, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), encaminhado pelo Poder Executivo para apreciação pelo Poder Legislativo, é o instrumento legal que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro. O PLOA, depois de apreciado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, torna-se a Lei Orçamentária Anual (LOA) e passa a disciplinar as despesas do Governo Federal.

Na LOA de 2016, foram destinados R\$ 3,66 bilhões para saneamento básico com recursos não onerosos. O Quadro 1 detalha a divisão dos recursos na LOA entre os órgãos do governo federal executores de ações de saneamento. O MCidades foi o órgão contemplado com a maior parcela de recursos, com 67,8% do total programado para o período.

**Quadro 1** - Distribuição dos recursos federais não onerosos na LOA 2016 para o saneamento básico

ÓRGÃO	RECURSOS NÃO ONEROSOS	
	R\$ 1,00	%
MCidades	2.478.756.787	67,8
MS	748.768.743	20,5
MI	269.963.783	7,4
MDSA	154.926.719	4,2
MMA	3.914.205	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>3.656.330.237</b>	<b>100</b>

Na LOA, os recursos para os investimentos podem ser livres ou provenientes de emendas parlamentares<sup>3</sup>. Os recursos livres são utilizados para implementar as políticas públicas e estão sob a governabilidade dos órgãos setoriais.

No orçamento aprovado para 2016, foi destinado R\$ 1,70 bilhão em recursos para investimentos de livre alocação (46,5% do total). Desse montante, R\$ 1,43 bilhão (83,9%) compreende recursos programados para investimentos do PAC. A divisão desses recursos entre os Ministérios com ações no PAC foi a seguinte: R\$ 756 milhões para o MCidades; R\$ 390 milhões para o MI; R\$ 210 milhões para o MDSA; e R\$ 70 milhões para a Funasa/MS.

<sup>3</sup> As emendas parlamentares são a forma regimental de alteração do PLOA sugeridas por parlamentares e órgãos do Poder Legislativo, acrescentando, suprimindo ou modificando itens na programação financeira proposta pelo Poder Executivo. As emendas podem ser individuais (no máximo 20 emendas por parlamentar) ou coletivas. As emendas coletivas se subdividem em: emendas de bancadas e emendas de comissões permanentes do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

Já as emendas parlamentares têm vinculação específica e destinatário determinado pelos autores das emendas. Na LOA de 2016, do montante de recursos aprovados para investimentos em saneamento básico (R\$ 3,66 bilhões), 53,5%, o equivalente a R\$ 1,96 bilhão, foi decorrente de emendas parlamentares. O elevado grau de comprometimento dos recursos do orçamento por emendas parlamentares enrijece a execução orçamentária e resulta em pouca flexibilidade para que o Executivo aloque de forma eficiente os recursos disponíveis.

Alguns estudos sobre o processo orçamentário brasileiro observam que as emendas parlamentares representam uma pequena percentagem do orçamento global, ou seja, isso significa que os parlamentares, individualmente, têm pouca capacidade de influir no processo decisório de alocação dos recursos públicos<sup>4</sup>. No entanto, essa tendência não é observada no orçamento para o saneamento básico, ao menos desde o ano de 2004<sup>5</sup>, conforme se observa no Quadro 2.

O Quadro detalha, em valores históricos (de 2004 a 2016), os investimentos programados nas LOA, os valores destinados às emendas parlamentares e o percentual de emendas em relação ao total programado. A partir dos dados, paralelamente ao substantivo crescimento dos recursos programados, observa-se que o percentual de recursos de emendas reduz-se após o lançamento do PAC, em 2007<sup>6</sup>. Apesar disso, o montante de recursos de emendas é bastante representativo em relação ao total programado.

**Quadro 2** - Evolução do grau de liberdade orçamentária dos recursos federais não onerosos programados para o saneamento básico (em valores históricos)

ANO	RECURSOS NÃO ONEROSOS		
	Recursos totais programados na LOA (R\$ bi)	Recursos de emendas (R\$ bi)	% Emendas/ Total programado
2004	1,85	1,08	58,4
2005	2,87	1,88	65,6
2006	3,63	2,36	65,0
2007	4,31	3,13	72,8
2008	5,99	2,46	41,1
2009	6,70	3,52	50,3
2010	7,19	2,47	34,3
2011	5,86	2,39	40,8
2012	11,58	3,68	31,8
2013	14,83	6,13	41,4
2014	13,11	4,73	36,1
2015	11,04	4,62	41,8
2016	3,66	1,96	53,5
<b>TOTAL</b>	<b>92,62</b>	<b>40,41</b>	<b>43,6</b>

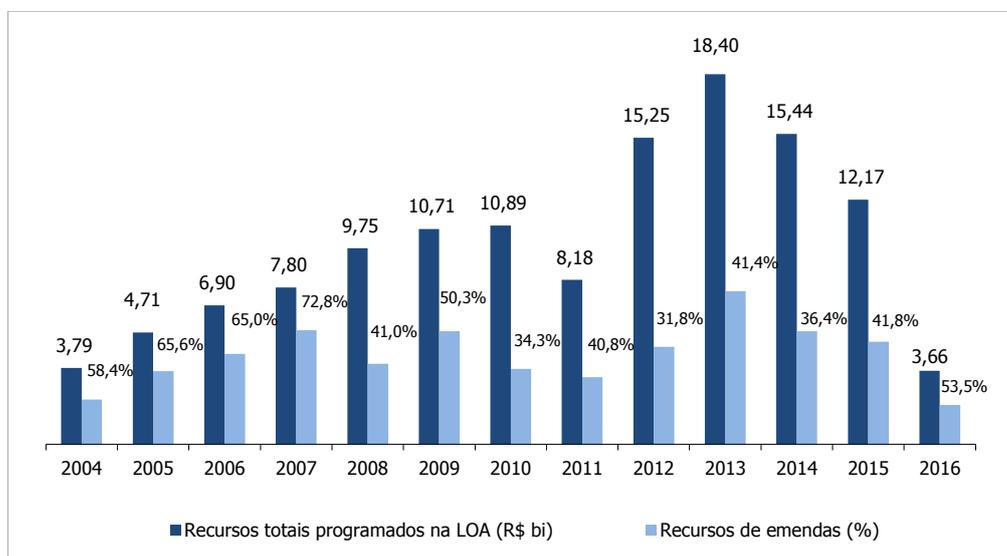
4 PEREIRA, C. e MUELLER, B. (2002) Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre o Executivo e o Legislativo na Elaboração do Orçamento Público. Revista Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro e FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. (1999) As Relações Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro, Editora FGV.

5 MINISTÉRIO DAS CIDADES. (2006) Investimentos Federais em Saneamento – Relatório de Aplicações entre 01 de janeiro de 2003 a 15 de junho de 2006.

6 Em meados de 2007, foram editadas diversas MP que aumentam os recursos livres disponíveis no orçamento.

No Gráfico 1, pode-se observar a evolução da programação dos recursos orçamentários e o percentual de recursos emendados nas LOA para os investimentos federais em saneamento básico de 2004 a 2016, com correção monetária pelo IGP-DI da FGV<sup>7</sup>.

**Gráfico 1** - Evolução dos recursos da LOA e percentual de emendas parlamentares\*, de 2004 a 2016



\* As séries foram indexadas pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2016

Os valores dos recursos federais livres e de emendas a LOA 2016, por órgão executor, estão detalhados no Quadro 3. Observa-se que o MCidades concentra o maior percentual de emendas parlamentares (67,8% do total destinado às emendas).

**Quadro 3** - Recursos federais livres e emendados na LOA 2016 para o saneamento básico, por órgão executor

ÓRGÃO	RECURSOS NÃO ONEROSOS					
	Recursos Livres (PL)		Emendas parlamentares		Total (LOA 2016)	
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%
<b>MCidades</b>	798.270.247	46,9	1.680.486.540	85,9	2.478.756.787	67,8
<b>MS</b>	298.130.000	17,5	450.638.743	23,0	748.768.743	20,5
<b>MI</b>	390.320.270	23,0	-120.356.939	-6,2	269.963.783	7,4
<b>MDSA</b>	210.012.270	12,3	-55.085.551	-2,8	154.926.719	4,2
<b>MMA</b>	4.000.000	0,2	-85.795	0,0	3.914.205	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>1.700.733.239</b>	<b>100</b>	<b>1.955.596.998</b>	<b>100</b>	<b>3.656.330.237</b>	<b>100</b>

O Quadro 4 detalha a distribuição dos recursos de livre alocação, originados no PLOA enviado ao Congresso, os valores emendados e os recursos totais disponíveis na LOA aprovada para o ano de 2016, por programa de governo.

<sup>7</sup> Consulta FGV DADOS, realizada em 18/01/2017.

**Quadro 4** - Recursos federais livres e emendados na LOA 2016 para o saneamento básico, por programa de governo

RECURSOS FEDERAIS POR PROGRAMA					
PROGRAMA	Recursos Livres (PLOA)	Recursos de emendas	LOA 2016		Recursos emendados (%)
	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00	%	
Planejamento Urbano* (2054)	23.600.000	1.864.864.477	1.888.464.477	51,6	98,8
Saneamento Básico (2068)	914.940.354	295.301.677	1.210.242.031	33,1	24,4
Segurança Alimentar e Nutricional (2069)	482.116.500	-140.382.292	341.734.208	9,3	-41,1
Gestão de Riscos e Respostas a Desastres (2040)	220.076.385	-57.186.864	162.889.521	4,5	-35,1
Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (2065)	60.000.000	-7.000.000	53.000.000	1,4	-13,2
<b>TOTAL</b>	<b>1.700.733.239</b>	<b>1.955.596.998</b>	<b>3.656.330.237</b>	<b>100</b>	<b>53,5</b>

\* Inclui as intervenções de Infraestrutura Urbana (ação 1D73) oriundos de recursos de emendas parlamentares, que, em PPA's anteriores, estavam reunidas nos Programas denominados Pró-Municípios e Pró-Infra

### 1.1.1. Incremento de recursos não onerosos em 2016

Durante a fase de execução do orçamento, se houver necessidade de realização de despesas acima do limite previsto na LOA, o orçamento pode ser retificado visando a atender situações não previstas à época de sua elaboração. Assim, a dotação orçamentária é composta de dotação inicial, que é a constante da LOA, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República e das dotações adicionais. O instrumento para a retificação do Orçamento é o crédito adicional, que, por definição legal, é a autorização de despesa não computada ou insuficientemente dotada na LOA, que pode ser de três tipos: suplementar, especial ou extraordinário<sup>8</sup>.

Assim, ao término do exercício financeiro de 2016, somando-se os créditos adicionais, cancelamentos e remanejamentos de créditos à LOA inicial, a dotação orçamentária prevista para 2016 passou de R\$ 3,66 bilhões para R\$ 3,92 bilhões. O Quadro 5 detalha os recursos que foram inicialmente previstos na LOA, as dotações adicionais (incluindo-se aí os créditos suplementares, especiais e extraordinários, bem como os cancelamentos e os remanejamentos) e o orçamento global disponível para o saneamento básico no final do exercício financeiro de 2016, por órgão executor.

<sup>8</sup> A dotação suplementar é aberta ou reaberta no exercício para reforço de dotação proveniente de saldo anterior, excesso de arrecadação, operações de crédito, superávit e doações, que representam valores que aumentam o orçamento. A dotação especial refere-se a dotação não prevista no orçamento, mas solicitada para atender uma necessidade específica de um novo programa e ou ação. A dotação extraordinária, não era prevista no orçamento inicial e é destinada às despesas imprevisíveis e urgentes. Na maioria das vezes, a abertura do crédito é feita através de Medida Provisória. Há, ainda, dotações canceladas ou remanejadas entre as unidades de um mesmo órgão e/ou entidade, que não alteram o valor da dotação orçamentária final, embora internamente possa haver alteração numérica e/ou qualitativa (Fonte: SIAFI).

**Quadro 5** - Distribuição dos recursos federais da LOA, créditos adicionais, cancelamentos e remanejamentos para o saneamento, em 2016, por órgão executor

ÓRGÃO	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS					
	LOA 2016 (A)		Créditos adicionais/ Cancelamentos/ Remanejamentos	Total (B)		Incremento de Recursos (%) (B/A)
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	R\$ 1,00	%	
<b>MCidades</b>	2.478.756.787	67,8	116.982.185	2.595.738.972	66,3	4,7
<b>MS</b>	748.768.743	20,5	255.316.427	1.004.085.170	25,6	34,1
<b>MI</b>	269.963.783	7,4	-85.518.969	184.444.814	4,7	-31,7
<b>MDSA</b>	154.926.719	4,2	-25.201.423	129.725.296	3,3	-16,3
<b>MMA</b>	3.914.205	0,1	-	3.914.205	0,1	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.656.330.237</b>	<b>100</b>	<b>261.578.220</b>	<b>3.917.908.457</b>	<b>100</b>	<b>7,2</b>

No Quadro 6 estão detalhados os recursos inicialmente previstos na LOA, os créditos adicionais, cancelamentos, remanejamentos e o orçamento final disponível para o saneamento básico no ano de 2016, por programa de governo.

**Quadro 6** - Distribuição dos recursos federais da LOA, créditos adicionais, cancelamentos e remanejamentos para o saneamento básico, em 2016, por programa de governo

PROGRAMA	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS					
	LOA 2016		Créditos adicionais/ Cancelamentos/ Remanejamentos	Total		
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	R\$ 1,00	%	
<b>Planejamento Urbano* (2054)</b>	1.888.464.477	51,6	121.422.657	2.009.887.134	51,3	
<b>Saneamento Básico (2068)</b>	1.210.242.031	33,1	237.323.352	1.447.565.383	36,9	
<b>Segurança Alimentar e Nutricional (2069)</b>	341.734.208	9,3	-86.681.893	255.052.315	6,5	
<b>Gestão de Riscos e Respostas a Desastres (2040)</b>	162.889.521	4,5	-10.735.896	152.153.625	3,9	
<b>Proteção e Promoção dos Povos Indígenas (2065)</b>	53.000.000.	1,4	250.000	53.250.000	1,4	
<b>TOTAL</b>	<b>3.656.330.237</b>	<b>100</b>	<b>261.578.220</b>	<b>3.917.908.457</b>	<b>100</b>	

\* Inclui as intervenções de Infraestrutura Urbana (ação 1D73) oriundas de recursos de emendas parlamentares, que, em PPA anteriores, estavam reunidas nos Programas denominados Pró-Municípios e Pró-Infra

O Quadro 7 detalha os recursos previstos na LOA, os créditos adicionais, cancelamentos, remanejamentos e o orçamento final disponível e o orçamento global disponível para os investimentos em saneamento básico no ano de 2016, por modalidade de intervenção.

**Quadro 7** - Distribuição dos recursos federais da LOA, créditos adicionais, cancelamentos e remanejamentos para o saneamento básico, em 2016, por modalidade de intervenção

MODALIDADE	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS				
	LOA 2016		Créditos adicionais/ Cancelamentos/ Remanejamentos	Total	
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	R\$ 1,00	%
<b>Infraestrutura Urbana</b>	1.888.464.477	51,6	131.422.657	2.009.887.134	51,3
<b>Abastecimento de Água</b>	595.058.449	16,3	27.658.288	622.716.737	15,9
<b>Esgotamento Sanitário</b>	390.126.049	10,7	124.144.965	514.271.014	13,1
<b>Saneamento Integrado</b>	540.085.759	14,8	-56.812.244	483.273.515	12,3
<b>Drenagem Urbana</b>	145.977.103	4,0	16.084.104	162.061.207	4,1
<b>Outros</b>	77.054.230	0,5	48.800.000	66.225.218	1,7
<b>Resíduos Sólidos</b>	77.054.230	2,1	-18.789.547	58.264.683	1,5
<b>Desenvolvimento Institucional</b>	998.102	0,03	-199.620	798.482	0,02
<b>Estudos e Projetos</b>	1.140.850	0,03	-730.383	410.467	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>3.656.330.237</b>	<b>100</b>	<b>261.578.220</b>	<b>3.917.908.457</b>	<b>100</b>

\* A modalidade Infraestrutura Urbana, antes denominada Pró-Municípios/Pró-Infra neste relatório, corresponde às emendas parlamentares reunidas na ação 1D73 incluídas no Programa Planejamento Urbano (2054)

## 1.2. Planejamento dos investimentos com recursos onerosos

Para o ano de 2016, previu-se, inicialmente, um orçamento operacional de R\$ 7,5 bilhões para concessão de empréstimos para ações de saneamento básico com recursos do FGTS (R\$ 5,0 bilhões para o setor público e R\$ 2,5 bilhões para o setor privado). Estes recursos foram distribuídos por UF, considerando-se o déficit em saneamento e a população urbana de cada UF. No cômputo do déficit em saneamento são consideradas variáveis relacionadas aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, sendo elas: o número de domicílios urbanos sem acesso a rede de distribuição de água, o número de domicílios urbanos sem acesso a rede coletora de esgotos ou fossa séptica e o volume estimado de esgoto gerado não tratado.

A alocação dos recursos onerosos, tanto para os mutuários públicos como para os mutuários privados, é realizada por processos de seleção, cujas instruções e calendários de realização são publicados periodicamente no sítio eletrônico do MCidades e no Diário Oficial da União (DOU).

Em 2016, não foi aberto processo seletivo no âmbito do PAC para mutuários públicos. No entanto, continuou possível o acesso ao crédito do FGTS pelas companhias públicas de saneamento, por meio da excepcionalidade de que trata a alínea "a", do inciso I, do § 1º, do Art. 9º, da Resolução CMN nº 2.827/2001, a qual permite a realização de operações de crédito com as empresas públicas e sociedades de economia mista que sejam garantidas formal e exclusivamente por duplicatas de prestação de serviço, de emissão da própria beneficiária do crédito, sem computar no limite de endividamento aprovado pelo Conselho Monetário Nacional para o setor público. Essa forma de acesso permite que as companhias públicas de saneamento viabilizem, por meio de inscrição de propostas em processo seletivo aberto continuamente, empreendimentos nas modalidades de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Desenvolvimento Institucional, Redução e Controle de Perdas e Estudos e Projetos.

Além disso, o MCidades recebeu propostas de operações de saneamento básico para os mutuários privados em diversas modalidades, uma vez que o processo seletivo para este tipo de proponente também é contínuo, não havendo prazo estipulado para apresentação das propostas.

Após a conclusão dos processos de enquadramento e habilitação das propostas apresentadas pelo setor público, da verificação dos empreendimentos selecionados em anos anteriores que estavam em processo de contratação da operação de crédito junto ao agente financeiro e da avaliação dos recursos financeiros demandados pelo setor privado, o MCidades promoveu o remanejamento dos recursos inicialmente programados.

Assim, em 2016, foram realizados remanejamentos entre as UF e entre os setores público e privado, considerando: i) a capacidade de pagamento e o limite de endividamento do ente federado, aferidos, respectivamente, pelos agentes financeiros e pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; ii) os empreendimentos selecionados para os mutuários públicos no âmbito da segunda fase do PAC – 3ª e 4ª Seleções; iii) a demanda oriunda do setor público passível de contratação no âmbito da excepcionalidade prevista no Art. 9º, da Resolução CMN nº 2.827/2001; e, iv) a demanda de recursos apresentada pelo agente financeiro oriunda do setor privado.

Além destes remanejamentos que ocorreram dentro do próprio orçamento destinado à área de aplicação de saneamento básico do FGTS, houve um remanejamento de recursos entre áreas de aplicação. Neste remanejamento, a área de saneamento disponibilizou R\$ 4,0 bilhões de seu orçamento inicialmente previsto, para atender demandas oriundas da área de habitação popular e demais programas habitacionais autorizados pelo CCFGTS, que estão sob a gestão da Secretaria Nacional de Habitação.

Ressalta-se que a disponibilização deste montante de recursos aos programas habitacionais não prejudicou a área de saneamento, uma vez que, anteriormente ao remanejamento, constatou-se que não havia demanda qualificada à contratação de operações de crédito no curto e médio prazos no valor total do orçamento inicialmente aprovado. Portanto, mesmo com a redução do orçamento operacional do FGTS na área de saneamento em 2016, sob a visão do conjunto de programas financiados com recursos do FGTS (habitação, saneamento e infraestrutura), tal ação permitiu maior efetividade na alocação e na utilização dos recursos disponibilizados por esta fonte.

Após os remanejamentos e ajustes, a posição final do orçamento do FGTS para o saneamento em 2016 foi consolidada pela Instrução Normativa nº 04, de 12 de janeiro de 2017. Foram destinados, sem distinção prévia de modalidade, R\$ 3,5 bilhões para o orçamento operacional do FGTS em 2016, sendo, aproximadamente, R\$ 2,3 bilhões para o setor público e R\$ 1,2 bilhão para setor privado, podendo esse montante ser utilizado para viabilizar a execução de investimentos no setor saneamento, em áreas urbanas ou rurais, nas 11 modalidades apoiadas pelo Programa Saneamento para Todos, quais sejam: Abastecimento de Água; Esgotamento Sanitário; Manejo de Águas pluviais; Manejo de Resíduos Sólidos; Saneamento Integrado; Desenvolvimento Institucional; Redução e Controle de Perdas; Preservação e Recuperação de Mananciais; Estudos e Projetos; Plano de Saneamento Básico; Tratamento Industrial de Águas e Efluentes Líquidos; e Reúso de Água.

Destaca-se, novamente, que a redução no orçamento disponibilizado ao setor saneamento, que passou de R\$ 7,5 bilhões para R\$ 3,5 bilhões, não configurou prejuízo nas contratações, uma vez que o recurso alocado atendia integralmente a demanda apresentada pelo Agente Operador destinada aos tomadores.

Ademais, é oportuno citar que, apesar de o orçamento inicial do FGTS para a área de saneamento ser alocado por UF, considerando a população urbana e o déficit dos serviços de saneamento, na prática, durante a execução orçamentária, há sempre a necessidade de remanejamento de recursos, uma vez que muitas Unidades da Federação não têm capacidade financeira para acessar o crédito.

Diante desta realidade, observa-se, no Quadro 8, que na alocação final do orçamento disponibilizado à contratação das operações de crédito, há uma concentração dos recursos para atendimento de propostas da Região Sudeste do País.

**Quadro 8** - Recursos do FGTS disponíveis para investimentos em saneamento básico, em 2016, por Região

RECURSOS DO FGTS PARA INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO EM 2016			
REGIÃO	ORÇAMENTO 2016 INICIAL	ORÇAMENTO 2016 FINAL	
	R\$ 1,00	R\$ 1,00	%
Norte	772.570.000	328.029.000	9,4
Nordeste	1.982.378.000	302.122.000	8,6
Sudeste	3.015.322.000	2.398.232.000	68,5
Sul	1.083.500.000	400.300.000	11,4
Centro-Oeste	646.230.000	71.317.000	2,1
<b>TOTAL</b>	<b>7.500.000.000</b>	<b>3.500.000.000</b>	<b>100,0</b>

### 1.3. Recursos totais programados para investimentos em saneamento básico em 2016

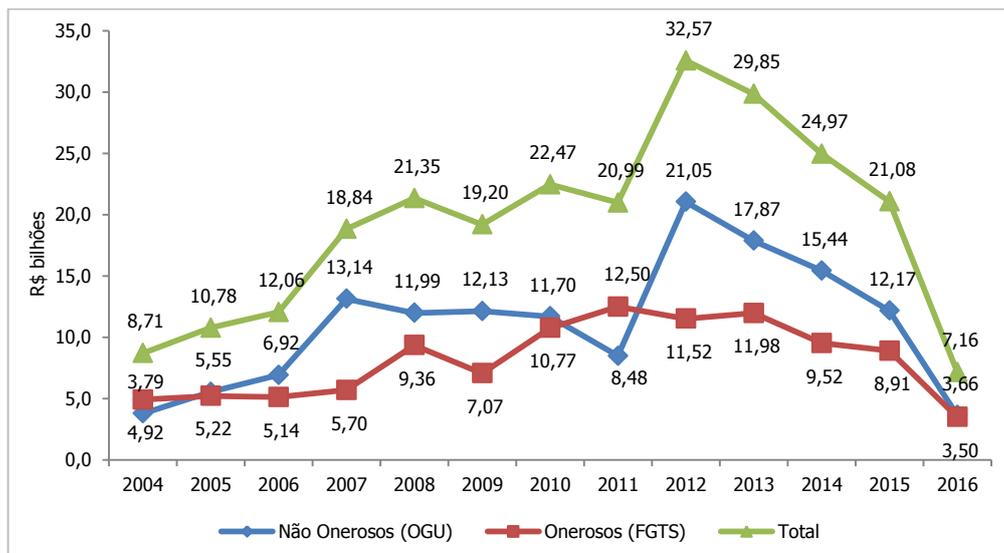
O montante de recursos disponíveis para os investimentos em saneamento básico, o total de recursos onerosos e não onerosos, no ano de 2016, foi de R\$ 7,16 bilhões, sendo 51,1% oriundos do OGU e 48,9% de empréstimos. Cabe ressaltar que o valor total disponível é efetivamente mais elevado, já que a parcela relativa aos financiamentos disponibilizados pelo BNDES e as contrapartidas ofertadas pelos proponentes não estão incluídas.

O Quadro 9 mostra a programação de recursos para investimentos em saneamento básico, desde o ano de 2004, em valores históricos.

**Quadro 9** - Recursos totais programados para investimentos em saneamento básico (em valores históricos)

<b>RECURSOS TOTAIS PROGRAMADOS PARA INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO (R\$ BILHÕES)</b>			
<b>ANO</b>	<b>Não onerosos (OGU)</b>	<b>Onerosos (somente FGTS)</b>	<b>Total</b>
2004	1,9	2,4	4,3
2005	2,9	2,7	5,6
2006	3,6	2,7	6,3
2007	4,3	3,2	7,5
2008	6,0	5,8	11,7
2009	6,7	4,4	11,1
2010	7,2	7,1	14,3
2011	5,9	9,0	14,8
2012	11,6	8,8	20,3
2013	14,8	9,7	24,5
2014	13,1	8,1	21,2
2015	11,0	5,9	16,9
2016	3,7	3,5	7,16
<b>TOTAL</b>	<b>92,6</b>	<b>73,1</b>	<b>165,7</b>

A comparação da evolução dos recursos disponíveis para investimentos em saneamento básico, com correção monetária pelo IGP-DI médio anual da FGV, para o ano de 2016, disponível no Gráfico 2, demonstra uma redução significativa dos recursos para investimentos em saneamento básico. Na comparação dos recursos programados de 2016 com os valores programados de 2015 (atualizados para o ano de 2016), nota-se uma redução de 66,0% de recursos totais disponíveis para investimentos em saneamento e, em relação ao ano de 2014, uma redução de 76,0%.

**Gráfico 2** - Evolução dos recursos federais programados para investimentos em saneamento básico\*

\*As séries foram indexadas pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2016

A regularidade e a previsibilidade da oferta de recursos, em horizontes de longo prazo, proporcionam condições básicas importantes para o planejamento setorial, principalmente em função da gestão descentralizada dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil, que pressupõe o aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação federativa para garantir o sucesso na aplicação dos recursos.

## 2. GASTOS EM SANEAMENTO BÁSICO EM 2016

De forma a contabilizar adequadamente os gastos do Governo Federal e dos fundos financiadores em saneamento básico, adotaram-se duas metodologias de classificação dos gastos: i) compromissos de gastos; e ii) desembolsos.

Os **compromissos** de gastos firmados sinalizam os investimentos futuros já comprometidos pela União e contemplam os valores dos contratos de empréstimos (financiamentos) somados aos valores dos empenhos realizados com recursos não onerosos do OGU<sup>9</sup>. Os **desembolsos** realizados representam os recursos financeiros efetivamente depositados pela União nas contas correntes dos empreendimentos e, usualmente, estão associados à execução física das etapas dos empreendimentos<sup>10</sup>.

No exercício financeiro de 2016 foram comprometidos R\$ 3,52 bilhões e desembolsados R\$ 9,65 bilhões para iniciativas de saneamento básico com recursos federais e dos fundos financiadores.

Os resultados revelam que os compromissos de gastos com recursos não onerosos em 2016 foram superiores aos recursos onerosos assumidos em 2016: 89,8% dos compromissos totais foram oriundos de recursos não onerosos (R\$ 3,16 bilhões) e 10,2% oriundos de recursos onerosos (R\$ 357 milhões).

Com relação aos compromissos totais realizados com recursos orçamentários (R\$ 3,16 bilhões), o MCidades foi responsável pelo empenho de 62,8% do montante total, valor equivalente a R\$ 1,99 bilhão. Para a região Nordeste foram destinados 42,8% do total de recursos orçamentários comprometidos em 2016. Os empréstimos comprometidos (R\$ 357 milhões) foram todos oriundos do FGTS. A maior parte dos recursos comprometidos totais foi destinada às regiões Nordeste (42,2%) e Sudeste (29,5%).

No que diz respeito aos desembolsos totais no período (R\$ 9,65 bilhões), os montantes de recursos orçamentários superaram os recursos onerosos: 61,6% dos recursos originaram-se de fontes não onerosas (R\$ 5,95 bilhões) e 38,4% de fontes de empréstimos (R\$ 3,71 bilhões).

Com relação ao total desembolsado com recursos do OGU no ano (R\$ 5,95 bilhões), o MCidades foi responsável por 49,0% (R\$ 2,91 bilhões) e o MI por 26,3% (R\$ 1,56 bilhão). Vale destacar que, do total desembolsado com recursos do OGU para o saneamento no período, 81,2% (R\$ 5,94 bilhões) correspondem às ações incluídas no PAC. Já com recursos de empréstimos, do total desembolsado (R\$ 3,71 bilhões), o FGTS constituiu-se na principal fonte de recursos, responsável por 80,7% dos desembolsos (R\$ 2,99 bilhões), enquanto os desembolsos com recursos do FAT alcançaram R\$ 716 milhões (19,3%). Destaca-se que 82,7% (R\$ 7,99 bilhões) dos desembolsos com recursos onerosos correspondem a desembolsos de empreendimentos incluídos no PAC.

---

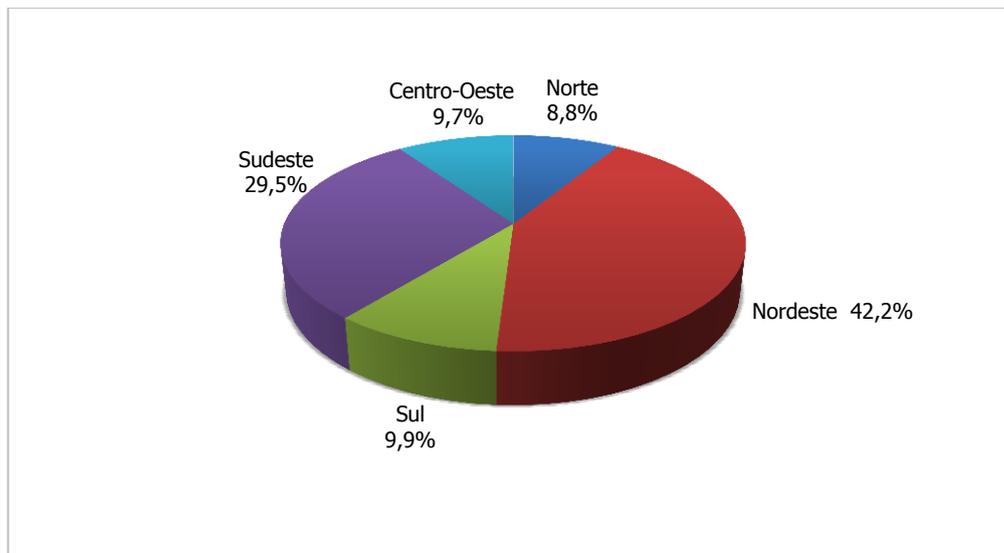
<sup>9</sup> O empenho constitui-se em uma garantia ao credor de que os valores comprometidos têm respaldo orçamentário e é o principal instrumento à disposição da administração pública para controle e acompanhamento da execução dos seus compromissos de gasto.

<sup>10</sup> Considerando-se a plurianualidade da execução das obras de infraestrutura urbana, ou seja, que grande parte da execução ultrapassa um exercício orçamentário, é importante mencionar que os desembolsos, no caso dos recursos orçamentários, incluem os valores pagos, bem como os restos a pagar processados pagos e os restos a pagar não processados pagos no exercício financeiro.

## 2.1. Compromissos de gastos e desembolsos por região e fonte de recursos

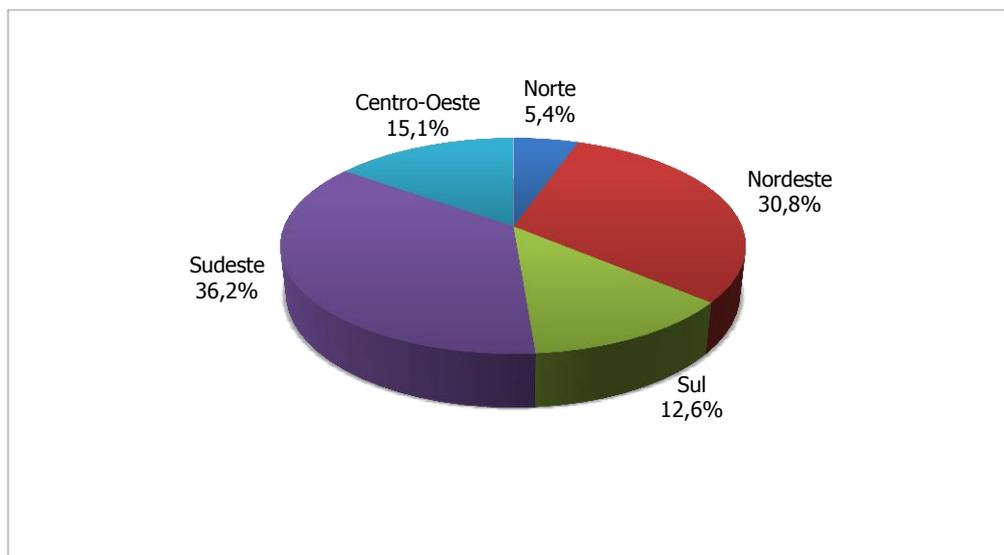
O Gráfico 3, que detalha a distribuição total dos compromissos de gastos por macrorregião, revela que a maior parte dos gastos comprometidos (soma de gastos onerosos e não onerosos), em 2016, foi direcionada para os estados e municípios das regiões Nordeste (42,2%; R\$ 1,48 bilhão) e Sudeste do País (29,5%; R\$ 1,04 bilhão). No Anexo 2, estão detalhados, por UF e fonte de recursos, os valores comprometidos no exercício financeiro de 2016.

**Gráfico 3** - Gastos totais comprometidos em iniciativas de saneamento básico, por região, em 2016 (em %)



O Gráfico 4, que apresenta a distribuição total dos desembolsos por macrorregiões, revela que a maior parte dos valores desembolsados (soma de onerosos e não onerosos) em 2016 foi direcionada para os estados e municípios das regiões Sudeste (36,2%; R\$ 3,49 bilhões), Nordeste (30,8%; R\$ 2,97 bilhões) e Centro-Oeste (15,1%; 1,46 bilhão) do País. No Anexo 3, estão detalhadas, por UF e fonte de recursos, os valores desembolsados no exercício financeiro de 2016.

**Gráfico 4** - Gastos totais desembolsados em iniciativas de saneamento básico por região, em 2016 (em %)



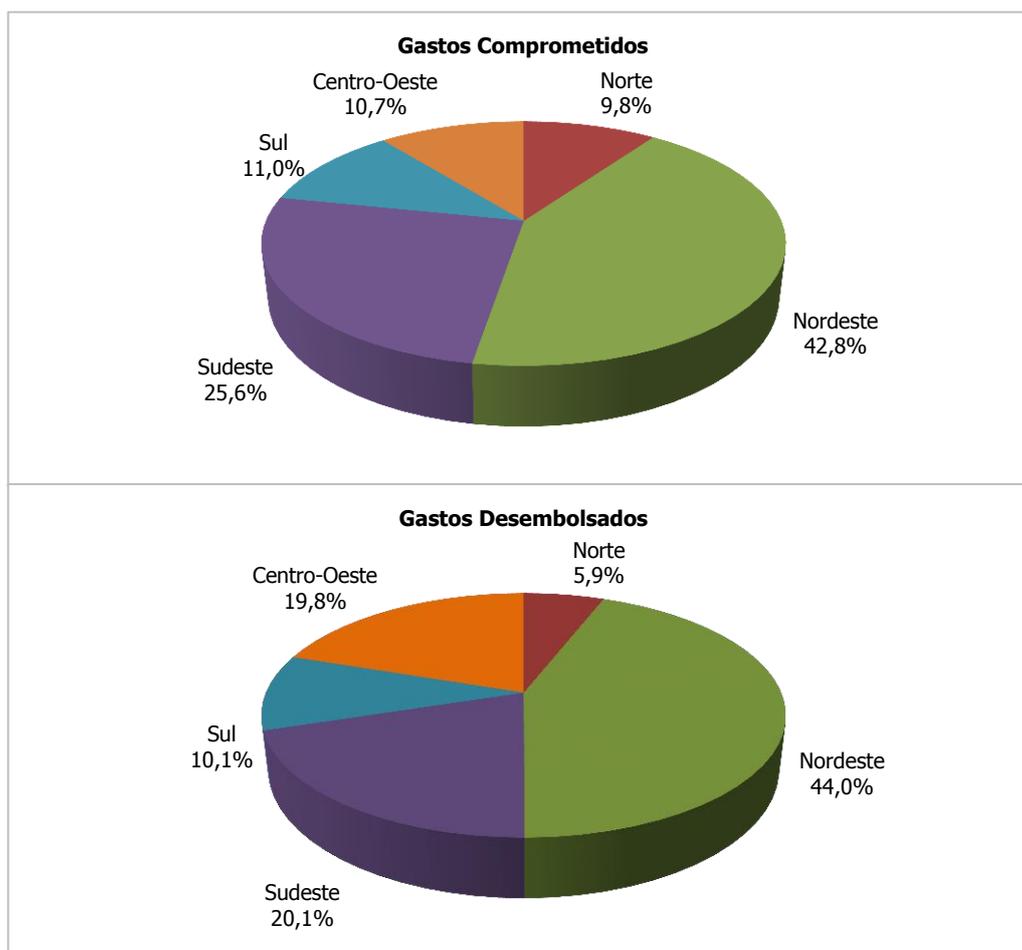
## 2.2. Compromissos de gastos e desembolsos com recursos do OGU

Na análise da alocação dos gastos oriundos de fontes não onerosas, destaca-se que, do valor total comprometido (R\$ 3,16 bilhões) e desembolsado (R\$ 5,95 bilhões) com recursos do OGU, a região Nordeste foi beneficiada com 42,8% (R\$ 1,35 bilhão) dos compromissos de gastos e 44% (R\$ 2,62 bilhões) dos desembolsos. Esse processo de focalização do gasto nas regiões mais pobres do País é um importante instrumento à disposição dos gestores para fazer frente às desigualdades regionais de acesso aos serviços públicos<sup>11</sup>. É na região Nordeste que estão localizadas as áreas com as maiores carências na prestação dos serviços e onde são mais restritas as possibilidades de autofinanciamento dos sistemas que prestam os serviços.

Por isso, essa focalização dos recursos objetiva colaborar para a superação das dificuldades de acesso aos recursos de empréstimos decorrentes da menor capacidade de pagamento e das restrições ao endividamento público interpostas pela legislação fiscal vigente, que atinge de forma mais intensa os Municípios e Estados localizados nas áreas mais carentes do País.

O Gráfico 5 abaixo detalha, por macrorregião, os valores comprometidos e desembolsados com recursos não onerosos no exercício de 2016.

**Gráfico 5** - Gastos não onerosos comprometidos e desembolsados para o saneamento básico, em 2016



<sup>11</sup> De acordo com os dados da PNAD 2015, a região Nordeste apresenta uma das menores taxas de cobertura dos serviços de saneamento e um dos maiores déficits absolutos de acesso aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com cerca de 3,8 milhões de domicílios urbanos sem acesso à rede geral de água e 7,2 milhões de domicílios urbanos sem acesso à rede coletora de esgoto ou à solução de fossa séptica.

### 2.2.1. Compromissos de gastos e desembolsos com recursos do OGU por órgão

O Quadro 10 detalha os valores comprometidos com recursos do OGU em 2016, de acordo com órgão executor e a macrorregião beneficiada. O MCidades foi responsável pelo empenho de R\$ 1,99 bilhão, 62,8% do montante total, seguido pela Funasa/MS, com 27,3% (R\$ 862 milhões), e pelo MI, com 5,6% (R\$ 177 milhões).

Do montante de compromissos de gastos com recursos orçamentários, 36,0% (R\$1,14 bilhão) dos empenhos realizados em 2016 correspondiam a ações incluídas no PAC. Em termos absolutos, o MCidades foi o órgão que empenhou o maior valor em ações orçamentárias do PAC – R\$ 475 milhões–, seguido pela Funasa/MS com R\$ 356 milhões. O MI foi o órgão que, proporcionalmente, teve maior parcela de seu orçamento comprometido com ações incluídas no PAC – 100% –, seguido pelo MDSA, com 99,4%, pela Funasa/MS, com 41,3%, e pelo MCidades, com 23,9%.

**Quadro 10** - Recursos não onerosos (OGU) comprometidos para o saneamento básico, por região e por órgão

RECURSOS NÃO ONEROSOS COMPROMETIDOS PARA O SANEAMENTO BÁSICO EM 2016 (R\$ 1,00)							
REGIÃO	MCidades	Funasa/MS	MI	MDSA	MMA	MT	Total
Norte	157.521.553	152.861.518	-	573	-	-	310.383.644
Nordeste	701.193.251	371.753.696	160.823.938	114.765.790	3.369.831	-	1.351.905.506
Sudeste	614.474.033	174.990.371	14.828.228	5.307.967	-	-	809.600.599
Sul	262.146.992	79.580.918	2.000.000	3.700.00	-	-	347.397.910
Centro-Oeste	250.148.586	82.950.541	-	5.950.512	544.374	-	339.594.013
Nacional *	-	-	8.000	-	-	-	-
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>1.985.484.415</b>	<b>862.407.044</b>	<b>177.652.167</b>	<b>129.723.842</b>	<b>3.914.205</b>	<b>-</b>	<b>3.159.181.672,11</b>
<b>TOTAL (%)</b>	<b>62,8</b>	<b>27,3</b>	<b>5,6</b>	<b>4,1</b>	<b>0,124</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>
<b>PAC ** (%)</b>	<b>23,9</b>	<b>41,3</b>	<b>100,0</b>	<b>99,4</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>36,0</b>

\* Região não definida

\*\*Valor empenhado em rubricas do Programa em relação ao total empenhado pelo órgão

O Quadro 11 detalha os valores desembolsados com recursos do OGU em 2016 por órgão e região. Com relação aos desembolsos, observa-se que o MCidades foi responsável por 49,0% (R\$ 2,91 bilhões) dos desembolsos totais, seguido pelo MI, com 26,3% (R\$ 1,56 bilhão) e pela Funasa/MS, com 14,8% (R\$ 881 milhões).

Considerando-se o total desembolsado pelos órgãos, de R\$ 5,95 bilhões, 81,2% das ações estavam incluídas no PAC. Em termos absolutos, o MCidades e o MI foram os órgãos que desembolsaram os maiores valores em ações incluídas no PAC: R\$ 2,02 bilhões e R\$ 1,52 bilhão, correspondendo, respectivamente, a 69,2% e 97,0% de seus desembolsos totais, seguido pelo MDSA, que contabilizou 100% (R\$ 540 milhões) de seu desembolso total.

**Quadro 11** - Recursos não onerosos desembolsados para o saneamento básico, por região e por órgão

RECURSOS NÃO ONEROSOS DESEMBOLSADOS PARA O SANEAMENTO BÁSICO EM 2016							
REGIÃO	MCidades	Funasa/MS	MI	MDSA	MMA	MT	Total
Norte	236.264.905	95.288.660	19.063.175	1.766.890	100.000	478.500	352.962.130
Nordeste	979.779.209	323.656.959	800.466.293	477.009.960	38.327.350	3.171.470	2.619.411.240
Sudeste	835.530.793	227.958.670	112.171.349	16.742.183	377.182	3.349.408	1.196.129.585
Sul	447.040.966	126.931.792	3.755.203	19.780.000	-	1.941.094	599.449.054
Centro-Oeste	414.297.077	106.957.202	626.603.999	27.784.087	130.117	4.416.313	1.180.188.795
Nacional *	-	-	581.741	-	-	-	581.741
<b>TOTAL (R\$)</b>	<b>2.912.912.950</b>	<b>880.793.282</b>	<b>1.562.641.760</b>	<b>540.083.120</b>	<b>38.934.649</b>	<b>13.356.784</b>	<b>5.948.722.545</b>
<b>TOTAL (%)</b>	<b>49,0</b>	<b>14,8</b>	<b>26,3</b>	<b>9,1</b>	<b>0,7</b>	<b>0,2</b>	<b>100,0</b>
<b>PAC ** (%)</b>	<b>69,2</b>	<b>86,1</b>	<b>97,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>81,2</b>

\* Região não definida

\*\*Valor desembolsado em rubricas do Programa em relação ao total desembolsado pelo órgão

### 2.2.2. Compromissos de gasto e desembolsos com recursos do OGU por Programa de Governo

Os programas de governo concretizam e orientam a ação governamental para atendimento das demandas sociais. É, essencialmente, por meio deles que o Governo Federal planeja as intervenções e promove a alocação dos investimentos.

O Quadro 12 detalha os gastos federais empenhados e desembolsados com recursos não onerosos de acordo com os programas orçamentários constantes no OGU. Destaca-se o Programa Planejamento Urbano (2054), que apresentou 46,7% dos compromissos no período e inclui recursos destinados por meio de emendas parlamentares (Ação 1D73 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano).

O Programa Saneamento Básico (2068), que, também foi responsável por significativa parcela dos valores comprometidos e desembolsados (40,1% e 29,9%, respectivamente), seguido pelo Programa Segurança Alimentar (2069), com 8,0% dos valores comprometidos e 17,1% dos desembolsos.

Quadro 12 - Recursos não onerosos comprometidos e desembolsados, por programa de Governo

RECURSOS NÃO ONEROSOS				
PROGRAMA	COMPROMETIDOS		DESEMBOLSADOS	
	R\$	%	R\$	%
Saneamento Básico (2068) <sup>1</sup>	1.266.786.774	40,1	1.781.202.988	29,9
Planejamento Urbano (2054) <sup>1</sup>	1.476.347.466	46,7	1.062.700.543	17,9
Segurança Alimentar e Nutricional (2069) <sup>1</sup>	252.604.322	8,0	1.019.603.067	17,1
Oferta de Água (2051) <sup>1</sup>	-	-	999.405.458	16,8
Gestão de Riscos e Resposta a Desastres (2040) <sup>1</sup>	130.199.230	4,1	479.478.976	8,1
Serviços Urbanos de Água e Esgoto (0122) <sup>2</sup>	-	-	257.604.187	4,3
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano (0310) <sup>2</sup>	-	-	135.218.549	2,3
Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial (1138) <sup>2</sup>	-	-	60.485.994	1,0
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários (1128) <sup>2</sup>	-	-	46.953.814	0,8
Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (2065) <sup>1</sup>	33.251.880	1,1	32.080.079	0,5
Resíduos Sólidos (2067) <sup>1</sup>	-	-	13.833.966	0,2
Saneamento Rural (1287) <sup>2</sup>	-	-	13.581.673	0,2
Infraestrutura Hídrica (0515) <sup>2</sup>	-	-	11.171.530	0,2
Conservação e Gestão de Recursos Hídricos (2026) <sup>1</sup>	-	-	8.131.842	0,1
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte (6001) <sup>3</sup>	-	-	6.484.503	0,1
Fortalecimento da Gestão Urbana (1136) <sup>2</sup>	-	-	6.427.026	0,1
Resíduos Sólidos Urbanos (8007) <sup>2</sup>	-	-	6.209.349	0,1
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte (6002) <sup>3</sup>	-	-	3.527.717	0,1
Integração de Bacias Hidrográficas (1036) <sup>2</sup>	-	-	3.243.681	0,1
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental (1305) <sup>2</sup>	-	-	1.377.602	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>3.159.189.672</b>	<b>100,0</b>	<b>5.948.722.545</b>	<b>100,0</b>

<sup>1</sup> Programas PPA 2012-2015 e 2016-2019

<sup>2</sup> Programas PPA 2008-2011

<sup>3</sup> Programas PPA 2004-2007 com restos a pagar pagos

### 2.3. Compromissos de gastos e desembolsos com recursos onerosos

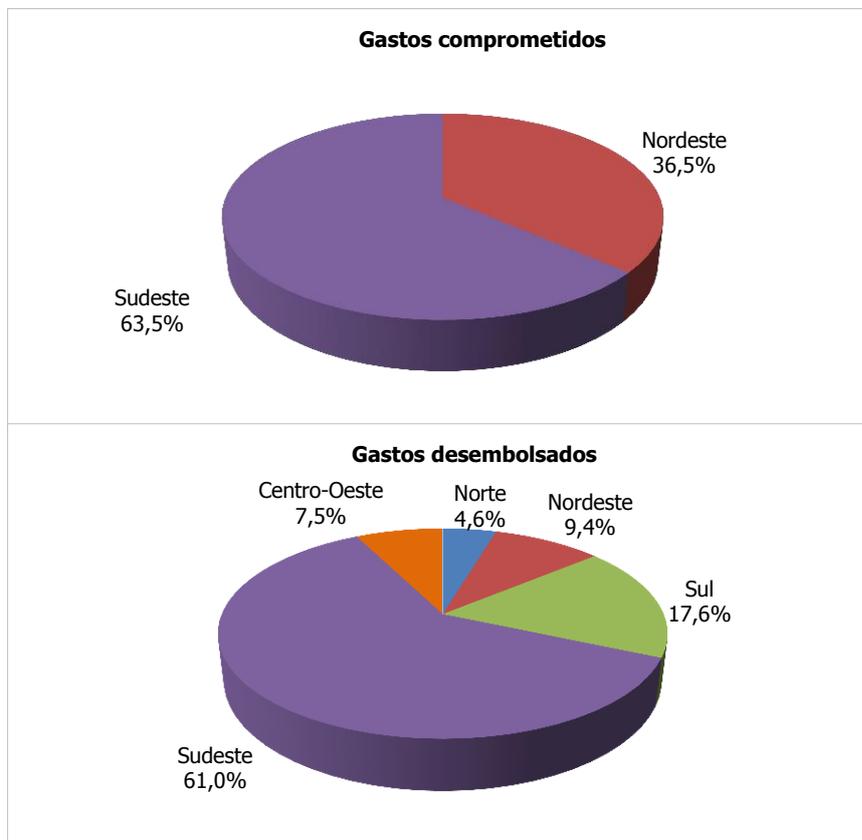
Em 2016, foram comprometidos R\$ 357 milhões e desembolsados R\$ 3,71 bilhões em iniciativas de saneamento básico com recursos de empréstimos públicos. Destaca-se que dentre os recursos onerosos, o FGTS constituiu-se na principal fonte de recursos, responsável por 100% dos valores comprometidos e 80,7% dos valores desembolsados.

O Gráfico 6 detalha os percentuais comprometidos e desembolsados com recursos onerosos por fonte de recursos e macrorregião. Em relação à distribuição dos recursos de empréstimos, vale ressaltar que a subordinação das contratações à análise das capacidades de pagamento e de endividamento dos tomadores dos empréstimos determina uma concentração dos investimentos em áreas economicamente mais dinâmicas, o que se reflete no maior aporte de gastos comprometidos e desembolsados para os municípios e estados da região Sudeste (63,5% dos recursos onerosos comprometidos e 61,0% dos desembolsados).

Na análise dos desembolsos por fonte e região, observa-se que 64,1% dos recursos desembolsados pelo FGTS destinaram-se ao Sudeste e 48,0% dos desembolsos de financiamentos com recursos do FAT foram destinados à mesma região.

Nos Anexos 2 e 3, estão disponíveis os valores comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico por fonte de financiamento oneroso e UF.

**Gráfico 6** - Recursos onerosos (FAT/FGTS) comprometidos e desembolsados para o saneamento básico, em 2016



#### 2.4. Compromissos de gastos e desembolsos per capita (recursos onerosos e não onerosos)

Os dados reunidos revelam que no exercício financeiro de 2016 foram comprometidos, em média, R\$ 17,06 *per capita* e desembolsados R\$ 46,84 *per capita* em iniciativas de saneamento básico. No Anexo 4 estão listados os valores *per capita* comprometidos e desembolsados com iniciativas de saneamento básico, por UF e por fonte de recursos.

Dentre os valores médios comprometidos por região, apurou-se na região Nordeste o maior valor *per capita* (R\$ 26,04), seguido pela região Centro-Oeste (R\$ 21,68) e pela região Norte (R\$ 17,53). As regiões Sudeste e Sul ficaram com valor abaixo da média nacional (R\$ 12,00 e R\$ 11,81 respectivamente). A análise dos valores *per capita* comprometidos, de acordo com o Anexo 4, mostra que os maiores valores *per capita* foram destinados às seguintes UF: Roraima (R\$ 214,85), Maranhão (R\$ 44,37) e Piauí (R\$ 38,81).

Em relação aos valores médios desembolsados, a região Centro-Oeste obteve o maior valor *per capita* (R\$ 92,96), seguido pela região Nordeste (R\$ 52,18). Os maiores desembolsos *per capita*, de acordo com o Anexo 4, foram apurados no Distrito Federal (R\$ 277,10), em Roraima (R\$ 153,24) e em Paraíba (R\$ 68,52). Observa-se que, dentre os gastos comprometidos *per capita* da região Centro-Oeste, o Distrito Federal foi responsável por 56,7% dos recursos desembolsados destinados à região, equivalente a R\$ 825 milhões<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Excluindo o Distrito Federal, o valor desembolsado *per capita* da Região Centro-Oeste é reduzido para R\$ 49,73.

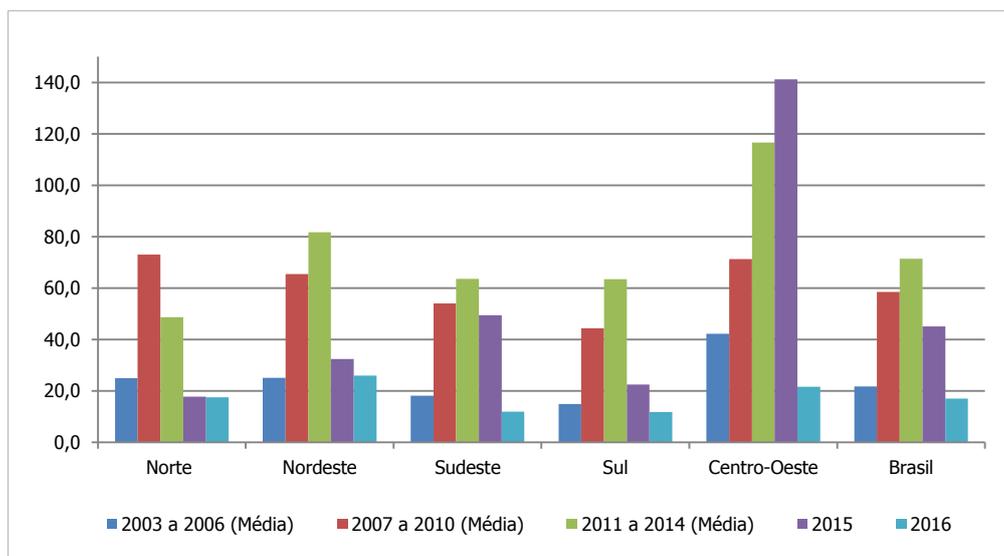
O Quadro 13 detalha os gastos *per capita* comprometidos e desembolsados para o saneamento básico no ano de 2016, segundo a fonte de recursos e a região.

**Quadro 13** - Valores *per capita* comprometidos e desembolsados para o saneamento básico, em 2016

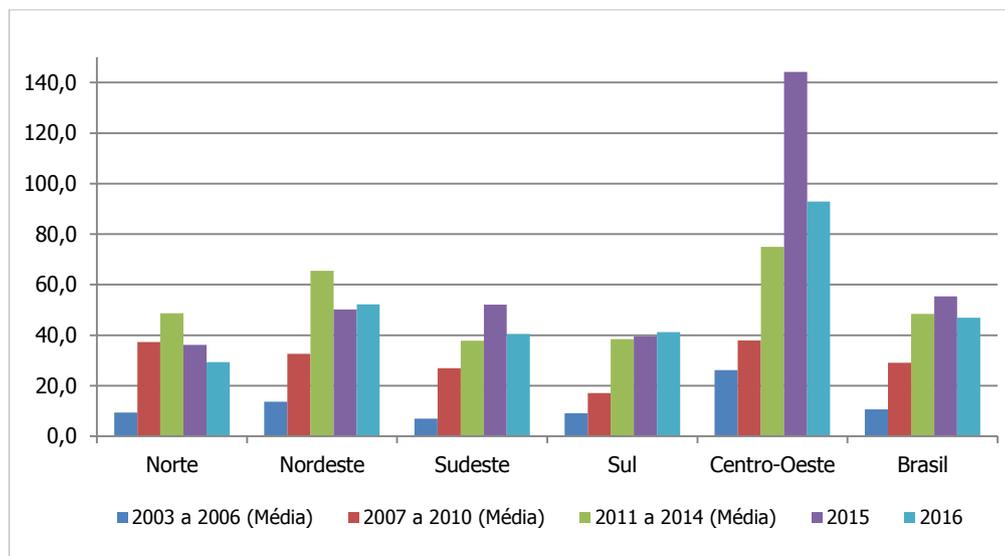
GASTOS PER CAPITA EM SANEAMENTO BÁSICO - 2016						
REGIÃO	COMPROMETIDOS (R\$ 1,00)			DESEMBOLSADOS (R\$ 1,00)		
	Não onerosos	Onerosos	Total	Não onerosos	Onerosos	Total
Norte	17,53	-	17,53	19,93	9,46	29,39
Nordeste	23,75	2,29	26,04	46,02	6,16	52,18
Sudeste	9,38	2,62	12,00	13,85	26,61	40,46
Sul	11,81	-	11,81	20,36	20,84	41,21
Centro-Oeste	21,68	-	21,68	75,36	17,60	92,96
<b>TOTAL</b>	<b>15,33</b>	<b>1,73</b>	<b>17,06</b>	<b>28,87</b>	<b>17,98</b>	<b>46,84</b>

No Gráfico 7, pode-se observar a evolução dos compromissos de gasto *per capita* de 2003 a 2016, em valores históricos, por macrorregiões. A análise da evolução dos gastos *per capita* comprometidos mostra que em 2016 houve uma redução na média nacional, sendo muito inferior a média dos anos anteriores. A média dos valores comprometidos *per capita*, referente a 2016, reduziu-se em 62,2% em relação a 2015, passando de R\$ 45,71 em 2015 para R\$ 17,06 em 2016.

**Gráfico 7** - Valores *per capita* comprometidos para o saneamento básico, de 2003 a 2016



No Gráfico 8, pode-se observar os dados históricos dos desembolsos *per capita* de 2003 a 2016, por macrorregiões. Na região Centro-Oeste, apurou-se uma redução de 35,5% dos valores *per capita* de 2016 em relação aos de 2015, seguido pela região Sudeste, com 22,3% e pela região Norte, com 18,8% de redução. Observa-se que a média de desembolso *per capita* reduziu 15,4% em relação a 2015, passando de R\$ 55,40 em 2015 para R\$ 46,84 em 2016.

**Gráfico 8** - Valores *per capita* desembolsados para o saneamento básico, de 2003 a 2016

## 2.5. Gastos comprometidos e desembolsados por modalidade

No Gasto Público em Saneamento, são consideradas as seguintes classificações de modalidades de intervenções em saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem (manejo de águas pluviais), resíduos sólidos (manejo de resíduos sólidos), saneamento integrado (empreendimentos que incluem mais de uma modalidade de intervenção simultânea em saneamento básico na mesma base territorial), estudos e projetos, desenvolvimento institucional, infraestrutura urbana<sup>13</sup> e redução e controle de perdas.

A modalidade Infraestrutura Urbana (correspondente aos seguintes Programas: Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte, Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte, Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano e Planejamento Urbano) diz respeito às intervenções de saneamento básico conjugadas com outras obras de desenvolvimento urbano, que incluem variadas melhorias de infraestrutura urbana, principalmente destinadas à pavimentação de vias, que representa cerca de 2/3 das intervenções. Vale lembrar que os recursos destinados a essa modalidade classificada como infraestrutura urbana são oriundos de emendas parlamentares e, por questões metodológicas, foram individualizadas em uma modalidade específica.

Na categoria Diversos, estão incluídos os gastos dirigidos a saneamento domiciliar, gestão e administração dos programas, saneamento nas escolas, outras obras de engenharia, controle de qualidade de água, dentre outros.

O Quadro 14 detalha os recursos comprometidos e desembolsados por modalidade de intervenção e por fonte de recursos em 2016, o número estimado de famílias beneficiadas e de empregos gerados.

<sup>13</sup> A modalidade Infraestrutura Urbana corresponde às ações de emendas parlamentares que, em Relatórios anteriores, estavam incluídos na modalidade Pró-Municípios, compreendendo intervenções dos seguintes Programas: 6001 e 6002 (PPA 2003-2007); 0310 (ação 1D73 - PPA 2008-2011); e 2054 (ação 1D73 - PPA 2012-2015 e PPA 2016-2019).

Quadro 14 - Recursos totais comprometidos e desembolsados por modalidade e fonte de recursos, em 2016

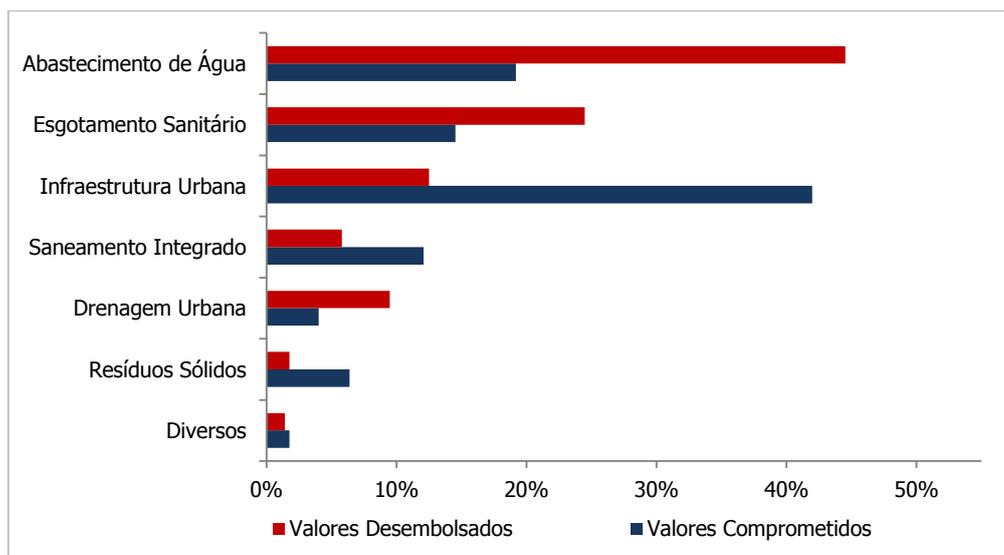
RECURSOS COMPROMETIDOS E DESEMBOLSADOS POR MODALIDADE E FONTE DE RECURSOS							
MODALIDADE	FONTE DE RECURSO	COMPROMETIDOS		DESEMBOLSADOS		FAMÍLIAS BENEFICIADAS	EMPREGOS GERADOS
		(R\$)	%	(R\$)	%		
Abastecimento de Água	Empréstimo	130.257.131	19,2	1.609.848.474	44,5	3.582.555	227.850
	OGU	544.470.007		2.689.217.059			
	<b>Total</b>	674.727.138		4.299.065.533			
Esgotamento Sanitário	Empréstimo	43.229.595	14,5	1.340.797.559	24,5	984.597	125.241
	OGU	468.124.315		1.022.235.962			
	<b>Total</b>	511.353.909		2.363.033.521			
Infraestrutura Urbana*	OGU	1.476.347.466	42,0	1.207.931.312	12,5	-	64.020
	<b>Total</b>	1.476.347.466		1.207.931.312			
Saneamento Integrado	Empréstimo	-	12,1	139.188.661	5,8	43.736	29.671
	OGU	425.190.242		420.634.726			
	<b>Total</b>	425.190.242		559.823.388			
Drenagem Urbana	Empréstimo	-	4,0	367.337.822	9,5	366.174	48.518
	OGU	141.575.952		548.096.813			
	<b>Total</b>	141.575.952		915.434.635			
Resíduos Sólidos	Empréstimo	183.411.829	6,4	138.203.673	1,8	426.635	9.045
	OGU	41.690.547		32.450.438			
	<b>Total</b>	225.102.376		170.654.111			
Estudos e Projetos	Empréstimo	-	0,01	1.681.748	0,1	156.982	466
	OGU	330.284		7.109.265			
	<b>Total</b>	330.284		8.791.014			
Diversos**	Empréstimo	-	1,7		0,2	**	894
	OGU	61.460.860		16.876.024			
	<b>Total</b>	61.460.860		16.876.024			
Desenvolvimento Institucional	Empréstimo	-	-	46.704.938	0,5	-	-
	OGU	-		4.170.947			
	<b>Total</b>	-		50.875.885			
Redução e Controle de Perdas	Empréstimo	-	-	61.298.579	0,6	-	-
	<b>Total</b>	-		61.298.579			
<b>TOTAL</b>		<b>3.516.088.227</b>	<b>100,0</b>	<b>9.653.784.000</b>	<b>100,0</b>	<b>***</b>	<b>601.776</b>

\* Os valores comprometidos na modalidade Infraestrutura Urbana são referentes ao programa 2054 (ação 1D73). Já os valores desembolsados nesta modalidade incluem ações dos programas 6001, 6002, 0310 (ação 1D73) e 2054 (ação 1D73).

\*\* Na modalidade Diversos não foi possível calcular o número de famílias beneficiadas em função da diversidade de unidades de medida para as iniciativas contabilizadas.

\*\*\* Optou-se por não incluir o número total de famílias beneficiadas porque uma mesma família pode estar sendo beneficiada por investimentos realizados em mais de uma modalidade.

O Gráfico 9 mostra a distribuição percentual total dos gastos realizados, em 2016, por modalidade, segundo a categoria de gasto. Pode-se perceber priorização das ações de Infraestrutura Urbana: a modalidade foi contemplada com 42,0% dos gastos comprometidos e 12,5% dos desembolsados. Em seguida, destaca-se o Abastecimento de Água, com 19,2% dos compromissos e 44,5% dos desembolsos. Outros destaques foram para as modalidades Esgotamento Sanitário, que obteve 14,5% dos recursos totais comprometidos e 24,5% dos desembolsados, e a modalidade Saneamento Integrado, que obteve 12,1% dos recursos totais comprometidos e 5,8% dos desembolsados. As demais modalidades apresentaram percentuais abaixo de 10%.

**Gráfico 9** - Valores comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2016 por modalidade (% em relação ao total)

\* Neste gráfico, a modalidade Diversos abrange as modalidades estudos e projetos, desenvolvimento institucional, redução e controle de perdas, os gastos dirigidos a saneamento domiciliar, gestão e administração dos programas, saneamento nas escolas, outras obras de engenharia, controle de qualidade de água, dentre outros.

## 2.6. Evolução dos gastos comprometidos e desembolsados

O Quadro 15 detalha os valores históricos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico desde o ano de 2003 pelos órgãos executores e fundos públicos que apoiam ações de saneamento.

**Quadro 15** - Gastos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico (em valores históricos)

ANO	COMPROMETIDOS (R\$ 1,00)			DESEMBOLSADOS (R\$ 1,00)		
	EMPRÉSTIMOS	OGU	TOTAL	EMPRÉSTIMOS	OGU	TOTAL
<b>2003 a 2006</b>	6.403.586.796	6.111.910.274	<b>12.515.497.070</b>	2.758.552.876	3.554.024.813	<b>6.312.577.689</b>
<b>2007 a 2010</b>	20.318.570.194	22.055.271.127	<b>42.373.841.321</b>	10.342.893.175	12.043.736.742	<b>22.386.629.917</b>
<b>2011</b>	2.759.731.082	4.244.206.669	<b>7.003.937.751</b>	3.580.839.547	3.688.809.817	<b>7.269.649.363</b>
<b>2012</b>	4.108.387.112	8.951.499.847	<b>13.059.886.959</b>	3.086.752.707	5.899.863.729	<b>8.986.616.436</b>
<b>2013</b>	7.907.565.307	10.508.292.332	<b>18.415.857.639</b>	3.877.969.696	6.432.556.659	<b>10.310.526.354</b>
<b>2014</b>	9.475.758.242	8.133.531.193	<b>17.609.289.435</b>	4.482.648.252	6.909.224.974	<b>11.391.873.226</b>
<b>2015</b>	3.997.334.545	5.348.190.710	<b>9.345.525.255</b>	5.195.839.004	6.129.951.757	<b>11.325.790.761</b>
<b>2016</b>	356.898.555	3.159.189.672	<b>3.516.088.227</b>	3.705.061.455	5.948.722.545	<b>9.653.784.000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>55.087.438.343</b>	<b>68.512.091.823</b>	<b>123.599.530.166</b>	<b>36.767.529.584</b>	<b>50.606.891.035</b>	<b>87.374.420.619</b>

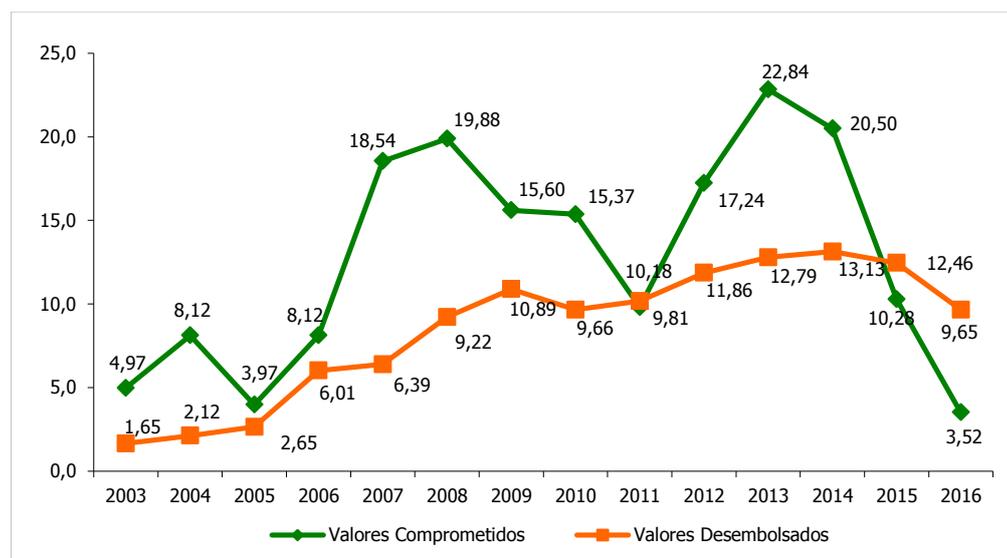
A evolução dos valores comprometidos e desembolsados para o saneamento básico desde 2003, com correção monetária pelo IGP-DI da FGV para o ano de 2016, disponível no Gráfico 10, demonstra os avanços do Governo Federal na retomada dos investimentos públicos em saneamento.

O Gráfico 10 revela que houve decréscimo de 62,4% nos valores comprometidos de 2015 para 2016. Isto ocorreu, principalmente, em função da redução dos recursos onerosos e não onerosos destinados para investimentos em saneamento. Também contribuíram para a

queda nos valores comprometidos, a redução de novas contratações no âmbito do PAC e a diminuição do ritmo de execução dos empreendimentos.

Os valores desembolsados em 2016 reduziram 14,8% em relação a 2015. Apesar do decréscimo nos desembolsos, o montante desembolsado (R\$ 9,65 bilhões) indica que as obras contratadas em anos anteriores estão em andamento ou estão sendo concluídas.

**Gráfico 10** - Evolução dos gastos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico de 2003 a 2016\*

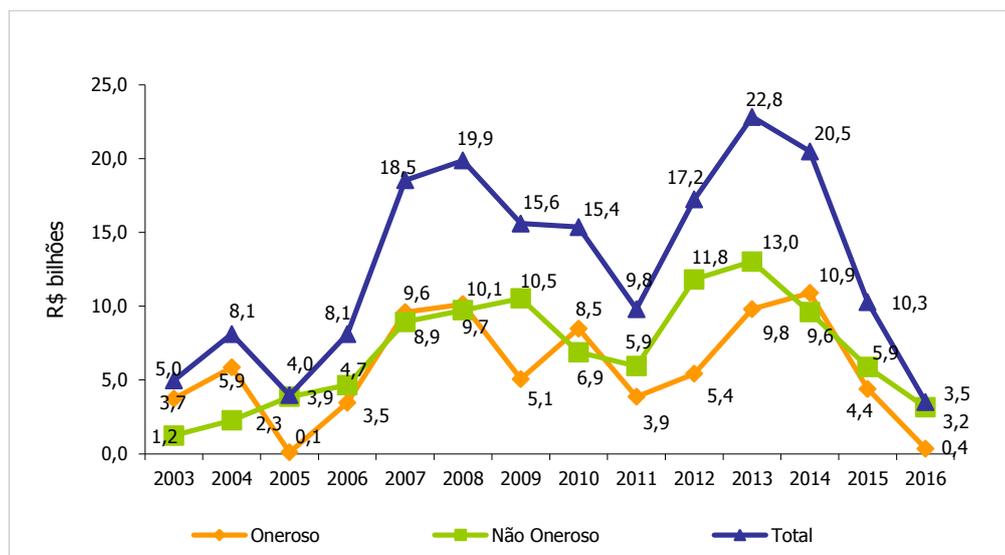


\* As séries foram indexadas pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2016.

### 2.6.1. Evolução dos gastos comprometidos e desembolsados por fonte de recursos

Na análise da evolução dos valores comprometidos por fonte de recursos em 2016, disponíveis no Gráfico 11, atualizados pelo IGP-DI para o ano de 2016, observa-se que os recursos não onerosos foram a principal fonte de gastos comprometidos, oito vezes superior aos valores comprometidos com recursos onerosos.

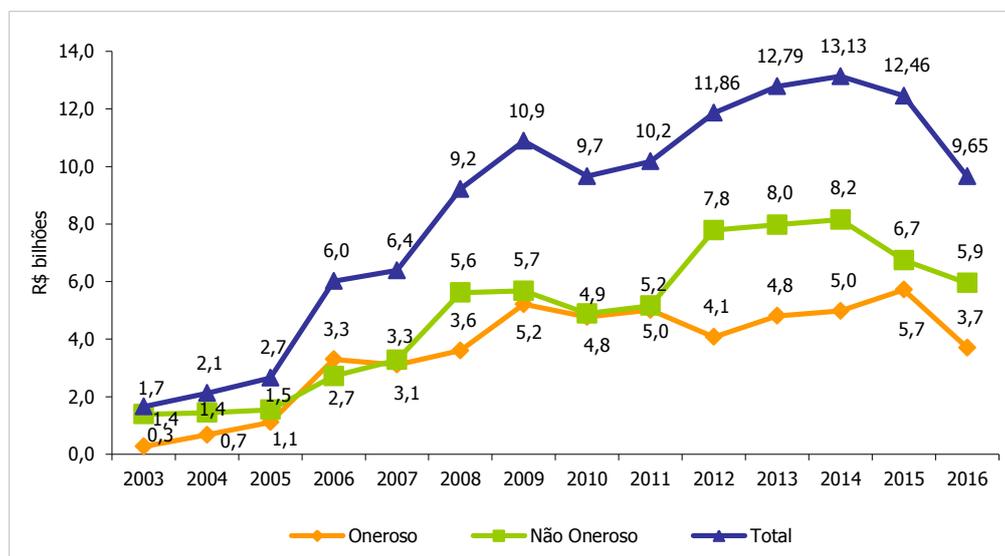
**Gráfico 11** - Evolução dos gastos comprometidos em iniciativas de saneamento básico, de 2003 a 2016, por fonte de recurso\*



\* As séries foram indexadas pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2016.

Na análise da evolução dos valores desembolsados anualmente por fonte de recursos, disponíveis no Gráfico 12, atualizadas pelo IGP-DI para o ano de 2016, observa-se que o desembolso de 2016 (R\$ 9,65 bilhões) é abaixo do valor apurado em 2015 (R\$ 12,46 bilhões). Os desembolsos de recursos onerosos diminuíram de R\$ 5,7 bilhões em 2015 para R\$ 3,7 bilhões em 2016. Os recursos não onerosos apresentaram valores estáveis entre 2012 e 2014, mas há uma redução dos desembolsos, tanto em 2015 como em 2016.

**Gráfico 12** - Evolução dos gastos desembolsados em iniciativas de saneamento básico, de 2003 a 2016, por fonte de recurso\*



\* As séries foram indexadas pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2016

## 2.6.2. Gastos comprometidos e desembolsados por região

A análise dos valores comprometidos e desembolsados com recursos do OGU entre os anos de 2003 e 2016 mostra a importância dos recursos não onerosos para a região Nordeste. A

priorização da destinação de recursos para a região revela a atuação estratégica do Governo Federal que visa melhorar as situações sanitárias de áreas que, além de apresentarem os piores indicadores de acesso aos serviços, têm menor capacidade de acesso aos recursos onerosos. O Quadro 16 mostra, em valores históricos, que a região Nordeste foi beneficiada com 45,9% dos valores comprometidos (R\$ 31,42 bilhões) e 47,2% dos montantes desembolsados (R\$ 23,88 bilhões) com recursos do OGU entre os anos de 2003 e 2016.

**Quadro 16** - Valores totais comprometidos e desembolsados com recursos não onerosos em iniciativas de saneamento básico, de 2003 a 2016, por região

REGIÃO	COMPROMETIDOS		DESEMBOLSADOS	
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%
Norte	5.158.530.116	7,5	3.286.186.479	6,5
Nordeste	31.420.256.903	45,9	23.884.582.008	47,2
Sul	5.809.853.385	8,5	3.993.395.067	7,9
Sudeste	14.950.776.348	21,8	9.920.429.438	19,6
Centro-Oeste	11.143.551.865	16,3	9.216.470.889	18,2
Nacional*	29.123.207	0,0	305.827.154	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>68.512.091.823</b>	<b>100</b>	<b>50.606.891.035</b>	<b>100</b>

\* Sem região definida

A análise dos valores comprometidos e desembolsados com recursos de empréstimos mostra a concentração da destinação dos recursos onerosos na região Sudeste. A destinação de recursos para a região é resultado dos critérios adotados para acesso aos recursos onerosos, que privilegiam as áreas com maior dinamismo econômico. O Quadro 17 mostra, em valores históricos, que a região Sudeste foi beneficiada com 58,4% dos valores comprometidos (R\$ 32,31 bilhões) e 57,3% dos desembolsos (R\$ 21,20 bilhões) de 2003 a 2016.

**Quadro 17** - Valores totais comprometidos e desembolsados com recursos onerosos em iniciativas de saneamento básico, de 2003 a 2016, por região

REGIÃO	COMPROMETIDOS		DESEMBOLSADOS	
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%
Norte	4.081.596.952	7,4	2.999.711.998	8,1
Nordeste	7.010.431.410	12,7	5.233.897.233	14,1
Sul	8.198.250.977	14,8	5.386.603.483	14,5
Sudeste	32.308.126.466	58,4	21.202.890.774	57,3
Centro-Oeste	3.704.917.952	6,7	2.102.107.113	5,7
Nacional*	24.508.075	0,0	105.346.109	0,3
<b>TOTAL</b>	<b>55.327.831.833</b>	<b>100</b>	<b>37.030.556.711</b>	<b>100</b>

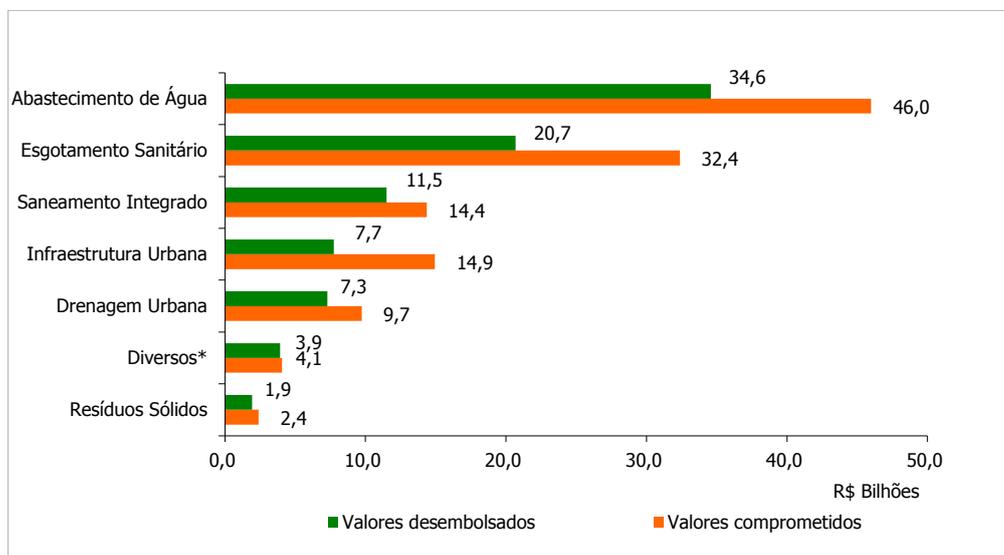
\* Sem região definida

### 2.6.3. Gastos comprometidos e desembolsados por modalidade

A análise dos valores comprometidos e desembolsados totais por modalidade mostra que, entre os anos de 2003 e 2016, foram priorizadas as intervenções destinadas ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário. O Gráfico 13 detalha, em valores históricos, que foram destinados 37,1% dos valores comprometidos e 39,5% dos valores desembolsados à modalidade Abastecimento de Água no período. Para a modalidade

Esgotamento Sanitário foram destinados 26,1% dos gastos comprometidos e 26,3% dos gastos desembolsados.

**Gráfico 13** - Valores totais comprometidos e desembolsados com em iniciativas de saneamento básico, de 2003 a 2016, por modalidade



\* Inclui as modalidades Redução e Controle de Perdas, Desenvolvimento Institucional e Estudos e Projetos

### 3. EXECUÇÃO FÍSICA DOS EMPREENDIMENTOS

A seção visa disponibilizar indicadores de execução dos investimentos em saneamento básico com o objetivo de possibilitar uma análise sucinta do andamento dos empreendimentos apoiados ou financiados com recursos federais e com recursos dos fundos financiadores ao término do exercício financeiro de 2016. Assim, são apuradas informações acerca da execução física dos investimentos contratados entre os anos de 1995 e 2016, para os contratos de empréstimo (recursos do FAT e do FGTS), e, de 1996 a 2016, para os contratos de repasse, assinados com recursos orçamentários.

Embora a execução das obras do setor seja, por sua natureza, plurianual, a tentativa de reunir e monitorar a execução dos investimentos em sucessivos períodos é um esforço importante para dimensionar e comparar a evolução da aplicação dos recursos públicos e a sua transformação em empreendimentos que trarão benefícios efetivos para a população brasileira.

A seção está dividida em três subseções. Apresenta-se, inicialmente, a **situação geral** dos investimentos em saneamento apoiados e/ou financiados com recursos do OGU e de empréstimos no âmbito dos órgãos executores do Governo Federal (MCidades, MI, Funasa/MS, MTur<sup>14</sup> e MT). Esse tópico inclui a classificação dos empreendimentos segundo o estágio de execução: empreendimentos **não iniciados, em andamento e concluídos**. Ainda nessa primeira parte, detalha-se a situação geral dos investimentos em saneamento sob gestão exclusiva do MCidades e dos fundos financiadores<sup>15</sup>. Na apresentação dos dados, foram considerados os valores totais de investimento, ou seja, estão contabilizados os valores aportados pela União no contrato de repasse ou empréstimo, somados aos valores aportados pelos proponentes, a título de contrapartida.

No tópico seguinte, são detalhadas informações sobre os investimentos que compõem a **carteira de investimentos** sob gestão do MCidades e dos fundos financiadores no setor de saneamento no ano de 2016. A carteira inclui o rol de contratos vigentes ao final do exercício (inclusive com empreendimentos não iniciados), independentemente do ano de assinatura do contrato. Assim, os investimentos da carteira vigente incluem informações dos contratos de obras não iniciadas e em andamento e excluem contratos com obras já finalizadas ao término do ano de referência. Vale mencionar que, na carteira, também estão incluídos os valores das contrapartidas dos proponentes. Na sequência, estão detalhadas as informações sobre os empreendimentos da carteira que estão em andamento, tomando-se como referência o final do exercício de 2016. As informações apresentadas estão organizadas por macrorregião, modalidade de intervenção, percentual de execução, origem dos recursos e ano de assinatura dos contratos.

Por fim, na terceira subseção são apresentadas informações sobre os **empreendimentos concluídos**. Incluem-se dados detalhados sobre a duração média dos empreendimentos

---

<sup>14</sup> As informações do MTur são apresentadas somente nesta seção, pois os recursos destinados a saneamento básico não são especificados em suas ações orçamentárias, somente por meio de contrato.

<sup>15</sup> A base de dados com os contratos do MCidades foi composta pelos dados utilizados para o Relatório de Gestão 2016, Relatório de Gestão 2014 (para os contratos concluídos que não foram incluídos no Relatório de Gestão 2016), Balanço do PAC referente a dezembro de 2016 e dados do não-PAC FGTS e FAT. Ressalta-se que a diferença entre o universo de contratos de um relatório para o outro pode ser devido aos seguintes fatores: cancelamento de contratos, ajuste no valor do contrato, correção da base, entre outros.

concluídos, detalhando-os por modalidade, porte do empreendimento, região e origem dos recursos.

### 3.1. Situação geral dos investimentos

O Quadro 18 detalha a situação geral, observada em dezembro de 2016, das intervenções em saneamento básico realizadas entre 1995 e 2016 com aporte de recursos da União, segundo os órgãos executores e fonte de recursos. É possível observar a significativa participação do MCidades no apoio às políticas públicas direcionadas ao saneamento básico: os empreendimentos sob responsabilidade do órgão representam 91,2% (R\$ 121,56 bilhões) dos investimentos totais realizados pelo Governo Federal em saneamento básico, que ultrapassam R\$ 133,24 bilhões<sup>16</sup>. Os investimentos sob responsabilidade da Funasa/MS totalizam 6,2% (R\$ 8,24 bilhões). Enquanto que os investimentos do MI, MTur e MT representam somente 2,6% do total (R\$ 3,43 bilhões). Deve-se ressaltar que os valores de investimentos considerados incluem os valores de contrapartida dos proponentes.

Do universo de investimentos contratados até dezembro de 2016 (R\$ 133,24 bilhões), observa-se que 38,4%, que corresponde ao montante de R\$ 51,12 bilhões, foram concluídos, 51,6% (R\$ 68,79 bilhões) estavam em andamento, 9,6% (R\$ 12,85 bilhões) não haviam sido iniciados<sup>17</sup>.

**Quadro 18** - Situação geral dos investimentos públicos em saneamento, por órgão executor, em dezembro de 2016

SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	VALORES DE INVESTIMENTOS*													
	MCidades				FUNASA		MI		MTUR		MT		Total geral	
	FIN (FAT/FGTS)	OGU	Total		(somente OGU)		(somente OGU)		(somente OGU)		(somente OGU)			
	R\$ mi	R\$ mi	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%
<b>Concluídos</b>	32.417	15.224	47.642	39,2	1.833	22,2	1.273	51,1	374	47,6	0,21	0,1	51.122	38,4
<b>Em Andamento</b>	39.302	23.173	62.475	51,4	4.829	58,6	1.047	42,0	283	36,1	157	99,9	68.792	51,6
<b>Não iniciados</b>	2.761	8.312	11.072	9,1	1.581	19,2	171	6,9	25	3,2	-	-	12.849	9,6
<b>n/d**</b>	355	17	371	0,3	-	-	-	-	103	13,1	-	-	475	0,4
<b>TOTAL</b>	<b>74.835</b>	<b>46.726</b>	<b>121.561</b>	<b>100,0</b>	<b>8.243</b>	<b>100,0</b>	<b>2.491</b>	<b>100,0</b>	<b>785</b>	<b>100,0</b>	<b>158</b>	<b>100,0</b>	<b>133.237</b>	<b>100,0</b>
<b>PARTICIPAÇÃO ÓRGÃO/FONTE</b>	<b>91,2</b>				<b>6,2</b>		<b>1,9</b>		<b>0,6</b>		<b>0,1</b>		<b>100</b>	

\* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviços

\*\* Contratos sem informação da situação da obra

O Quadro 19 apresenta a situação geral dos contratos assinados entre 1995 e 2016, segundo a situação dos empreendimentos, por órgão executor. Destaca-se que 81,0% dos contratos (36.753 operações) foram firmados no âmbito do MCidades, com participação expressiva dos empreendimentos contratados com recursos do OGU, que representam 89,1% do número total de contratos.

16 O MCidades solicita aos órgãos do Governo Federal que possuem ações de saneamento básico em seus programas informações sobre seus contratos ativos e concluídos para elaboração do Relatório do Gasto Público. Para o Relatório referente ao ano de 2016, somente a Funasa/MS, o MI, o MTur e o MT encaminharam informações de seus contratos.

17 Conforme a base de dados dos órgãos, 0,3% dos contratos não apresentavam situação do empreendimento, representando 0,4% do total de investimentos, sendo 120 contratos do MCidades (R\$ 371 mi) e 22 convênios do MTur (R\$ 103 milhões).

**Quadro 19** - Situação geral dos contratos (nº de operações) de saneamento firmados com recursos públicos, por órgão executor, em dezembro de 2016

SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS	Nº DE OPERAÇÕES													
	MCidades				FUNASA		MI		MTUR		MT		Total geral	
	FIN (FAT/FGTS)	OGU	Total		(somente OGU)		(somente OGU)		(somente OGU)		(somente OGU)			
	Nº	Nº	Nº	%										
Concluídos	3.078	30.286	33.364	90,8	4.118	56,3	289	73,2	535	60,7	1	1,9	38.307	84,4
Em Andamento	796	2.241	3.037	8,3	2.777	38,0	105	26,6	257	29,1	52	98,1	6.228	13,7
Não iniciados	31	201	232	0,6	413	5,7	1	0,3	68	7,7	-	-	714	1,6
n/d*	99	21	120	0,3	-	-	-	-	22	2,5	-	-	142	0,3
<b>Total</b>	<b>4.004</b>	<b>32.749</b>	<b>36.753</b>	<b>100,0</b>	<b>7.308</b>	<b>100,0</b>	<b>395</b>	<b>100,0</b>	<b>882</b>	<b>100,0</b>	<b>53</b>	<b>100,0</b>	<b>45.391</b>	<b>100,0</b>
<b>PARTICIPAÇÃO ÓRGÃO/FONTE</b>	<b>81,0</b>				<b>16,1</b>		<b>0,9</b>		<b>1,9</b>		<b>0,1</b>		<b>100</b>	

\*Contratos sem informação sobre a situação da obra

### 3.1.1. Situação geral dos investimentos sob gestão do MCidades

Os Quadros 20 e 21 detalham a situação geral dos empreendimentos em saneamento básico sob gestão do MCidades, em valores de investimento (Quadro 20) e em quantidade de operações (Quadro 21), segundo o ano de contratação e situação dos empreendimentos.

As informações do Quadro 20 incluem os valores históricos dos investimentos em contratos de empréstimo, firmados entre 1995 e 2016, e de contratos de repasse e termos de compromisso<sup>18</sup>, assinados entre 1996 e 2016, entre a União e os estados, Distrito Federal, municípios e prestadores de serviços. Os valores de investimento apresentados no Quadro também incluem os valores aportados pelos proponentes a título de contrapartida.

Os investimentos realizados no período, que, em valores históricos, equivalem a R\$ 121,56 bilhões, foram classificados, ao final de 2016, segundo a seguinte situação: 9,1% (R\$ 11,07 bilhões) não tinham sido iniciados, 51,4% (R\$ 62,48 bilhões) estavam em fase de obras e 39,2% (R\$ 47,64 bilhões) foram concluídos.

<sup>18</sup> Termo de Compromisso: instrumento administrativo de transferência obrigatória de recursos financeiros que se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União, de acordo com a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

**Quadro 20** - Situação geral dos empreendimentos, sob gestão do MCidades, em dezembro de 2016, por ano de contratação

ANO DE CONTRATAÇÃO	VALORES DE INVESTIMENTOS*	SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - TOTAL				
		Concluídos	Em Andamento	Não Iniciados	Não constam situação da obra**	Total
1995 a 1998	R\$ mi	6.494	48	4	355	6.900
	%	94,1	0,7	0,1	5,1	100
1999 a 2002	R\$ mi	5.182	56	3	-	5.240
	%	98,9	1,1	0,1	-	100
2003 a 2006	R\$ mi	8.970	1.846	1	-	10.816
	%	82,9	17,1	0,01	-	100
2007 a 2010	R\$ mi	23.317	17.673	421	-	41.410
	%	56,3	42,7	1,0	-	100
2011 a 2014	R\$ mi	3.680	39.842	6.227	-	49.748
	%	7,4	80,1	12,5	-	100
2015	R\$ mi	-	2.867	4.110	10	6.987
	%	-	41,0	58,8	0,1	100
2016	R\$ mi	-	145	308	6	458
	%	-	31,6	67,2	1,2	100
TOTAL	R\$ mi	47.642	62.475	11.072	371	121.560
	%	39,2	51,4	9,1	0,3	100

\* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviço

\*\* Contratos sem informação sobre a situação da obra

Com relação ao número total de contratos assinados entre 1995 e 2016 (36.753), disponíveis no Quadro 21, observa-se que, ao final do exercício de 2016, 0,6% dos contratos não tiveram as obras iniciadas, 8,3% dos contratos eram de empreendimentos em execução e 90,8% dos contratos tiveram as obras concluídas.

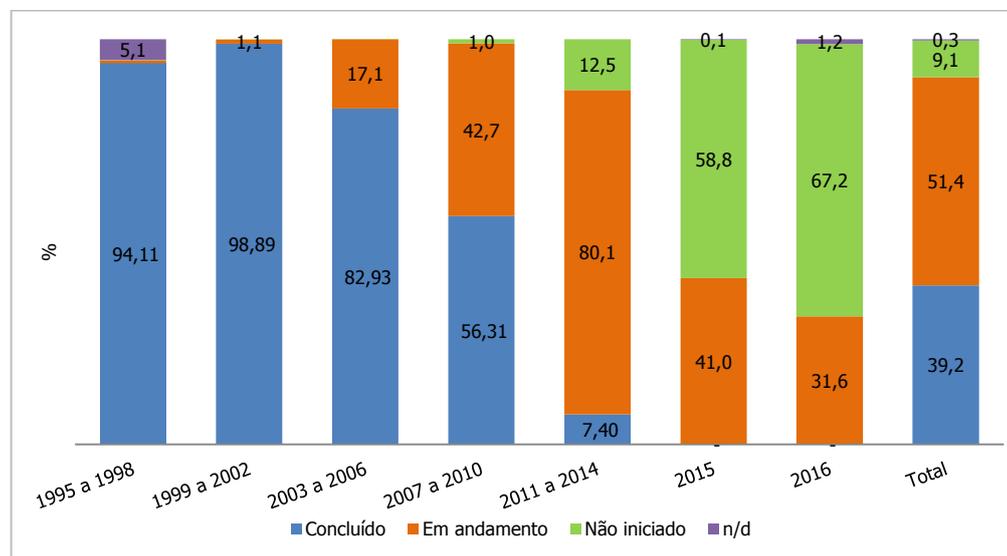
**Quadro 21** - Situação geral dos contratos sob gestão do MCidades, em dezembro de 2016, por ano de contratação

ANO DE CONTRATAÇÃO	Nº DE CONTRATOS	SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - TOTAL				
		Concluídos	Em Andamento	Não Iniciados	Não constam situação da obra*	Total
1995 a 1998	Nº	7.879	39	2	99	8.019
	%	98,3	0,5	0,0	1,2	100
1999 a 2002	Nº	6.032	46	2	-	6.080
	%	99,2	0,8	0,03	-	100
2003 a 2006	Nº	8.682	185	4	-	8.871
	%	97,9	2,1	0,05	-	100
2007 a 2010	Nº	9.301	669	9	-	9.979
	%	93,2	6,7	0,1	-	100
2011 a 2014	Nº	1.470	2.069	140	1	3.680
	%	39,9	56,2	3,8	0,0	100
2015	Nº	-	28	72	14	114
	%	-	24,6	63,2	12,3	100
2016	Nº	-	1	3	6	10
	%	-	10,0	30,0	60,0	100
TOTAL	Nº	33.364	3.037	232	120	36.753
	%	90,8	8,3	0,6	0,3	100

\* Contratos sem informação sobre a situação da obra

O Gráfico 14 mostra a situação geral, em dezembro de 2016, das intervenções em saneamento básico contratadas entre 1995 e 2016. Observa-se que, dentre os contratos assinados entre 2003 e 2006, os que não tiveram obras iniciadas correspondiam a 0,01% dos investimentos; os que estavam em andamento representavam 17,1% dos recursos contratados e os empreendimentos concluídos eram equivalentes a 82,9% dos investimentos. Dentre os investimentos contratados entre 2007 e 2010, em 2016, 1,0% não haviam sido iniciados, 42,7% estavam em andamento e 56,3% foram concluídos. Os investimentos contratados entre 2011 e 2014 que estavam em andamento em 2016 correspondiam a 80,1% dos recursos contratados no ano, os não iniciados correspondiam a 12,5% do montante contratado no exercício e os concluídos correspondiam a um percentual de 7,4% dos investimentos. Quanto aos investimentos assinados em 2015, 58,8% não foram iniciados e 41,0% estavam em andamento. Já com relação aos investimentos assinados em 2016, 67,2% não foram iniciados e 31,6% estavam em andamento.

**Gráfico 14** - Situação geral dos investimentos em saneamento sob gestão do MCidades, em dezembro de 2016, por ano de contratação



### 3.1.2. Situação geral dos empreendimentos apoiados com recursos do OGU

O Quadro 22 disponibiliza informações sobre a situação geral, ao término de 2016, dos investimentos contratados com recursos do OGU entre os anos de 1996 e 2016, sob gestão do MCidades, por ano de contratação, em valores históricos. Observa-se que, do montante total de investimentos contratados no período (R\$ 46,73 bilhões), em 2016, 17,8% dos investimentos não tinham sido iniciados, 49,6% estavam em andamento e 32,6% foram concluídos. Também disponível no Quadro, observa-se que o valor médio dos contratos é R\$ 1,4 milhão. Destaca-se que a média para os contratos assinados em 2015 foi equivalente a R\$ 31,3 milhões. Esse valor supera consideravelmente as demais médias, pois os contratos assinados em 2015 referem-se a empreendimentos de grande porte, sendo 69 dessas operações com valores de investimentos maiores que R\$ 100 milhões.

**Quadro 22** - Situação geral dos investimentos apoiados com recursos onerosos (OGU), sob gestão do MCidades, por ano de contratação

ANO DE CONTRATAÇÃO	VALORES DE INVESTIMENTOS*	SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS - OGU					Valor médio de Investimento/ contrato (R\$ mi)
		Concluídos	Em Andamento	Não Iniciados	Não constam situação da obra**	Total	
1996 a 1998	R\$ mi	1.626	16	0	-	1.642	0,3
	%	99,0	-	-	-	100	
1999 a 2002	R\$ mi	1.850	30	3	-	1.883	0,3
	%	98,3	-	-	-	100	
2003 a 2006	R\$ mi	2.245	83	0,61	-	2.328	0,3
	%	96,4	3,6	0,03	-	100	
2007 a 2010	R\$ mi	8.298	6.804	395	-	15.497	1,7
	%	53,5	43,9	2,5	-	100	
2011 a 2014	R\$ mi	1.205	16.241	5.422	1	22.868	7,2
	%	5,3	71,0	23,7	0,003	100	
2015	R\$ mi	-	-	2.491	10	2.502	31,3
	%	-	-	99,6	0,4	100	
2016	R\$ mi	-	-	-	6	6	0,0
	%	-	-	-	100,0	100	
TOTAL	R\$ mi	15.224	23.173	8.312	17	46.726	1,4
	%	32,6	49,6	17,8	0,0	100	

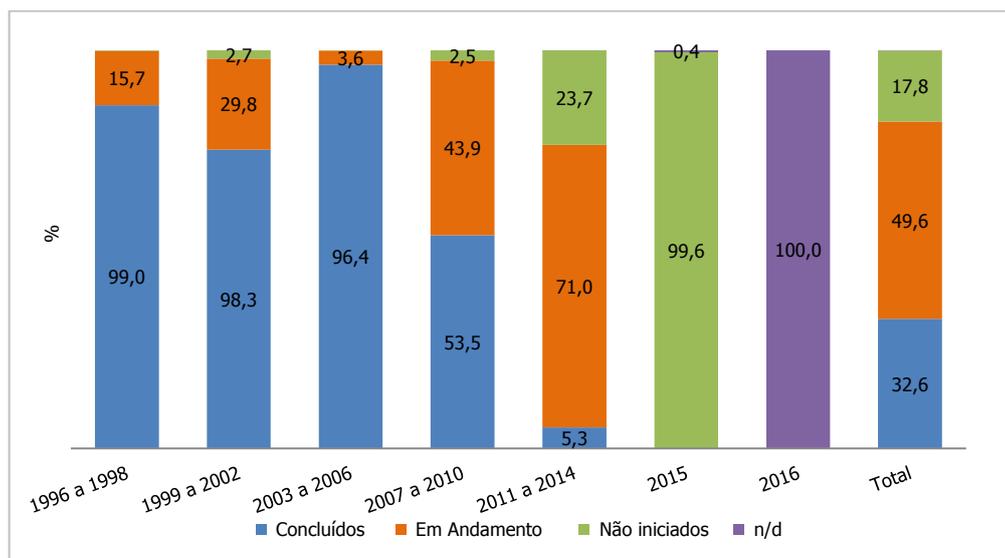
\* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviços

\*\* Contratos sem informação sobre a situação da obra

Ao término de 2016, dos investimentos contratados entre 2003 e 2006: 96,4% tiveram as obras concluídas, 3,6% estavam em fase de obras e restavam 0,03% não iniciados. Dentre os investimentos contratados entre 2007 e 2010: 2,5% das obras não foram iniciadas, 43,9% estavam em andamento e 53,5% tiveram as obras concluídas. Quanto aos investimentos contratados entre 2011 e 2014: 71,0% estavam em andamento, 23,7% não foram iniciados e 5,3% foram concluídos. Considerando-se os volumes contratados no ano de 2015: 99,6% dos empreendimentos não foram iniciados e 0,4% não constavam a situação da obra na base disponibilizada. Já com relação aos contratos assinados em 2016: 100% dos investimentos não foram iniciados, correspondendo ao valor de investimento de R\$ 5,59 milhões.

O elevado percentual de empreendimentos não iniciados de contratos assinados em 2015 e 2016 explica-se, principalmente, em virtude do tempo de maturação necessário para o início das obras. Em diversos casos, depois de assinados os contratos, é necessário dar andamento a providências relacionadas aos projetos de engenharia, titularidade das áreas de intervenção, licenciamentos ambientais e procedimentos licitatórios para, então, dar-se início efetivo aos empreendimentos.

**Gráfico 15** - Situação geral dos investimentos apoiados com recursos não onerosos (OGU), sob gestão do MCidades, por ano de contratação



O Quadro 23 mostra o resumo da situação, em dezembro de 2016, do número total de contratos assinados com recursos orçamentários firmados entre 1996 e 2016. Observa-se que, do montante total de contratos assinados no período (32.749), em 2016, 201 (0,6%) não tinham obras iniciadas, 2.241 (6,8%) estavam em andamento, 30.286 (92,5%) foram concluídos e 21 contratos (0,1%) não constavam informações sobre a situação da obra.

**Quadro 23** - Situação dos contratos firmados com recursos não onerosos (OGU), sob gestão do MCidades, por ano de contratação

ANO DE CONTRATAÇÃO	Nº DE CONTRATOS	SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS – OGU				
		Concluídos	Em Andamento	Não Iniciados	Não constam situação da obra	Total
1996 a 1998	Nº	6.456	34	1	-	6.491
	%	99,5	0,5	0,02	-	100
1999 a 2002	Nº	5.854	37	2	-	5.893
	%	99,3	0,6	0,03	-	100
2003 a 2006	Nº	8.081	116	4	-	8.201
	%	98,5	1,4	0,05	-	100
2007 a 2010	Nº	8.521	393	8	-	8.922
	%	95,5	4,4	0,1	-	100
2011 a 2014	Nº	1.374	1.661	120	1	3.156
	%	43,5	52,6	3,8	0,03	100
2015	Nº	-	-	66	14	80
	%	-	-	82,5	17,5	100
2016	Nº	-	-	-	6	6
	%	-	-	-	100,0	100
TOTAL	Nº	30.286	2.241	201	21	32.749
	%	92,5	6,8	0,6	0,1	100

\* Contratos sem informação sobre a situação da obra

### 3.1.3. Situação geral dos empreendimentos financiados com recursos do FGTS/FAT

O Quadro 24 e o Gráfico 16 disponibilizam informações sobre a situação geral, em dezembro de 2016, dos investimentos em saneamento básico contratados entre os anos de 1995 e 2016 com recursos de empréstimos, por ano de contratação, em valores históricos. Observa-se que, em 2016, do montante total de investimentos contratados (R\$ 74,84 bilhões), 3,7% das obras não foram iniciadas, 52,5% estavam em andamento, 43,3% foram concluídas e 0,5% não constavam situação da obra.

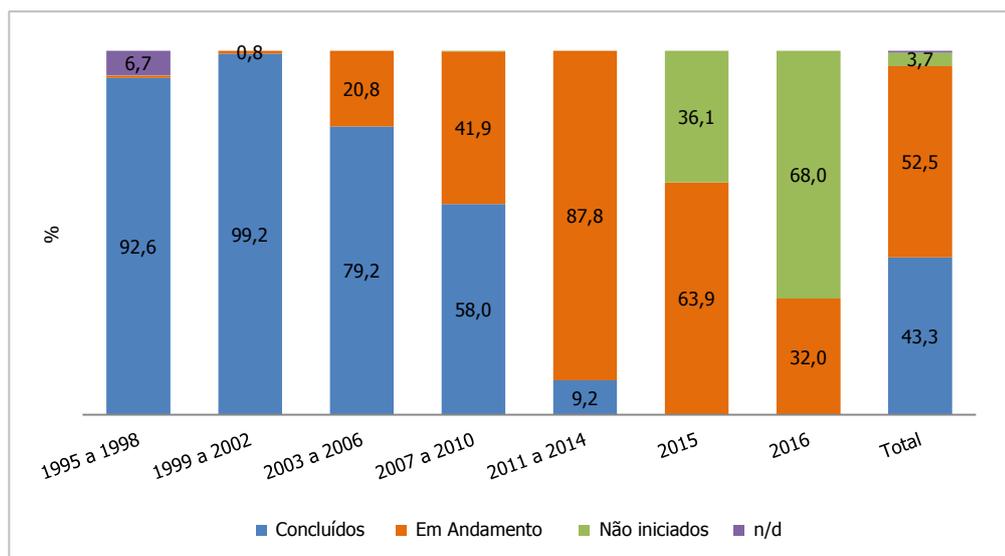
**Quadro 24** - Situação dos empreendimentos financiados com recursos onerosos (FGTS/FAT), sob gestão do MCidades, por ano de contratação

ANO DE CONTRATAÇÃO	VALORES DE INVESTIMENTOS*	SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS – FIN				
		Concluídos	Em Andamento	Não Iniciados	Não constam situação da obra**	Total
1995 a 1998	R\$ mi	4.867	32	4	355	5.258
	%	92,6	0,6	0,1	6,7	100
1999 a 2002	R\$ mi	3.332	26	-	-	3.357
	%	99,2	0,8	-	-	100
2003 a 2006	R\$ mi	6.725	1.763	-	-	8.488
	%	79,2	20,8	-	-	100
2007 a 2010	R\$ mi	15.018	10.868	26	-	25.913
	%	58,0	41,9	0,1	-	100
2011 a 2014	R\$ mi	2.476	23.601	804	-	26.881
	%	9,2	87,8	3,0	-	100
2015	R\$ mi	0	2.867	1.619	-	4.485
	%	-	63,9	36,1	-	100
2016	R\$ mi	0	145	308	-	453
	%	-	32,0	68,0	-	100
TOTAL	R\$ mi	32.417	39.302	2.761	355	74.835
	%	43,3	52,5	3,7	0,5	100

\*Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviços

\*\* Contratos sem informação sobre a situação da obra

No término de 2016, dos investimentos contratados entre 2003 e 2006: 79,2% tiveram obras concluídas e 20,8% estavam em fase de obras. Dos investimentos contratados entre 2007 e 2010: 41,9% estavam em andamento, 58,0% estavam concluídos e 0,1% não foram iniciados. Dos investimentos contratados entre 2011 e 2014: 87,8% estavam em andamento, 3,0% não haviam iniciado e 9,2% estavam concluídos. Considerando-se os contratos firmados em 2015: 63,9% dos investimentos estavam em andamento e 36,1% não foram iniciados. Já em relação aos contratos de 2016: 68,0% dos empreendimentos não haviam iniciado e 32,0% estavam em andamento.

**Gráfico 16** - Situação geral dos investimentos financiados com recursos onerosos (FGTS/FAT), por ano de contratação

O Quadro 25 mostra a situação resumida, em dezembro de 2016, do número total de contratos de saneamento básico assinados com recursos empréstimos entre 1995 e 2016. Observa-se que, do total de contratos de investimentos assinados (4.004), em 2016, 31 (0,8%) não tinham sido iniciados, 796 (19,9%) estavam em andamento e 3.078 (76,9%) foram concluídos.

**Quadro 25** - Situação dos contratos assinados com recursos onerosos (FGTS/FAT), sob gestão do MCidades, por ano de contratação

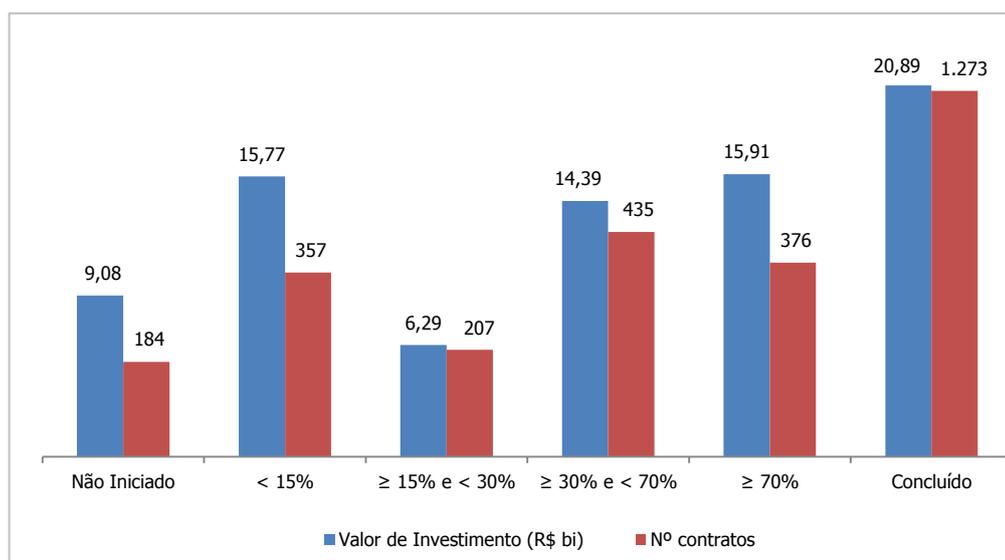
ANO DE CONTRATAÇÃO	Nº DE CONTRATOS	SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS – FIN				Total
		Concluídos	Em Andamento	Não Iniciados	Não constam situação da obra*	
1995 a 1998	Nº	1.423	5	1	99	1.528
	%	93,1	0,3	0,1	6,5	100
1999 a 2002	Nº	178	9	-	-	187
	%	95,2	4,8	-	-	100
2003 a 2006	Nº	601	69	-	-	670
	%	89,7	10,3	-	-	100
2007 a 2010	Nº	780	276	1	-	1.057
	%	73,8	26,1	0,1	-	100
2011 a 2014	Nº	96	408	20	-	524
	%	18,3	77,9	3,8	-	100
2015	Nº	-	28	6	-	34
	%	-	82,4	17,6	-	100
2016	Nº	-	1	3	-	4
	%	-	25,0	75,0	-	100
TOTAL	Nº	3.078	796	31	99	4.004
	%	76,9	19,9	0,8	2,5	100

\* Contratos sem informação sobre a situação da obra

### 3.1.4. Situação da execução dos empreendimentos contratados com recursos do PAC

O Gráfico 17 detalha a situação da execução dos investimentos em saneamento básico contratados com recursos do PAC entre os anos de 2007 e 2016, sob gestão do MCidades. Nota-se que 48,6% das operações totais foram iniciadas e encontram-se em diversas fases de execução (1.375 operações), 45,0% das operações foram concluídas (1.273 operações), equivalentes a recursos de R\$ 20,89 bilhões, e 6,5% das operações não foram iniciadas (184 operações), equivalentes a R\$ 9,08 bilhões.

**Gráfico 17** - Situação geral dos Investimentos do PAC em saneamento básico contratados até 2016



Na análise da execução dos empreendimentos contratados com recursos do PAC entre os anos de 2007 e 2016, observa-se que dos R\$ 82,33 bilhões<sup>19</sup> contratados, estavam em execução (em obras) investimentos da ordem de R\$ 52,36 bilhões. Desses investimentos contratados pelo PAC na carteira de investimentos, foram desembolsados cerca de R\$ 25,11 bilhões, correspondente a uma execução média de 56,9% dos empreendimentos da carteira de investimentos (descontados R\$ 13,80 bilhões de contrapartida).

### 3.2. Carteira de investimentos do MCidades (1996 a 2016)

A análise dos recursos que compõem a carteira de investimentos fornece um indicativo importante para o dimensionamento do montante de investimentos em curso no setor de saneamento, que estão sob a gestão do MCidades e dos fundos financiadores. A carteira de investimentos engloba os contratos vigentes ao final do exercício de 2016, correspondentes a empreendimentos de saneamento apoiados e/ou financiados com recursos orçamentários e dos fundos financiadores (FAT e FGTS), contratados entre 1996 e 2016<sup>20</sup>. Portanto, na carteira de investimentos estão incluídos os empreendimentos contratados em exercícios anteriores não iniciados e em fase de obras, além de serem excluídos os contratos de investimentos já concluídos ao final do exercício de 2016.

<sup>19</sup> Esse valor corresponde ao montante total de investimento do PAC, incluindo as obras concluídas, em andamento e não iniciadas. As obras do PAC concluídas perfaziam, em dezembro de 2015, o montante de R\$ 17,47 bilhões.

<sup>20</sup> Considerou-se somente os empreendimentos gerenciados pelo MCidades.

A carteira de investimentos, ao final de 2016, perfazia um montante de R\$ 73,55 bilhões em investimentos, (incluídos os valores aportados a título de contrapartida, em média, de 15,7% do valor do investimento) em um total de 3.269 contratos vigentes.

Observou-se que a carteira de investimentos, vigente em 2016, contava com 41 contratos firmados entre os anos de 1996 e 1998, equivalentes a um total de investimento de R\$ 51,6 milhões (0,1% dos investimentos); 48 contratos firmados entre 1999 e 2002 com R\$ 58,3 milhões (0,1% dos investimentos); e 189 contratos assinados entre 2003 e 2006, equivalentes a R\$ 1,85 bilhões (2,5% dos investimentos).

A maior parte dos investimentos que compõem a carteira do MCidades foi contratada a partir de 2007 (91,5% do total), especialmente em virtude do lançamento do PAC, que responde por 83,5% dos investimentos da carteira.

Já os contratos assinados entre 2007 e 2010 correspondem a 678 operações, equivalente a investimentos de R\$ 18,09 bilhões (24,6% do total), que não iniciaram os empreendimentos ou estavam em andamento. No período de 2011 a 2014, foram assinados 2.209 contratos no valor de R\$ 46,07 bilhões (62,6% da carteira). Em 2015, foram contratadas 100 operações contabilizando-se investimentos de R\$ 6,98 bilhões (10,3% do total). Por fim, em 2016, 4 contratos encontravam-se com empreendimentos em andamento ou não iniciados, equivalendo a investimentos de R\$ 453 milhões (0,6% da carteira).

O Quadro 26 detalha os investimentos e as operações que compõem a carteira de investimentos do MCidades vigente no ano de 2016, segundo o ano de assinatura do contrato.

**Quadro 26** - Carteira de investimentos do MCidades vigente em 2016, por ano de assinatura do contrato

ANO DE CONTRATAÇÃO	VALORES DE INVESTIMENTOS (VI)					OPERAÇÕES	
	VI Totais*		VI da União**		Contrapartida	Nº	%
	R\$ mi	%	R\$ mi	%	%		
<b>1996 a 1998</b>	52	0,1	39	0,1	23,7	41	1,3
<b>1999 a 2002</b>	58	0,1	42	0,1	27,4	48	1,5
<b>2003 a 2006</b>	1.847	2,5	1.160	1,9	37,2	189	5,8
<b>2007 a 2010</b>	18.094	24,6	13.502	21,9	25,1	678	20,7
<b>2011 a 2014</b>	46.068	62,6	40.234	65,2	12,3	2.209	67,6
<b>2015</b>	6.976	9,5	6.377	10,3	8,3	100	3,1
<b>2016</b>	453	0,6	357	0,6	21,1	4	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>73.547</b>	<b>100</b>	<b>61.711</b>	<b>100</b>	<b>15,7</b>	<b>3.269</b>	<b>100</b>

\* Valor de investimento, que inclui as contrapartidas dos Estados, Distrito Federal, Municípios e prestadores de serviços

\*\* O VI da União corresponde ao valor do contrato de repasse ou de empréstimo

### 3.2.1. Carteira de investimentos por região e por fonte de recursos

O Quadro 27 detalha a distribuição da carteira de investimentos do MCidades (operações e valores de investimento) e os valores médios por operação dos contratos de empréstimo (FAT e FGTS) e de repasse (OGU), por região e por fonte de recursos.

Observa-se que 57,2% dos investimentos da carteira são oriundos de contratos de empréstimos, com predominância de recursos do FGTS, correspondendo a 69,9% dos empréstimos totais contratados.

Com relação ao número de operações, 74,7% do número total de contratos correspondem a empreendimentos apoiados com recursos do OGU. Isto faz com que o valor médio de investimento por operação de empréstimo (FGTS e FAT) seja cerca de 4 vezes superior às operações contratadas com recursos do OGU. Enquanto o valor médio dos empreendimentos da carteira de investimentos com recursos orçamentários é de R\$ 12,9 milhões, o valor médio dos empreendimentos da carteira com recursos de empréstimos é de R\$ 50,9 milhões.

Além disso, com relação ao valor médio dos empreendimentos por região, destaca-se o Sudeste, Centro-Oeste e Norte que apresentam os maiores valores médios por operação, com investimento de R\$ 35,8 milhões, R\$ 28,8 milhões e R\$ 24,6 milhões, respectivamente, sendo superiores à média global, que é de R\$ 22,5 milhões. Por outro lado, as demais regiões apresentam valores abaixo da média: a região Nordeste apresenta o valor médio de R\$ 15,3 milhões e a região Sul possui a média de R\$ 12,2 milhões por contrato.

**Quadro 27** - Carteira de investimentos do MCidades e valores médios por operação, por região

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - MCIDADES								
REGIÃO	FIN (R\$ mi)		OGU (R\$ mi)		Total			
	VI*	VI médio**	VI*	VI médio**	VI*		Nº Operações	VI médio** (R\$ mi)
					R\$ mi	%		
Centro-Oeste	3.789	53	3.062	18	6.851	9,3	238	28,8
Nordeste	4.828	33	10.243	12	15.071	20,5	987	15,3
Norte	2.917	50	3.957	18	6.874	9,3	279	24,6
Sudeste	24.734	81	10.279	15	35.013	47,6	978	35,8
Sul	5.647	23	3.944	7	9.591	13,0	785	12,2
IE***	148	****	-	-	148	0,2	2	****
<b>TOTAL</b>	<b>42.063</b>	<b>50,9</b>	<b>31.485</b>	<b>12,9</b>	<b>73.547</b>	<b>100</b>	<b>3.269</b>	<b>22,5</b>
<b>TOTAL (%)</b>	<b>57,2</b>		<b>42,8</b>		<b>100</b>			

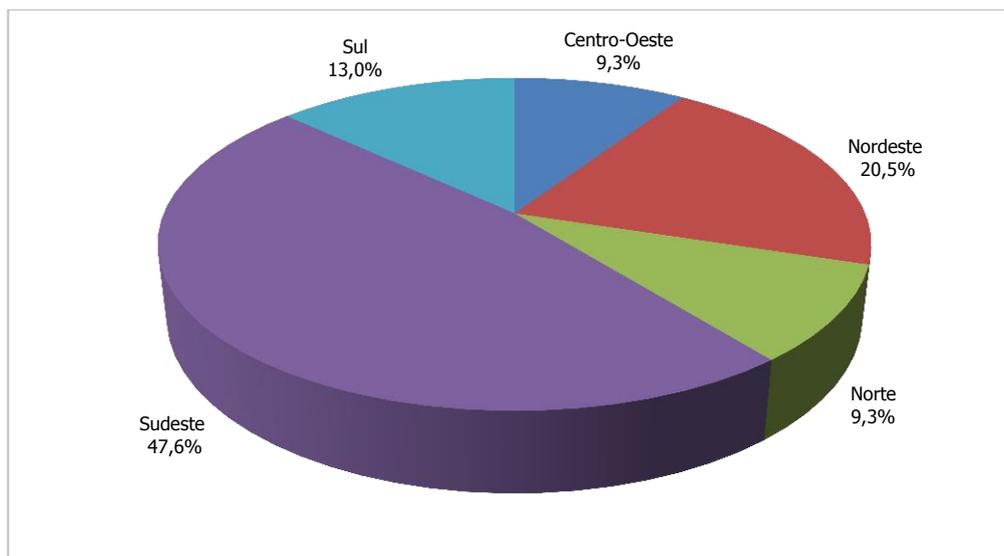
\* Valor de investimento, que inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviços

\*\* Média do valor de investimento por operação

\*\*\* Sem região definida

\*\*\*\* Optou-se por não incluir a média de investimento por contrato, porque não há região definida e o valor de investimento refere-se somente a um contrato

O Gráfico 18 detalha a distribuição da carteira de investimentos por região. A partir dos dados do Gráfico, observa-se que grande parte dos investimentos que compõe a carteira está concentrada nas regiões Sudeste (47,6%) e Nordeste (20,5%) do País.

**Gráfico 18** - Distribuição da carteira de investimentos total, sob gestão do MCidades, por região

### 3.2.2. Carteira de investimentos por modalidade

O Quadro 28 mostra a distribuição dos investimentos da carteira do MCidades (valores de investimentos e número de empreendimentos) vigente ao final do exercício de 2016, por modalidade de intervenção e por fonte de recursos.

Observa-se que há predominância de investimentos em empreendimentos das seguintes modalidades: Esgotamento Sanitário (37,3%), Abastecimento de Água (25,4%), Drenagem Urbana (16,8%) e Saneamento Integrado (15,1%). No entanto, ao se considerar o número de operações, constata-se que essas modalidades, apesar de concentrarem 94,6% dos investimentos da carteira, concentram 41,9% do número total de operações (13,6%; 0,7%; 18,7%; e 8,9%, respectivamente).

O Quadro revela, ainda, que iniciativas de saneamento básico, conjugadas com outras de desenvolvimento urbano (como pavimentação, drenagem, corredores de transporte, construção de habitações) reunidas na modalidade Infraestrutura Urbana, cujos recursos são exclusivamente oriundos de emendas parlamentares, correspondem a 44,2% do número total das operações, mas representam apenas 2,1% dos investimentos totais da carteira.

Na análise da carteira de investimentos com recursos do OGU, observa-se que a modalidade Esgotamento Sanitário concentra 31,1% do valor do investimento, seguida pelas modalidades Drenagem Urbana (26,6%), Saneamento Integrado (19,6%) e Abastecimento de Água (16,3%). Dentre os empréstimos, há predominância de investimentos na modalidade de Esgotamento Sanitário (41,9%), seguido de Abastecimento de Água (32,3%).

**Quadro 28** - Carteira de investimentos total, sob gestão do MCidades, por modalidade e fonte de recursos

MODALIDADE	FIN			OGU			TOTAL			
	VI		Operações N°	VI		Operações N°	VI		Operações	
	R\$ mi	%		R\$ mi	%		R\$ mi	%	N°	%
Esgotamento Sanitário	17.619	41,9	255	9.801	31,1	188	27.420	37,3	443	13,6
Abastecimento de Água	13.577	32,3	22	5.117	16,3	2	18.694	25,4	24	0,7
Drenagem Urbana	3.956	9,4	338	8.372	26,6	274	12.328	16,8	612	18,7
Saneamento Integrado	4.947	11,8	53	6.169	19,6	237	11.115	15,1	290	8,9
Infraestrutura Urbana	-	-	-	1.543	4,9	1.444	1.543	2,1	1.444	44,2
Resíduos Sólidos	1.356	3,2	70	9	0,0	158	1.365	1,9	228	7,0
Estudos e Projetos	317	0,8	3	13	0,0	-	330	0,4	3	0,1
Desenvolvimento Institucional	78	0,2	17	462	1,5	15	540	0,7	32	1,0
Redução e Controle de Perdas	174	0,4	4	-	-	-	174	0,2	4	0,1
Outros	39	0,1	65	-	-	124	39	0,1	189	5,8
<b>TOTAL</b>	<b>42.063</b>	<b>100,0</b>	<b>827</b>	<b>31.485</b>	<b>100,0</b>	<b>2.442</b>	<b>73.547</b>	<b>100,0</b>	<b>3.269</b>	<b>100,0</b>

\* Valor de investimento, que inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviços

\*\* A modalidade Infraestrutura Urbana corresponde aos contratos que estavam incluídos nas modalidades Pró-Municípios/Pró-Infra em Relatórios anteriores e refere-se a empreendimentos apoiados exclusivamente com recursos de emendas parlamentares

\*\*\* Contratos sem descrição da modalidade

### 3.2.3. Carteira de investimentos por situação do empreendimento

O Quadro 29 detalha a situação dos empreendimentos (não iniciados e em andamento) que compõem a carteira de investimentos do MCidades em 2016, detalhados por fonte de recursos.

A partir dos dados, observa-se que, ao final de 2016, 84,9% (R\$ 62,48 bilhões) dos investimentos da carteira referiam-se a empreendimentos que estavam em andamento, quantitativo equivalente a 92,9% dos contratos vigentes. Havia, assim, R\$ 11,07 bilhões em obras não iniciadas, sendo 24,9% referentes a contratos de empréstimos e 75,1% a contratos firmados com recursos orçamentários. Nota-se que, no total de operações, era bastante expressivo o percentual de contratos firmados com recursos orçamentários com obras ainda em andamento, equivalentes a 86,6% do total de contratos.

**Quadro 29** - Situação dos empreendimentos da carteira de investimentos, sob gestão do MCidades, por fonte de recursos

FONTE DE RECURSO	VALORES DE INVESTIMENTOS*						OPERAÇÕES					
	Não Iniciados		Em andamento		Total		Não Iniciados		Em andamento		Total	
	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	N°	%	N°	%	N°	%
FIN	2.761	24,9	39.302	62,9	42.063	57,2	31	13,4	796	26,2	827	25,3
OGU	8.312	75,1	23.173	37,1	31.485	42,8	201	86,6	2.241	73,8	2.442	74,7
<b>TOTAL</b>	<b>11.072</b>	<b>100</b>	<b>62.475</b>	<b>100</b>	<b>73.547</b>	<b>100</b>	<b>232</b>	<b>100</b>	<b>3.037</b>	<b>100</b>	<b>3.269</b>	<b>100</b>
<b>SITUAÇÃO EMPREEND./ TOTAL (%)</b>	<b>15,1</b>		<b>84,9</b>		<b>100</b>		<b>7,1</b>		<b>92,9</b>		<b>100</b>	

\* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviços

O Quadro 30 detalha a situação dos empreendimentos (não iniciados e em andamento) que compõem a carteira de investimentos do MCidades em 2016, detalhados por

região. A partir dos dados, observa-se que, ao final de 2016, 47,6% dos investimentos da carteira (R\$ 35,01 bilhões) estavam localizados na região Sudeste. A região concentra 36,6% das obras não iniciadas e 49,6% das obras em andamento.

**Quadro 30** - Situação dos empreendimentos da carteira de investimentos, sob gestão do MCidades, por região

REGIÃO	VALORES DE INVESTIMENTOS*						OPERAÇÕES					
	Não Iniciados		Em Andamento		Total		Não Iniciados		Em Andamento		Total	
	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Centro-Oeste</b>	1.186	10,7	5.664	9,1	6.851	9,3	20	8,6	218	7,2	238	7,3
<b>Nordeste</b>	2.497	22,6	12.574	20,1	15.071	20,5	66	28,4	921	30,3	987	30,2
<b>Norte</b>	1.628	14,7	5.246	8,4	6.874	9,3	32	13,8	247	8,1	279	8,5
<b>Sudeste</b>	4.056	36,6	30.957	49,6	35.013	47,6	66	28,4	912	30,0	978	29,9
<b>Sul</b>	1.704	15,4	7.887	12,6	9.591	13,0	48	20,7	737	24,3	785	24,0
<b>IE**</b>	-	-	148	0,2	148	0,2	-	-	2	0,1	2	0,1
<b>TOTAL</b>	<b>11.072</b>	<b>100,0</b>	<b>62.475</b>	<b>100,0</b>	<b>73.547</b>	<b>100,0</b>	<b>232</b>	<b>100,0</b>	<b>3.037</b>	<b>100,0</b>	<b>3.269</b>	<b>100,0</b>

\* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviços

\*\* Sem região definida

### 3.2.4. Empreendimentos da carteira de investimentos em andamento

O Quadro 31 detalha os valores dos empreendimentos apoiados ou financiados com recursos da União e dos fundos financiadores que compõem a carteira de investimentos dos empreendimentos com o *status* de "em andamento", segundo o ano de contratação. Vale ressaltar que estão excluídos, portanto, os contratos assinados que têm empreendimentos não iniciados (em fase de ação preparatória), bem como os empreendimentos concluídos até 2016.

Em dezembro de 2016, havia 3.037 contratos da carteira de investimentos com empreendimentos em fase de execução (em andamento), perfazendo um total de investimentos de R\$ 62,48 bilhões. As informações do Quadro 31 revelam que 0,2% dos investimentos da carteira dos empreendimentos em andamento ao final de 2016 foram contratados antes de 2003 (2,8% do total de operações); 3,0% entre os anos de 2003 e 2006 (6,1% das operações); 28,3% entre 2007 e 2010 (22,0% das operações), período da primeira fase do PAC; 63,8% entre 2011 e 2014 (68,1% das operações); 4,6% em 2015 (0,9% das operações); e 0,2% dos investimentos em andamento foram contratados em 2016 (0,03% dos contratos).

**Quadro 31** - Carteira de investimentos e número de operações em andamento, sob gestão do MCidades, por ano de contratação

ANO DE CONTRATAÇÃO	VALORES DE INVESTIMENTOS*				OPERAÇÕES			
	Em andamento		Total da Carteira**	Em andamento/ total carteira (%)	Em andamento		Total da Carteira**	Em andamento/ total carteira (%)
	R\$ mi	%	R\$ mi		Nº	%	Nº	
1996 a 1998	48	0,1	52	92,6	39	1,3	41	95,1
1999 a 2002	56	0,1	58	95,3	46	1,5	48	95,8
2003 a 2006	1.846	3,0	1.847	100,0	185	6,1	189	97,9
2007 a 2010	17.673	28,3	18.094	97,7	669	22,0	678	98,7
2011 a 2014	39.842	63,8	46.068	86,5	2.069	68,1	2.209	93,7
2015	2.867	4,6	6.976	41,1	28	0,9	100	28,0
2016	145	0,2	453	32,0	1	0,003	4	25,0
<b>TOTAL</b>	<b>62.475</b>	<b>100,0</b>	<b>73.547</b>	<b>84,9</b>	<b>3.037</b>	<b>100,0</b>	<b>3.269</b>	<b>92,9</b>

\* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviços

\*\* A carteira de investimentos inclui os empreendimentos não iniciados e os em andamento

#### a. Execução física dos empreendimentos em andamento

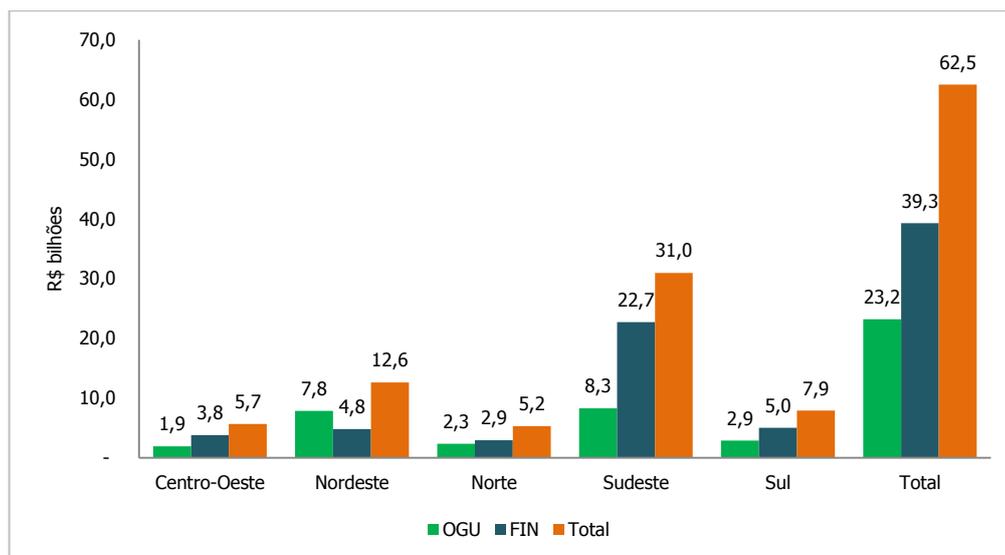
No Quadro 32, observa-se a distribuição dos investimentos e operações com empreendimentos em andamento por faixas de percentuais de execução dos empreendimentos e por fonte de recursos. Nota-se que, do total de empreendimentos em andamento (valor de investimento de R\$ 62,48 bilhões), 66,9% das operações estavam com percentuais de execução superiores a 30%, o que corresponde a 60,7% dos investimentos totais.

**Quadro 32** - Distribuição dos investimentos em andamento, sob gestão do MCidades, por faixa de percentual de execução dos empreendimentos

FAIXAS DE PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO	VALORES DE INVESTIMENTOS*							OPERAÇÕES	
	FIN		OGU		VI Total			Nº	%
	R\$ mi	Contrapartida média (%)	R\$ mi	Contrapartida média (%)	R\$ mi	%	Contrapartida média (%)		
0 a 15%	7.775	10,6	9.050	7,5	16.826	26,9	8,9	675	22,2
15 a 30%	5.300	15,0	2.437	14,1	7.737	12,4	14,7	329	10,8
30 a 70%	11.600	28,0	6.812	14,0	18.412	29,5	22,8	939	30,9
> 70%	14.627	21,9	4.874	18,3	19.501	31,2	21,0	1.094	36,0
<b>TOTAL</b>	<b>39.302</b>	<b>20,5</b>	<b>23.173</b>	<b>12,4</b>	<b>62.475</b>	<b>100,0</b>	<b>17,5</b>	<b>3.037</b>	<b>100,0</b>

\* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviços

O Gráfico 19 detalha os valores dos investimentos em empreendimentos em andamento ao término de 2016, por região e por fonte de recursos. Os contratos em andamento da carteira de investimentos, ao término de 2016, estavam distribuídos da seguinte forma: R\$ 30,96 bilhões (49,6%) estavam localizados na região Sudeste, R\$ 12,57 bilhões (20,1%) localizavam-se na região Nordeste, R\$ 7,89 bilhões (12,6%) na região Sul, R\$ 5,66 bilhões (9,1%) na região Centro-Oeste e, na região Norte, estavam localizados R\$ 5,25 bilhões (8,4%).

**Gráfico 19** - Valores dos investimentos em empreendimentos em andamento, sob gestão do MCidades, ao término de 2016, por região e por fonte de recursos (em R\$ bilhões)\*

O Quadro 33 detalha a distribuição percentual dos investimentos em andamento da carteira de investimentos por faixa de percentual de execução dos empreendimentos, segundo o ano de início da obra. Observa-se que 39,3% dos investimentos possuem empreendimentos ainda em fase inicial, ou seja, com percentuais de execução que variam de 0 a 30%. Ainda, é possível observar que, do universo de obras em andamento, 97,7% foram iniciadas a partir de 2007, o que evidencia a relevância dos empreendimentos do PAC na carteira de investimentos.

**Quadro 33** - Distribuição percentual dos valores de investimentos, por ano de início da obra e faixa de percentual de execução

ANO DE INÍCIO DA OBRA	FAIXA DE PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO				Total
	0 a 15%	15 a 30%	30 a 70%	≥ 70%	
1996 a 1998	0,003	0,001	0,01	0,1	0,1
1999 a 2002	-	0,004	0,02	0,1	0,1
2003 a 2006	0,005	0,012	0,5	1,6	2,2
2007 a 2010	1,1	1,69	6,9	11,9	21,6
2011 a 2014	11,6	5,39	20,8	16,1	53,9
2015	10,1	4,65	1,0	0,7	16,4
2016	3,5	0,61	0,01	-	4,2
n/d*	0,6	0,03	0,2	0,8	1,6
<b>TOTAL</b>	<b>26,9</b>	<b>12,4</b>	<b>29,5</b>	<b>31,2</b>	<b>100,0</b>

\* Operações sem informação sobre data de início da obra

#### b. Empreendimentos em andamento com início em 2016

Em 2016 foram iniciados 76 novos empreendimentos, equivalente a investimentos de R\$ 2,60 bilhões. Esses empreendimentos correspondiam a 4,2% do valor total dos investimentos da carteira em andamento e a 2,5% do número de contratos.

O Quadro 34 detalha os empreendimentos em andamento com início em 2016, segundo o ano de contratação e a fonte de recursos. Observa-se que 12,2% do valor total de

investimentos cujos contratos tiveram suas obras iniciadas em 2016 foram contratados em 2012; 7,1% foram contratados em 2013; e 64,2%, a maior parte dos empreendimentos em andamento, foram contratados em 2014. Com relação aos contratos assinados nos anos de 2015 e 2016, os percentuais de investimentos foram 10,9% e 5,6%, respectivamente.

**Quadro 34** - Empreendimentos em andamento com início da obra em 2016, por fonte de recursos, por ano de contratação

ANO DE CONTRATAÇÃO	VALORES DE INVESTIMENTO DAS OBRAS INICIADAS EM 2016*								
	FIN			OGU			Total		
	R\$ mi	%	Contrapartida (%)	R\$ mi	%	Contrapartida (%)	R\$ mi	%	Contrapartida (%)
2012	93	5,0	11,2	224	31,0	17,0	317	12,2	15,3
2013	-	-	-	184	25,4	1,2	184	7,1	1,2
2014	1.355	72,2	10,8	315	43,6	0,2	1.671	64,2	8,8
2015	284	15,1	6,6	-	-	-	284	10,9	6,6
2016	145	7,7	10,0	-	-	-	145	5,6	10,0
<b>TOTAL</b>	<b>1.878</b>	<b>100,0</b>	<b>10,1</b>	<b>723</b>	<b>100,0</b>	<b>5,6</b>	<b>2.601</b>	<b>100,0</b>	<b>8,9</b>

\* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviços

#### b.1. Empreendimentos iniciados em 2016 por região e por fonte de recursos

O Quadro 35 detalha a distribuição dos empreendimentos iniciados em 2016 por região e por fonte de recursos. Destaca-se que 72,2% dos investimentos iniciados em 2016 (53,9% das operações) são oriundos de recursos onerosos.

Na distribuição dos empreendimentos iniciados por região, é possível observar a expressiva concentração de obras iniciadas na região Nordeste, com 38,5% dos investimentos e 22,4% das operações, e na região Sudeste, que abrange 31,5% dos investimentos e 42,1% das operações, tanto com recursos de empréstimos, quanto com recursos orçamentários.

Dentre os empréstimos, destacam-se as regiões Sudeste e Sul em que estão localizados, respectivamente, 39,0% e 38,4% dos investimentos que tiveram obras iniciadas em 2016. Com relação aos recursos não onerosos, a região Nordeste concentra 81,4% dos investimentos e 31,4% das operações.

**Quadro 35** - Distribuição dos empreendimentos iniciados em 2016, sob gestão do MCidades, por região

REGIÃO	VALORES DE INVESTIMENTOS*							
	FONTE DE RECURSOS				TOTAL			
	FIN		OGU		R\$ mi	%	Operações	
	R\$ mi	Nº Operações	R\$ mi	Nº Operações			Nº	%
Centro-Oeste	14	1	32	3	46	1,8	4	5,3
Nordeste	412	6	589	11	1.001	38,5	17	22,4
Norte	-	-	13	3	13	0,5	3	3,9
Sudeste	732	18	88	14	819	31,5	32	42,1
Sul	720	16	1	4	721	27,7	20	26,3
<b>TOTAL</b>	<b>1.878</b>	<b>41</b>	<b>723</b>	<b>35</b>	<b>2.601</b>	<b>100,0</b>	<b>76</b>	<b>100,0</b>
<b>% FONTE/TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>	<b>72,2</b>		<b>27,8</b>		<b>100</b>			

\* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviços

### 3.2.5. Empreendimentos do PAC na carteira de investimentos

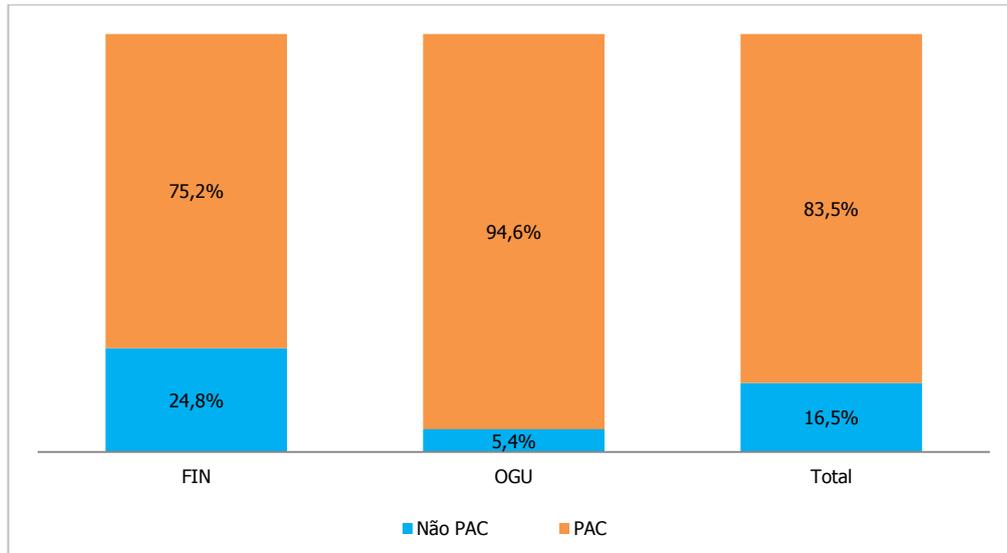
A carteira de investimentos vigente ao final do exercício de 2016 incluía grande parcela de contratos firmados no âmbito do PAC. O Programa responde por investimentos de R\$ 61,44 bilhões (excluindo as obras concluídas), correspondendo a 83,5% dos investimentos da carteira total, que é de R\$ 73,55 bilhões. O Quadro 36 detalha os investimentos da carteira segundo a fonte de recursos, classificando-os em PAC e não-PAC.

**Quadro 36** - Investimentos do PAC na carteira de investimentos, sob gestão do MCidades, ao final do exercício de 2016

FONTE DE RECURSOS	VALORES DE INVESTIMENTOS*						
	Não-PAC		PAC		Total		PAC/Total por Fonte de Recursos (%)
	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	%
<b>FIN</b>	10.415	86,0	31.647	51,5	42.063	57,2	75,2
<b>OGU</b>	1.695	14,0	29.790	48,5	31.485	42,8	94,6
<b>TOTAL</b>	<b>12.110</b>	<b>100</b>	<b>61.437</b>	<b>100</b>	<b>73.547</b>	<b>100</b>	<b>83,5</b>

\* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviços

O Gráfico 19 apresenta a parcela correspondente ao PAC na carteira de investimentos, segundo a fonte de recursos. Os investimentos estão distribuídos da seguinte forma, segundo a fonte de recursos: 75,2% do total da carteira de recursos de empréstimos (R\$ 42,06 bilhões) correspondem a empreendimentos incluídos no PAC e 94,6% do total da carteira de recursos orçamentários (R\$ 31,49 bilhões) referem-se a contratos de investimentos incluídos no PAC. Do total da carteira, 83,5% dos investimentos (R\$ 61,44 bilhões) são incluídos no Programa.

**Gráfico 19** - Parcela do PAC na carteira de investimentos, por fonte de recursos

### 3.3. Empreendimentos concluídos

Os investimentos realizados pelo Governo Federal e pelos fundos financiadores no setor de saneamento, contratados entre 1995 e 2016<sup>21</sup>, permitiram a conclusão de 33.364 empreendimentos até 2016, correspondendo a investimentos de R\$ 47,64 bilhões (valores totais dos contratos de empréstimos e repasses, somados às contrapartidas), sendo R\$ 15,22 bilhões (32,0%) oriundos de contratos firmados com recursos orçamentários e R\$ 32,42 bilhões (68,0%) oriundos de recursos de empréstimos.

O Quadro 37 detalha a distribuição dos empreendimentos concluídos no período, por fonte de recurso e por faixa de duração dos empreendimentos, contados a partir da data de início da obra. Destaca-se que 3,5% dos contratos, correspondentes a 5,7% dos investimentos, não possuem dados de início ou de conclusão ou são obras com faixa de duração inferior a um mês, que foram destacados na estimativa da categoria como "n/d".

Em termos monetários, observa-se que as obras concluídas em um prazo superior a 24 meses correspondem a 74,2% dos investimentos, 11,6% foram realizados em um período de 12 a 24 meses, 8,0% entre 3 e 12 meses e 0,5% foram concluídos em menos de 3 meses. Considerando-se o número total de contratos finalizados, 53,3% foram executados em um prazo superior a 12 meses, 37,6% em um período de 3 a 12 meses e 5,7% em um período inferior a 3 meses.

<sup>21</sup> Para os contratos firmados com recursos orçamentários, esse período é de 1996 a 2016.

**Quadro 37** - Empreendimentos concluídos entre 1995 e 2016

FAIXA DE DURAÇÃO (MESES)	VALORES DE INVESTIMENTOS*						OPERAÇÕES	
	OGU		FIN		Total		Nº	%
	(R\$ mi)	%	(R\$ mi)	%	(R\$ mi)	%		
n/d **	993	6,5	1.737	5,4	2.729	5,7	1.158	3,5
0 a 3	247	1,6	14	0,0	261	0,5	1.906	5,7
3 a 12	2.430	16,0	1.379	4,3	3.809	8,0	12.529	37,6
12 a 24	2.864	18,8	2.640	8,1	5.504	11,6	9.220	27,6
> 24	8.691	57,1	26.649	82,2	35.339	74,2	8.551	25,6
<b>TOTAL</b>	<b>15.224</b>	<b>100</b>	<b>32.417</b>	<b>100</b>	<b>47.642</b>	<b>100</b>	<b>33.364</b>	<b>100</b>
<b>FONTE/ TOTAL INVESTIMENTOS (%)</b>	<b>32,0</b>		<b>68,0</b>		<b>100,0</b>		-	-

\* Inclui as contrapartidas dos Estados, Distrito Federal, Municípios e prestadores de serviço

\*\* Dados não disponíveis

Obs: Os empreendimentos concluídos com faixa de duração inferior a um mês ou sem data de início e/ou conclusão foram incluídos em "dados não disponíveis (n/d)"

O Quadro 38 detalha a duração média e máxima das obras concluídas com apoio do Governo Federal e dos fundos financiadores, segundo o porte do investimento. Os dados referentes aos prazos de execução das obras concluídas revelam que esses empreendimentos levaram, em média, 20 meses para serem concluídos (considerando-se a data de início e a de conclusão física do empreendimento). Os dados indicam que existem expressivas variações segundo o porte do investimento. E, quanto maior o porte de investimento, maior será o tempo de duração da obra.

**Quadro 38** - Durações média e máxima de execução dos empreendimentos, sob gestão do MCidades, concluídos entre 1995 e 2016

PORTE DOS INVESTIMENTOS	DURAÇÃO MÉDIA	DURAÇÃO MÁXIMA
	Meses	
< 500 mil	16	198
Entre 500 mil e 1 milhão	27	192
Entre 1 milhão e 5 milhões	39	192
Entre 5 e 10 milhões	52	161
Entre 10 e 50 milhões	57	181
≥ 50 milhões	59	103
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>198</b>

\* Os contratos com faixa de duração inferior a um mês ou sem data de início e/ou conclusão da obra não foram contabilizados para elaboração dos dados de duração média

O Quadro 39 mostra a distribuição percentual dos investimentos totais das obras concluídas (entre os anos de 1996 e 2016) segundo o ano de contratação e o ano de conclusão dos empreendimentos. Observa-se, a partir dos dados do Quadro, que 74,7% dos investimentos concluídos no período (1996 a 2016) foram concluídos após 2007, sendo que 7,8% do total de investimentos aplicados no período foram concluídos no exercício de 2016.

**Quadro 39** - Distribuição percentual dos valores de investimentos dos empreendimentos concluídos, por ano de contratação e ano de conclusão

ANO DE CONTRATAÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO DOS EMPREENDIMENTOS								
	n/d*	1996-1998	1999 - 2002	2003 - 2006	2007-2010	2011-2014	2015	2016	Total
1995 - 1998	0,33	3,08	7,81	1,79	0,49	0,13	-	-	13,63
1999 - 2002	0,52	-	1,79	3,34	4,95	0,26	0,00	0,00	10,88
2003 - 2006	2,27	-	-	2,41	8,71	4,48	0,56	0,40	18,83
2007 - 2010	1,72	-	-	-	7,09	27,85	7,44	4,84	48,94
2011 - 2014	0,27	-	-	-	-	2,63	2,27	2,56	7,72
<b>TOTAL</b>	<b>5,11</b>	<b>3,08</b>	<b>9,60</b>	<b>7,54</b>	<b>21,24</b>	<b>35,36</b>	<b>10,27</b>	<b>7,80</b>	<b>100,00</b>

\* Dados não disponíveis

### 3.3.1. Concluídos por região e por modalidade

O Quadro 40 disponibiliza a distribuição dos empreendimentos concluídos, entre 1996 e 2016, e o tempo médio de duração da intervenção, por modalidade de investimento. Observa-se que os empreendimentos da modalidade Infraestrutura Urbana foram concluídos em um prazo médio de 17 meses, enquanto a duração média das demais intervenções é superior a 19 meses. Isso ocorre devido à grande quantidade de contratos na modalidade: 21.926 empreendimentos concluídos, sendo que 19.323 desses contratos possuem valor de investimento inferior a R\$ 500 mil.

**Quadro 40** - Distribuição dos empreendimentos concluídos entre 1996 e 2016, por modalidade

MODALIDADE	VALORES DE INVESTIMENTOS* (R\$ MI)	Nº OPERAÇÕES	DURAÇÃO MÉDIA** (MESES)
Esgotamento Sanitário	15.193	3.962	27
Abastecimento de Água	11.240	4.007	24
Infraestrutura Urbana***	6.986	21.926	17
Saneamento Integrado	6.329	1.063	27
Drenagem Urbana	4.017	776	27
Desenvolvimento Institucional	1.859	195	54
Outros	1.009	9	30
Resíduos Sólidos	769	1.135	19
Estudos e Projetos	238	291	32
<b>TOTAL</b>	<b>47.642</b>	<b>33.364</b>	<b>20</b>

\* Inclui as contrapartidas dos Estados, Distrito Federal, Municípios e prestadores de serviços

\*\* Os contratos com faixa de duração inferior a um mês ou sem data de início e/ou conclusão da obra não foram contabilizados para elaboração dos dados de duração média

\*\*\* Corresponde aos contratos que estavam inclusos nas modalidades Pró-Municípios/ Pró-Infra em outros Relatórios, referente a empreendimentos apoiados exclusivamente com recursos de emendas parlamentares

O Quadro 41 apresenta a distribuição dos empreendimentos concluídos, o valor médio investido e a duração média dos empreendimentos, segundo as regiões do País. Para esse cálculo da duração média dos empreendimentos foram utilizados os dados de apenas 11.438 operações, pois foram excluídos da amostragem os empreendimentos classificados na modalidade Infraestrutura Urbana<sup>22</sup> (21.926 contratos). Optou-se por esse recorte porque nessa

<sup>22</sup> A modalidade Infraestrutura Urbana corresponde aos contratos que estavam inclusos nas modalidades Pró-Municípios/Pró-Infra em outros Relatórios e refere-se a empreendimentos apoiados exclusivamente com recursos de emendas parlamentares.

modalidade estão incluídas intervenções de naturezas diversas, especialmente pavimentação, normalmente de pequeno porte, cuja duração da execução foge do padrão das demais intervenções em saneamento.

De acordo com o Quadro 41, destaca-se o número de empreendimentos concluídos nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, correspondente a 3.709, 3.332 e 2.389 operações, respectivamente. A região Sudeste também apresentou o maior volume de investimentos recebidos no universo de obras concluídas, R\$ 20,07 bilhões, que representa 49,4% dos investimentos totais.

**Quadro 41** - Distribuição dos empreendimentos concluídos entre 1996 e 2016 (sem Infraestrutura Urbana), por região

REGIÃO	Nº OPERAÇÕES	VALORES DE INVESTIMENTOS* (R\$ mi)	VALORES MÉDIOS DE INVESTIMENTOS (R\$ MI)	DURAÇÃO MÉDIA** (MESES)
Centro-Oeste	1.114	2.228	2,0	25
Nordeste	3.332	9.648	2,9	24
Norte	894	2.446	2,7	23
Sudeste	3.709	20.070	5,4	30
Sul	2.389	6.263	2,6	23
<b>TOTAL</b>	<b>11.438</b>	<b>40.656</b>	<b>3,6</b>	<b>26</b>

\* Valor de investimento, que inclui as contrapartidas dos Estados, Distrito Federal, Municípios e prestadores de serviços

\*\* Os contratos com faixa de duração inferior a um mês ou sem data de início e/ou conclusão da obra não foram contabilizados para elaboração dos dados de duração média, assim como os contratos da modalidade Infraestrutura Urbana que contabilizou investimentos de R\$ 6,99 bilhões

### 3.3.2. Concluídos no exercício de 2016

O Quadro 42 detalha os empreendimentos concluídos no exercício de 2016 por ano de contratação. O Quadro revela que, em 2016, foram concluídos 355 empreendimentos, cujos valores totalizam aproximadamente R\$ 3,72 bilhões em investimentos. Desse total, 57,8% (R\$ 2,15 bilhões) dos recursos são referentes a contratos de empréstimos e 42,2% (R\$ 1,57 bilhões) dos recursos são oriundos do OGU.

**Quadro 42** - Empreendimentos concluídos no exercício de 2016, por ano de contratação

ANO DE CONTRATAÇÃO	FIN			OGU			TOTAL		
	R\$ mi	Contra-partida média (%)	Nº Operações	R\$ mi	Contra-partida média (%)	Nº Operações	R\$ mi	Contra-partida média (%)	Nº Operações
1999 e 2001	-	-	-	0,9	45,5	2	0,9	24,7	2
2003 a 2006	171,9	40,2	14	20,1	22,1	38	192,0	22,1	52
2007 a 2010	1.092,1	25,7	71	1.213,4	16,3	146	2.305,5	21,7	217
2011 a 2013	883,9	20,8	27	334,7	10,6	57	1.218,6	18,2	84
<b>Total</b>	<b>2.147,9</b>	<b>24,9</b>	<b>112</b>	<b>1.569,15</b>	<b>15,2</b>	<b>243</b>	<b>3.717,1</b>	<b>20,8</b>	<b>355</b>
<b>FONTE/ TOTAL INVESTIMENTOS (%)</b>	<b>57,8</b>			<b>42,2</b>			<b>100,0</b>		

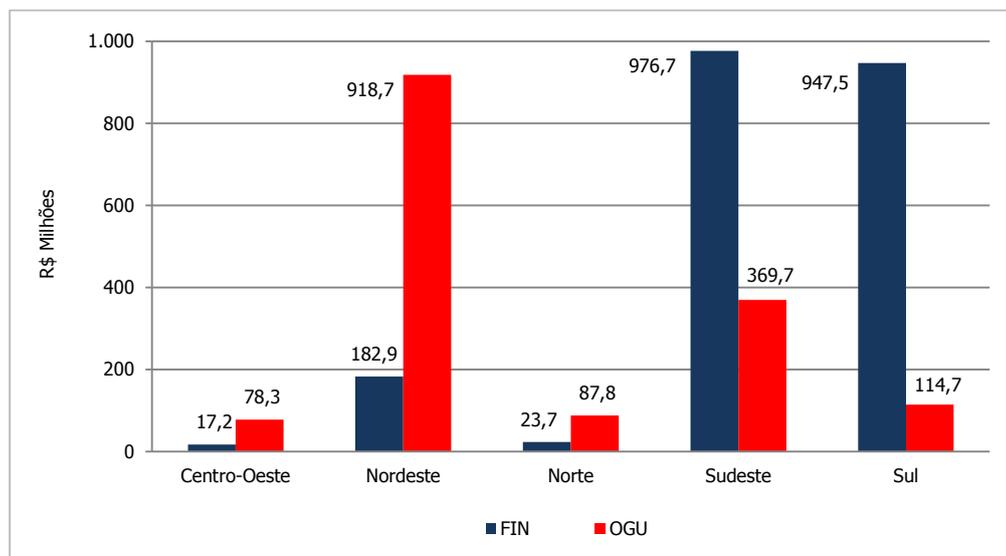
#### a. Concluídos no exercício por região e fonte de recursos

O Gráfico 20 detalha os valores de investimentos dos empreendimentos de saneamento concluídos no exercício de 2016 por região do País e por fonte de recursos. Observa-se que, dos empreendimentos concluídos em 2016 com recursos do OGU, foram aplicados 83,4% (R\$ 918,7 milhões) na região Nordeste, 82,0% (R\$ 78,3 milhões) na região Centro-Oeste, 78,8% (R\$ 87,8

milhões) na região Norte, 27,5% na região Sudeste (R\$ 369,7 milhões) e 10,8% na região Sul (R\$ 114,7 milhões).

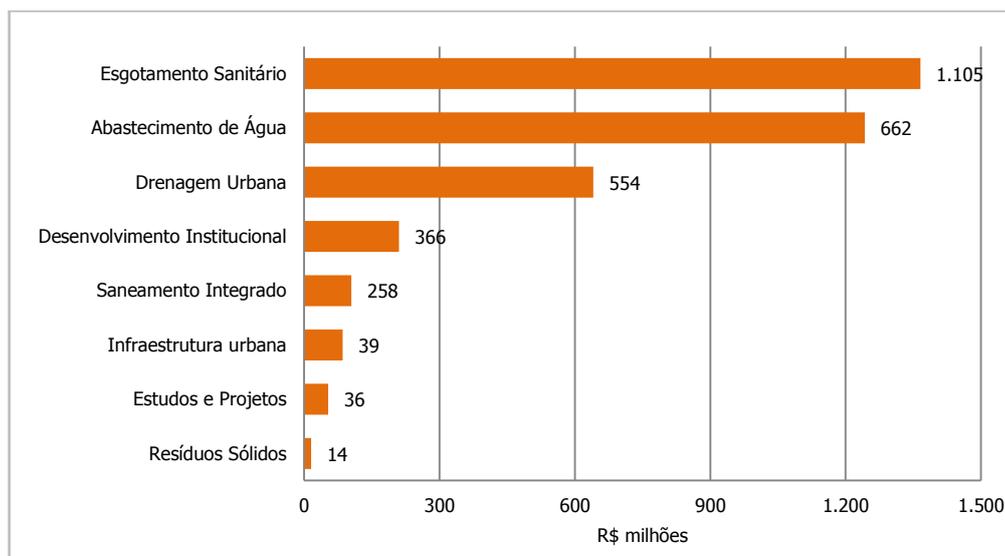
Com relação ao volume de recursos de empréstimos em obras concluídas, foram aplicados 89,2% (R\$ 947,5 milhões) na região Sul e 72,5% (R\$ 976,7 milhões) na região Sudeste. Do total geral de recursos investidos em empreendimentos concluídos em 2016 (R\$ 3,72 bilhões), a região Sudeste foi responsável pela maior parcela desses investimentos, com 36,2% do total, equivalente a R\$ 1,35 bilhão em investimentos concluídos.

**Gráfico 20** - Valores dos empreendimentos concluídos, em 2016, por região e fonte de recursos (em R\$ milhões)



#### b. Concluídos no exercício por modalidade

O Gráfico 21 apresenta os valores dos investimentos dos empreendimentos de saneamento concluídos por modalidade no ano de 2016, totalizando R\$ 3,72 bilhões. Dentre os empreendimentos concluídos, observa-se que predominaram os da modalidade Esgotamento Sanitário, que representam investimentos de R\$ 1,37 bilhão (36,7% do total), seguido pela modalidade Abastecimento de Água que equivalem a 33,4% dos investimentos em empreendimentos concluídos no exercício (R\$ 1,24 bilhão). Ainda, no cômputo global, 17,2% dos investimentos concluídos em 2016 pertenciam à modalidade Drenagem Urbana (R\$ 640,9 milhões) e 5,7% pertenciam à modalidade Desenvolvimento Institucional (R\$ 210,2 milhões).

**Gráfico 21** - Valores dos empreendimentos concluídos, em 2016, por modalidade

### c. Contrapartidas

O Quadro 43 mostra os percentuais das contrapartidas ofertadas pelos proponentes nas obras concluídas no período de 1996 a 2016, segundo ano de contratação, fonte de recursos e região do País.

Os dados revelam que, enquanto o percentual médio de contrapartidas ofertadas pelos proponentes no período de 1995 a 1998 foi de 18,8%, de 1999 a 2002 foi de 18,3% e de 2003 a 2006, também foi de 18,3%. Em relação aos contratos assinados entre 2007 e 2010, o percentual médio de contrapartida foi de 38,7%; e quanto às operações com ano de contratação entre 2011 e 2014, a média das contrapartidas foi de 5,9%. O baixo percentual médio de contrapartida neste último período (2011-2014) ocorreu devido a não exigência de contrapartida na maioria dos contratos firmados na segunda fase do PAC. Destaca-se que não houve empreendimentos concluídos cujos contratos foram assinados nos anos de 2015 e 2016.

Considerando-se as diferentes regiões do País, observaram-se diferenças significativas nos percentuais das contrapartidas ofertadas durante todo o período analisado. O percentual ofertado pelo Sudeste (48,0%) é superior ao observado nas demais regiões. Na região Norte o percentual de contrapartida foi de 4,7%; na região Centro-Oeste, 5,3%; na região Sul, 17,4%; e na região Nordeste, 24,7%.

Percebe-se ainda diferença de percentual de contrapartida entre as duas fontes de recursos. Os contratos assinados com recursos de empréstimos apresentaram um percentual de contrapartida de 80,5%, enquanto o percentual de contrapartida dos contratos assinados com recursos orçamentários foi de 19,5%.

**Quadro 43** - Percentual de contrapartida por ano de assinatura do contrato, fonte e região

PERCENTUAL DE CONTRAPARTIDAS						
ANO DE CONTRATAÇÃO	REGIÃO					
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
1995 - 1998	0,7	9,0	2,0	4,9	2,2	18,8
1999 - 2002	0,9	3,8	0,3	7,3	5,9	18,3
2003 - 2006	2,0	4,8	0,7	8,9	2,0	18,3
2007 - 2010	1,6	4,3	1,7	24,8	6,3	38,7
2011 - 2014	0,03	2,9	0,01	2,0	1,0	5,9
<b>TOTAL</b>	<b>5,3</b>	<b>24,7</b>	<b>4,7</b>	<b>48,0</b>	<b>17,4</b>	<b>100,0</b>
FONTE DE RECURSOS	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
FIN	3,1	19,5	3,5	40,6	13,8	80,5
OGU	2,2	5,2	1,2	7,3	3,6	19,5
<b>TOTAL</b>	<b>5,3</b>	<b>24,7</b>	<b>4,7</b>	<b>48,0</b>	<b>17,4</b>	<b>100,0</b>

## CONCLUSÃO

O acesso à água e ao esgotamento sanitário, junto aos demais componentes do saneamento básico, além de uma questão de saúde pública, deve ser compreendido como um direito fundamental para a garantia da qualidade de vida e de um ambiente urbano salubre. Nesse sentido, a SNSA orienta suas ações com vistas à promoção do acesso universal a esses serviços, além da constante busca pela oferta dos serviços com qualidade, eficiência, regularidade e equidade.

A Lei nº 10.683, de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, estabelece, ao MCidades, a competência de planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação dos recursos das políticas de desenvolvimento urbano e, dentre elas, a política setorial de saneamento básico. No exercício de suas competências, especialmente no que diz respeito aos aspectos relacionados ao planejamento e à gestão da aplicação dos recursos, a SNSA elabora e publica, desde 2006, o Relatório do Gasto Público em Saneamento. O Relatório é uma publicação anual que busca reunir, sistematizar e detalhar as informações sobre a alocação e a execução orçamentária e financeira dos gastos em saneamento básico realizados com recursos do OGU, de responsabilidade dos órgãos do Poder Executivo Federal (MCidades, MI, MS, MMA, MDS, dentre outros) e dos fundos financiadores (FGTS e FAT, sob gestão operacional da CAIXA e do BNDES, respectivamente).

Conforme se apresentou neste Relatório, o montante de recursos disponíveis para os investimentos em saneamento básico no exercício foi de R\$ 7,16 bilhões, sendo R\$ 3,66 bilhões (51,1%), previstos na LOA 2016, oriundos do OGU, e R\$ 3,50 bilhões (48,9%) de financiamentos pelo FGTS. No âmbito dos recursos orçamentários, destacou-se que o MCidades foi o órgão contemplado com a maior parcela referente à programação de recursos previstos na LOA 2016 (67,8% do total programado).

Na apresentação dos valores comprometidos e desembolsados para o saneamento básico, em 2015, foram comprometidos R\$ 3,52 bilhões e desembolsados R\$ 9,65 bilhões em iniciativas de saneamento básico com recursos do Governo Federal e dos fundos financiadores.

Por fim, na terceira parte, o Relatório de 2016 apresentou a situação geral das intervenções de todos os órgãos do Governo Federal que possuem ações de saneamento básico e a situação das intervenções de saneamento básico sob gestão do MCidades e dos fundos financiadores. O documento disponibilizou uma série de informações sobre a execução física dessas intervenções, consolidou informações sobre a carteira de investimentos do MCidades, intervenções em andamento, iniciadas e concluídas no exercício, dentre outros dados.

Os investimentos realizados pelo MCidades e órgãos gestores da política de saneamento entre 1995 e 2016, para os contratos de empréstimos, e, entre 1996 e 2016, para os contratos de repasse, assinados entre a União e os entes federados e prestadores de serviços, ultrapassam R\$ 121,6 bilhões (em valores históricos), incluindo os valores de contrapartida. Esses investimentos, contabilizados em mais de 36 mil operações, foram classificados, ao final de 2016 segundo a seguinte situação: 39,2% foram concluídos, 51,4% estavam com obra em andamento e 9,1% não foram iniciados.

## ANEXO 1 – Ações orçamentárias utilizadas na apropriação dos valores dos gastos federais em saneamento

Programa	Nome Programa	Código Ação	Nome Ação
<b>Ministério das Cidades (MCidades)</b>			
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	006E	Apoio a sistemas de abastecimento de água em municípios de Regiões Metropolitanas e de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico
		0586	Apoio a projetos de ação social em saneamento (PASS)
		10GD	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
		10GE	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
		10S5	Apoio a empreendimentos de saneamento integrado em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou municípios integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento
		10SC	Apoio a implantação, ampliação ou melhorias em sistemas de abastecimento de água em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou municípios integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento
		1N08	Apoio a implantação, ampliação ou melhorias de sistemas de esgotamento sanitário em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou municípios integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento
		7N68	Apoio a implantação de sistema de esgotamento sanitário
0310	Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	0B16	Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
		1D73	Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10SU	Apoio a Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios das Bacias Receptoras da Integração com o Rio São Francisco com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes
		10TB	Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras da Integração com o Rio São Francisco em Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes
1128	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	006H	Apoio a empreendimentos de saneamento integrado em assentamentos precários em Municípios de Regiões Metropolitanas
		10S5	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou Municípios com mais de 150 mil Habitantes

1136	Fortalecimento da Gestão Urbana	006L	Apoio a elaboração de projetos de saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico
		1P95	Apoio à Elaboração de Projetos de Saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes
		8871	Apoio à Elaboração de Estudos e Implementação de Projetos de Desenvolvimento Institucional e Operacional e à Estruturação da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico e Revitalização dos Prestadores de Serviços Públicos de Saneamento
1138	Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial	0578	Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis
		10SG	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	10SG	Apoio a sistemas de drenagem urbana sustentável e de manejo de águas pluviais em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento econômico
2054	Planejamento Urbano	1D73	Apoio a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
2068	Saneamento Básico	10S5	Apoio a empreendimentos de saneamento integrado em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou municípios integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento
		10SC	Apoio à implantação, ampliação ou melhorias em sistemas de abastecimento de água em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou municípios integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento
		116I	Apoio a sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou municípios integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento
		1N08	Apoio à implantação, ampliação ou melhorias de sistemas de esgotamento sanitário em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou municípios integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento
		1P95	Apoio à elaboração de planos e projetos de saneamento em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento
		20NV	Apoio à implementação de ações de desenvolvimento do Setor Águas - Interáguas
		8871	Apoio à elaboração e monitoramento de planos de saneamento regionais e nacional
6001	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte	109A	Implantação ou melhoria de obras de infraestrutura urbana em municípios com até 100.000 habitantes
6002	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande	109B	Obras de infraestrutura urbana em municípios de médio e grande porte

	Porte		
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	116I	Apoio a sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios com população superior a 50 mil habitantes ou municípios integrantes de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento
		7N91	Apoio a consórcios públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de médio porte - Estado do Pará
<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)</b>			
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	11V1	Acesso à água para o consumo humano na zona rural
		8948	Acesso à água para a produção de alimentos
<b>Ministério da Integração Nacional (MI)</b>			
0515	Infraestrutura Hídrica	109Z	Perfuração e equipamento de poços públicos
		1851	Implantação de obras de infraestrutura hídrica
		1162	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de água e Esgotamento Sanitário de Coqueiro Seco no Estado de Alagoas (Proágua Nacional)
		3735	Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais
		5308	Construção da Barragem Jequitáí no Estado de Minas Gerais
		7R16	Construção da Adutora de Vitória de Santo Antão no Estado de Pernambuco
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)
		5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-açu e Apodi (Eixo Norte)
1138	Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial	127A	Obras de macrodrenagem e controle de erosão marinha e fluvial
		1662	Obras de macrodrenagem
		2B70	Controle de erosão marítima e fluvial
		7M48	Reurbanização do Vale Córrego Botafogo no trecho da Avenida 136 - 2ª radial no município de Goiânia
		8084	Obras de Pequeno Vulto de Macrodrenagem
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	10RM	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Paraíba
		116F	Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água para Todos
		7R77	Ligações intradomiciliares de esgotos sanitários e módulos sanitários domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Paraíba
2026	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos	10ZW	Recuperação e controle de processos erosivos em municípios das bacias do São Francisco e do Paraíba
2040	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	10GW	Construção da Barragem Castelo no Estado do Piauí
		127A	Obras de macrodrenagem e controle de erosão marítima e fluvial
2051	Oferta de Água	109H	Construção de Barragens
		109I	Construção de Açudes
		109J	Construção de Adutoras
		10CT	Construção do canal adutor do Sertão Alagoano
		10DC	Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte
		10F6	Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco
		11PO	Implantação de sistemas de poços de água subterrânea

		12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)
		12G5	Implantação do Sistema Adutor de Guanambi com 333 km no Estado da Bahia
		12G7	Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba
		140S	Implantação do Sistema Adutor Nova Camara no Estado da Paraíba
		141H	Construção do Canal do Sertão Pernambucano no Estado do Pernambuco
		14LA	Construção da Barragem Ingazeira, no Estado de Pernambuco
		14RQ	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Congo - etapa III - no Estado da Paraíba
		14RR	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Minador do Negrão, Estrela de Alagoas e Igaci no Estado de Alagoas
		14RS	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Natuba no Estado da Paraíba
		14RU	Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Bacia Leiteira no Estado de Alagoas
		14RX	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Campo Alegre de Lourdes no Estado da Bahia
		14RZ	Ampliação da Adutora Redenção no Estado de Pernambuco
		14S5	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Alto Sertão no Estado de Sergipe
		14S8	Implantação da Adutora Santa Cruz da Baixa Verde no Estado de Pernambuco
		14SC	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Sertaneja no Estado de Sergipe
		14SD	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento Tomar do Geru no Estado de Sergipe
		14SG	Ampliação da Barragem de Mato Verde no Estado de Minas Gerais
		14SH	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água do Oeste no Estado de Pernambuco
		14SL	Recuperação da Adutora Amaraji no Estado de Pernambuco
		14VL	Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Pendências, Macau, Guimarães e Baixa do Meio no Estado do Rio Grande do Norte
		152D	Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano
		152E	Construção do Sistema Adutor Ramal do Entremontes, no Estado de Pernambuco
		1851	Implantação de obras de infraestrutura hídrica
		1N64	Implantação da Adutora Pajeú com 582 km nos Estados de Pernambuco e Paraíba
		5308	Construção da Barragem Jequitai no Estado de Minas Gerais
		5900	integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-açu e Apodi (Eixo Norte)
		7131	Construção da Barragem do Figueiredo no Estado do Ceará
		7L29	integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará - Cinturão das Águas do Ceará - trecho 1 com 149,82 km
2068	Saneamento Básico	10RM	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Paraíba

Gasto Público em Saneamento Básico - 2016

		10RP	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Paraíba
		116F	Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco - Água para Todos
		141J	Ligações intradomiciliares de esgotos sanitários e módulos sanitários domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco e Paraíba
		1162	Implantação do sistema integrado de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Coqueiro Seco, no Estado de Alagoas
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	12QC	Implantação de obras e equipamentos para oferta de água - Plano Brasil Sem Miséria
<b>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</b>			
2067	Resíduos Sólidos	20MG	Implementação de planos, projetos, obras e equipamentos para a coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos - Plano Brasil Sem Miséria
2069	Segurança Alimentar e Nutricional	8695	Dessalinização de água - Água Doce - Plano Brasil Sem Miséria
<b>Ministério da Saúde (MS)</b>			
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	002L	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças
		002M	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças
		0800	Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 30.000 Habitantes
		10GD	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
		10GE	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
		20AF	Apoio ao controle de qualidade da água para consumo humano
		20AG	Apoio a gestão dos sistemas de saneamento básico em municípios de até 50.000 habitantes
		3861	Implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de abastecimento de água
		5528	Saneamento básico para controle de agravos
		7652	Implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos
		7654	Implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de esgotamento sanitário
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10SV	Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

Gasto Público em Saneamento Básico - 2016

1138	Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial	3883	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária
1287	Saneamento Rural	10GC	Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais - "Saneamento em Escolas"
		12GI	Abastecimento de Água e Instalações hidrosanitárias em Escolas Públicas Rurais - Água na Escola
		3921	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas
		7656	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos
		7684	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos
2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	7684	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos
2068	Saneamento Básico	10GD	implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE)
		10GE	Implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE)
		10GG	Implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE)
		20AF	Apoio ao controle de qualidade da água para consumo humano
		20AG	Apoio à gestão dos sistemas de saneamento básico em municípios de até 50.000 habitantes
		3883	Implantação e melhoria de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas para prevenção e controle de doenças e agravos
		6908	Fomento à educação em saúde voltada para o saneamento ambiental
		7652	Implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de doenças e agravos
		7656	Implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	10GG	Implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (RIDE)
		11KO	Implantação, ampliação ou melhoria do sistema público de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para a prevenção e controle de agravos em municípios de até 30.000 habitantes ou com risco de transmissão de dengue
		20AM	Implementação de projetos de coleta e reciclagem de materiais

<b>Ministério do Trabalho (MT)</b>			
2067	Resíduos Sólidos	8274	Fomento para a organização e o desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos

**ANEXO 2** – Recursos comprometidos com iniciativas de saneamento básico em 2016, por fonte de recurso e Unidade da Federação

RECURSOS FEDERAIS COMPROMETIDOS								
UF	OGU		FINANCIAMENTOS				TOTAL	
	TOTAL	%	FGTS (R\$)	BNDDES (R\$)	TOTAL	%	TOTAL (R\$)	%
AC	14.720.797	0,47	-	-	-	-	14.720.797	0,42
AM	21.246.326	0,67	-	-	-	-	21.246.326	0,60
AP	3.851.720	0,12	-	-	-	-	3.851.720	0,11
PA	102.713.216	3,25	-	-	-	-	102.713.216	2,92
RO	30.526.481	0,97	-	-	-	-	30.526.481	0,87
RR	110.481.534	3,50	-	-	-	-	110.481.534	3,14
TO	26.843.570	0,85	-	-	-	-	26.843.570	0,76
<b>N</b>	<b>310.383.644</b>	<b>9,82</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>310.383.644</b>	<b>8,83</b>
AL	70.649.962	2,24	-	-	-	-	70.649.962	2,01
BA	281.669.034	8,92	-	-	-	-	281.669.034	8,01
CE	229.399.027	7,26	-	-	-	-	229.399.027	6,52
MA	178.327.186	5,64	130.257.131	-	130.257.131	36,50	308.584.317	8,78
PB	123.203.329	3,90	-	-	-	-	123.203.329	3,50
PE	186.167.883	5,89	-	-	-	-	186.167.883	5,29
PI	124.670.158	3,95	-	-	-	-	124.670.158	3,55
RN	90.184.151	2,85	-	-	-	-	90.184.151	2,56
SE	67.634.776	2,14	-	-	-	-	67.634.776	1,92
<b>NE</b>	<b>1.351.905.506</b>	<b>42,79</b>	<b>130.257.131</b>	<b>-</b>	<b>130.257.131</b>	<b>36,50</b>	<b>1.482.162.637</b>	<b>42,15</b>
PR	120.457.463	3,81	-	-	-	-	120.457.463	3,43
RS	118.558.172	3,75	-	-	-	-	118.558.172	3,37
SC	108.682.275	3,44	-	-	-	-	108.682.275	3,09
<b>S</b>	<b>347.697.910</b>	<b>11,01</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>347.697.910</b>	<b>9,89</b>
ES	42.824.209	1,36	33.729.595	-	33.729.595	9,45	76.553.803	2,18
MG	311.926.932	9,87	-	-	-	-	311.926.932	8,87
RJ	92.974.821	2,94	-	-	-	-	92.974.821	2,64
SP	361.874.637	11,45	192.911.829	-	192.911.829	54,05	554.786.466	15,78
<b>SE</b>	<b>809.600.599</b>	<b>25,63</b>	<b>226.641.424</b>	<b>-</b>	<b>226.641.424</b>	<b>63,50</b>	<b>1.036.242.022</b>	<b>29,47</b>
DF	67.010.204	2,12	-	-	-	-	67.010.204	1,91
GO	143.505.012	4,54	-	-	-	-	143.505.012	4,08
MS	85.842.630	2,72	-	-	-	-	85.842.630	2,44
MT	43.236.167	1,37	-	-	-	-	43.236.167	1,23
<b>CO</b>	<b>339.594.013</b>	<b>10,75</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>339.594.013</b>	<b>9,66</b>
NA*	8.000	0,00	-	-	-	-	8.000	0,00
<b>BR</b>	<b>3.159.189.672</b>	<b>100,00</b>	<b>356.898.555</b>	<b>-</b>	<b>356.898.555</b>	<b>100,00</b>	<b>3.516.088.227</b>	<b>100,00</b>

\* Sem região definida

**ANEXO 3 – Recursos desembolsados com iniciativas de saneamento básico em 2016, por fonte de recurso e Unidade da Federação**

RECURSOS FEDERAIS DESEMBOLSADOS								
UF	OGU		FINANCIAMENTOS				TOTAL	
	TOTAL	%	FGTS (R\$)	BNDES (R\$)	TOTAL	%	TOTAL (R\$)	%
AC	26.903.654	0,45	-	-	-	-	26.903.654	0,28
AM	20.885.460	0,35	42.701.240	30.093.000	72.794.240	1,96	93.679.700	0,97
AP	14.162.027	0,24	-	-	-	-	14.162.027	0,15
PA	139.774.976	2,35	19.133.918	40.270.884	59.404.802	1,60	199.179.778	2,06
RO	31.455.407	0,53	464.399	-	464.399	0,01	31.919.806	0,33
RR	78.798.232	1,32	-	-	-	-	78.798.232	0,82
TO	40.982.374	0,69	37.858.903	-	37.858.903	1,02	78.841.278	0,82
<b>N</b>	<b>352.962.130</b>	<b>5,93</b>	<b>100.158.460</b>	<b>70.363.884</b>	<b>170.522.344</b>	<b>4,60</b>	<b>523.484.474</b>	<b>5,42</b>
AL	218.620.522	3,68	-	-	-	-	218.620.522	2,26
BA	545.356.715	9,17	76.819.114	389.478	77.208.592	2,08	622.565.308	6,45
CE	406.588.550	6,83	66.052.772	14.732.056	80.784.828	2,18	487.373.378	5,05
MA	243.152.305	4,09	26.762.316	0,01	26.762.316	0,72	269.914.621	2,80
PB	251.691.198	4,23	18.413.410	-	18.413.410	0,50	270.104.608	2,80
PE	487.338.771	8,19	97.957.663	16.150.293	114.107.956	3,08	601.446.727	6,23
PI	174.056.361	2,93	2.822.017	-	2.822.017	0,08	176.878.377	1,83
RN	210.727.260	3,54	6.634.268	-	6.634.268	0,18	217.361.528	2,25
SE	81.879.560	1,38	19.970.353	-	19.970.353	0,54	101.849.912	1,06
<b>NE</b>	<b>2.619.411.240</b>	<b>44,03</b>	<b>315.431.913</b>	<b>31.271.828</b>	<b>346.703.741</b>	<b>9,36</b>	<b>2.966.114.981</b>	<b>30,72</b>
PR	216.257.596	3,64	203.153.290	173.765.007	376.918.297	10,17	593.175.893	6,14
RS	216.471.214	3,64	71.524.389	89.027.762	160.552.151	4,33	377.023.364	3,91
SC	166.720.245	2,80	108.648.357	5.337.296	113.985.653	3,08	280.705.898	2,91
<b>S</b>	<b>599.449.054</b>	<b>10,08</b>	<b>383.326.036</b>	<b>268.130.065</b>	<b>651.456.101</b>	<b>17,58</b>	<b>1.250.905.155</b>	<b>12,96</b>
ES	45.909.287	0,77	25.542.227	1.500.000	27.042.227	0,73	72.951.514	0,76
MG	451.822.502	7,60	287.586.844	54.357.116	341.943.961	9,23	793.766.463	8,22
RJ	141.468.590	2,38	407.758.312	109.425.077	517.183.389	13,96	658.651.979	6,82
SP	556.929.207	9,36	1.193.870.431	178.253.121	1.372.123.552	37,03	1.929.052.759	19,98
<b>SE</b>	<b>1.196.129.585</b>	<b>20,11</b>	<b>1.914.757.814</b>	<b>343.535.315</b>	<b>2.258.293.129</b>	<b>60,95</b>	<b>3.454.422.715</b>	<b>35,78</b>
DF	795.350.568	13,37	32.098.333	-	32.098.333	0,87	827.448.901	8,57
GO	260.720.617	4,38	168.409.981	0,59	168.409.982	4,55	429.130.598	4,45
MS	68.470.033	1,15	54.407.043	-	54.407.043	1,47	122.877.076	1,27
MT	55.647.577	0,94	20.715.978	2.454.804	23.170.783	0,63	78.818.360	0,82
<b>CO</b>	<b>1.180.188.795</b>	<b>19,84</b>	<b>275.631.335</b>	<b>2.454.805</b>	<b>278.086.140</b>	<b>7,51</b>	<b>1.458.274.935</b>	<b>15,11</b>
NA*	581.741	0,01	-	-	-	-	581.741	0,01
<b>BR</b>	<b>5.948.722.545</b>	<b>100,00</b>	<b>2.989.305.559</b>	<b>715.755.896</b>	<b>3.705.061.455</b>	<b>100,00</b>	<b>9.653.784.000</b>	<b>100,00</b>

\* Sem região definida

**ANEXO 4 – Gastos per capita comprometidos e desembolsados com iniciativas de Saneamento Básico em 2016, por Unidade da Federação e fonte de recursos**

GASTOS PER CAPITA EM SANEAMENTO BÁSICO (R\$ 1,00)														
UF	COMPROMETIDOS							DESEMBOLSADOS						
	Média per capita (2003 a 2006)	Média per capita (2007 a 2010)	Média per capita (2011 a 2014)	Per capita 2015	Per capita 2016			Média per capita (2003 a 2006)	Média per capita (2007 a 2010)	Média per capita (2011 a 2014)	Per capita 2015	Per capita 2016		
					OGU	FIN	TOTAL					OGU	FIN	TOTAL
AC	59,85	275,38	218,96	38,17	18,03	-	18,03	26,08	175,62	159,13	94,77	32,94	-	32,94
AM	22,23	62,38	22,94	3,59	5,31	-	5,31	5,26	36,49	13,68	27,61	5,22	18,19	23,41
AP	36,87	84,78	43,51	16,96	4,92	-	4,92	10,18	39,37	46,60	78,56	18,10	-	18,10
PA	18,09	44,05	23,01	14,29	12,42	-	12,42	6,10	19,27	20,17	11,87	16,90	6,71	23,61
RO	20,48	92,69	45,23	12,02	17,08	-	17,08	13,25	28,10	35,74	26,20	17,60	0,26	17,86
RR	105,72	275,89	158,61	145,32	214,85	-	214,85	25,61	171,18	195,89	144,30	153,24	-	153,24
TO	27,27	65,55	134,73	27,80	17,51	-	17,51	18,54	35,22	66,06	113,10	26,74	25,29	52,02
<b>N</b>	<b>25,02</b>	<b>73,05</b>	<b>48,68</b>	<b>17,83</b>	<b>17,53</b>	<b>-</b>	<b>17,53</b>	<b>9,36</b>	<b>37,32</b>	<b>48,65</b>	<b>36,22</b>	<b>19,93</b>	<b>9,46</b>	<b>29,39</b>
AL	25,47	92,33	150,07	51,68	21,03	-	21,03	13,70	42,14	123,05	116,17	65,09	-	65,09
BA	13,12	58,28	74,74	16,36	18,44	-	18,44	9,18	26,07	54,79	32,56	35,70	5,05	40,75
CE	25,72	73,46	72,77	41,41	25,59	-	25,59	18,32	39,07	62,37	60,06	45,36	9,01	54,37
MA	22,37	32,10	28,91	22,24	25,64	18,73	44,37	5,42	12,62	26,02	14,77	34,97	3,85	38,81
PB	50,81	71,69	96,13	30,63	30,81	-	30,81	23,15	39,31	68,45	60,60	62,93	5,59	68,52
PE	20,51	75,40	113,53	42,57	19,78	-	19,78	11,67	43,54	95,34	63,38	51,79	12,13	63,91
PI	33,83	56,29	92,25	46,39	38,81	-	38,81	15,85	29,90	70,75	53,24	54,19	0,88	55,06
RN	40,48	83,85	67,64	49,43	25,95	-	25,95	15,92	41,16	59,20	62,54	60,64	1,91	62,55
SE	49,58	79,30	66,19	30,19	29,85	-	29,85	35,80	33,04	47,83	46,11	36,14	8,84	44,98
<b>NE</b>	<b>25,05</b>	<b>65,47</b>	<b>81,80</b>	<b>32,70</b>	<b>23,75</b>	<b>2,29</b>	<b>26,04</b>	<b>13,65</b>	<b>32,63</b>	<b>65,50</b>	<b>50,25</b>	<b>46,02</b>	<b>6,16</b>	<b>52,18</b>
PR	22,88	37,34	68,74	33,17	10,71	-	10,71	18,46	16,28	35,85	48,98	19,24	30,17	49,40
RS	7,31	48,96	56,71	14,14	10,50	-	10,50	1,45	19,19	40,92	29,07	19,18	14,09	33,27
SC	15,10	48,10	66,43	19,10	15,73	-	15,73	6,89	14,99	38,42	41,59	24,13	16,71	40,84
<b>S</b>	<b>14,93</b>	<b>44,35</b>	<b>63,50</b>	<b>22,56</b>	<b>11,81</b>	<b>-</b>	<b>11,81</b>	<b>9,10</b>	<b>17,12</b>	<b>38,41</b>	<b>39,60</b>	<b>20,36</b>	<b>20,84</b>	<b>41,21</b>
ES	18,57	62,01	48,19	16,20	10,78	-	10,78	4,52	25,98	38,12	16,39	11,55	7,42	18,98
MG	34,80	75,84	54,69	25,22	14,86	-	14,86	13,83	37,31	43,66	22,06	21,52	16,28	37,80
RJ	8,67	52,35	69,63	122,77	5,59	2,03	7,62	3,95	25,66	35,91	51,25	8,50	33,36	41,86
SP	13,70	43,54	66,91	36,54	8,09	4,31	12,40	5,17	22,46	35,86	69,67	12,45	30,64	43,09
<b>SE</b>	<b>18,10</b>	<b>54,04</b>	<b>63,61</b>	<b>49,49</b>	<b>9,38</b>	<b>2,62</b>	<b>12,00</b>	<b>7,03</b>	<b>26,92</b>	<b>37,85</b>	<b>52,09</b>	<b>13,85</b>	<b>26,61</b>	<b>40,46</b>
DF	81,54	105,55	354,42	510,59	22,51	-	22,51	76,03	55,76	234,64	615,28	267,15	9,96	277,10
GO	36,31	45,80	67,63	35,27	21,43	-	21,43	11,14	27,16	30,89	48,04	38,94	25,15	64,09
MS	29,17	94,75	64,78	91,16	32,00	-	32,00	17,13	52,94	52,74	18,83	25,53	20,28	45,81
MT	31,92	73,93	51,31	95,01	13,08	-	13,08	22,05	31,97	42,48	20,09	16,83	7,00	23,83
<b>CO</b>	<b>42,21</b>	<b>71,36</b>	<b>116,61</b>	<b>147,22</b>	<b>21,68</b>	<b>-</b>	<b>21,68</b>	<b>26,16</b>	<b>37,95</b>	<b>75,01</b>	<b>144,19</b>	<b>75,36</b>	<b>17,60</b>	<b>92,96</b>
<b>BR</b>	<b>21,82</b>	<b>58,58</b>	<b>71,38</b>	<b>45,71</b>	<b>15,33</b>	<b>1,73</b>	<b>17,06</b>	<b>10,70</b>	<b>29,10</b>	<b>48,43</b>	<b>55,40</b>	<b>28,87</b>	<b>17,98</b>	<b>46,84</b>